

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO:** =====

===== Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 17 horas e 47 minutos, reuniu, em **Sessão Ordinária**, na **Sede da Associação dos Comandos - Delegação de Oliveira de Azeméis (Antiga Escola de Vide) - S. Martinho da Gândara**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário** e por **Márcia Oliveira Gomes - Segunda Secretária**, com a seguinte Ordem de Trabalho: ==

1 - Primeiro Período de Intervenção do Público; (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

2 - Informações Gerais; =====

3 - Período de Antes da Ordem do Dia; =====

4 - Ordem do Dia; =====

5 - Segundo Período de Intervenção do Público (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Aprovação da Ata nº 12 - Sessão da Assembleia Municipal de 27-11-2023 - Aprovação; =====

===== **Ponto dois:**- Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== **Ponto três:** - Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ relativa ao ano 2023 (I/7407/2024) - Conhecimento/ Apreciação; =====

===== **Ponto quatro:** - 4ª Modificação Orçamental 2024 - 1ª Revisão Orçamental 2024 (I/9267/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto cinco:** - Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - Subsídios (I/2987/2024) - Conhecimento/ Autorização/ Convalidação/ Ratificação; =====

===== **Ponto seis:** - Regulamento do TeMA - Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis (I/8053/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto sete:** - Acordo prévio favorável à Transferência de Competências, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, previstas nos diplomas setoriais em referência, nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em vias navegáveis interiores (I/74758/2023) - Aprovação / Autorização; =====

===== **Ponto oito:** - Segundo aditamento ao contrato interadministrativo de Delegação de Competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município; Aprovação da celebração do contrato interadministrativo de delegação e subdelegação de competências entre a AMP e a EMTP (I/74554/2023) - Aprovação / Autorização; =====

===== **Ponto nove:** - Minuta de contrato de Subconcessão de uso privativo de terrenos e imóveis junto da Estação Ferroviária de Oliveira de Azeméis, na Linha do Vouga, a celebrar com a IP PATRIMÓNIO - Adm. E Gestão Imobiliária (I/9116/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto dez:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro - Casa da Leitura, a celebrar com a Freguesia de Cesar (I/9569/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto onze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a Freguesia de Cesar - Núcleo da Ruralidade e Casa da Gastronomia (I/9796/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto doze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de União de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (I/6414/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto treze:** - Minuta de protocolo de colaboração a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa - Cemitério Municipal (I/77478/2023) - Autorização; =====

===== **Ponto catorze:** - Reconhecimento de Interesse Municipal da obra de requalificação das margens do rio Antuã (I/4138/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto quinze:** - Proposta de prolongamento “Beco do Poder Local” (JF Cucujães) / Desclassificação de caminho Público nº 208 (JF S. Roque) (I/74084/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezasseis:** - Alteração da Postura de Trânsito em várias Ruas - Freguesia de Carregosa (I/74051/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezassete:** - Alteração da Postura de Trânsito na Rua das Aldas - União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/73089/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezoito:** - Colocação de sinalização de trânsito na Rua Dona Emília Lopes da Rocha - Freguesia de São Martinho da Gândara (I/72527/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezanove:** - Colocação de sinalização em diversas ruas do Concelho: (Cesar, Fajões, Oliveira de Azeméis, Macinhata da Seixa, Pinheiro da Bemposta e Travanca) (I/2429/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte:** - Serviços de limpeza de silvado em espaços rurais e municipais e assessoria técnica na área florestal (Proc. 11/24 - PI/529/2024) - repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico (I/8254/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e um:** - Área Metropolitana do Porto - Eleição de candidata a novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto - 2024 (I/8302/2024) - (Votação a ser efetuada apenas pelos Membros (27) eleitos à Assembleia Municipal); =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** ==

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Jéssica Filipa da Silva Pires, Bruno Miguel da Silva Costa, Susana Cristina Pinto Azevedo Campos, José António Domingues Marques Lourenço, Daniela Patrícia Oliveira da Silva, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, João Marcelo Ameixieira Moreira, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Mário Silva Leite, Gaspar de Sá Almeida e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD):** Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, António Ilídio Martins Godinho, António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, Carla Susana da Silva Reis, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, José Fernando Matos Terra, José da Silva Queirós, Florbela Neves da Silva e José Rodrigues dos Santos. ==

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP):** António Pinto Moreira. =====

===== **CHEGA (CH)**: *Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues.* =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.)**: *Alcino da Silva Martins.* =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC)**: *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU)**: *António Marques de Oliveira Choupeiro.* =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: *Jéssica Filipa da Silva Pires que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Marisa Lopes de Sousa; Susana Cristina Pinto Azevedo Campos que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Manuel Oliveira Castro; João Marcelo Ameixieira Moreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa - Constança Correia e Melo; Mário Silva Leite que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães - Simão da Costa Godinho; António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Rebelo Martins; José Fernando Matos Terra que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Ana Rita Gomes Costa; António Marques de Oliveira Choupeiro que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz - Susana Clara Mortágua Gomes, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== ***Estiveram presentes por parte do Executivo Municipal:*** =====

===== ***Presidente da Câmara:*** *Joaquim Jorge Ferreira; Vereadores:* *Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.* =====

===== **INFORMACÕES GERAIS** =====

===== ***Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:*** =====

===== *Boa tarde. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Executivo, Membros da Assembleia Municipal, público, imprensa, funcionários da autarquia, boa tarde a todos. É com muito prazer que hoje nos encontramos na Freguesia de S. Martinho da Gândara. Um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta, aos Membros do seu Executivo,*

obrigado por nos receberem. Um cumprimento muito especial ao Presidente da Associação de Comandos, José Godinho de Sousa e à sua Direção a quem agradeço a disponibilidade das instalações bem como a excelente receção. Convido o Senhor Presidente da Junta, António Marques, para as suas palavras de acolhimento à Assembleia Municipal. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Marques** - Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. ===*

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, caros Colegas presidentes de junta, comunicação social, funcionários da Câmara Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores: sejam todos bem-vindos à Freguesia de São Martinho da Gândara. Antes de mais, quero agradecer à Associação de Comandos, na pessoa do Senhor Presidente da Delegação de Oliveira de Azeméis, o Comando Arlindo Pinto Silva Florindo e do Comando e professor José Godinho, pelo convite e disponibilidade para nos receber nas suas instalações, que tão bem tem tratado durante estes anos e têm dignificado, e dada a conhecer o nome da nossa freguesia, pois assiduamente recebem os representantes nacionais e das delegações de todo o país. O meu muito obrigado. São Martinho da Gândara, é uma das freguesias mais pequenas do concelho de Oliveira de Azeméis, com uma área de 8,13 quilómetros quadrados. Tem vindo a perder população nas últimas décadas, segundo os Censos 2011 eramos 1985 habitantes e nos últimos censos somos 1854 habitantes, e com uma população com uma média de idades alta. É uma freguesia predominantemente agrícola, dedicada à produção leiteira, que também já foi muito mais forte, à floricultura e horticultura, sendo por muitos apelidada de Celeiro do Concelho. Somos uma freguesia limite do concelho e a mais próxima da zona litoral, com enormes dificuldades em capitalizar novos habitantes dado a falta de empresas, de comércio, e de algumas infraestruturas básicas como saneamento, que levam ao desinteresse por parte dos investidores da construção civil em investir na freguesia. Além disso, uma grande parte dos terrenos da freguesia estão considerados como Reserva Agrícola Nacional, o que torna impossível por parte dos filhos da terra poderem construir. É por isso, necessário, urgente, e inadiável a construção da rede de saneamento, a conclusão da rede de água nos poucos locais que ainda faltam abastecer, e a alteração do PDM. Não seria justo da minha parte reconhecer, hoje, que estamos na minha freguesia, os grandes investimentos que a Câmara Municipal tem efetuado nos últimos seis anos e, que levaram a uma melhoria da qualidade de vida dos são-martinhenses, alguns dos quais passo a enumerar: iniciando pela construção da rede de água, em dezembro de 2018; pela colaboração na requalificação do Edifício da Junta; pavimentação de uma grande parte dos arruamentos, tendo ainda este mês ficado concluídos, entre pavimentações e repavimentações, 12 arruamentos; pela requalificação total da Escola do Brejo; pela colaboração na construção do monumento aos Combatentes da Primeira Grande Guerra e do Parque Infantil; pela

colaboração nos inúmeros alargamentos efetuados e pela com colaboração na construção de passeios. Em nome da freguesia, não posso deixar de agradecer e pedir que o investimento e colaboração continue nos próximos anos. O meu muito obrigado e um excelente trabalho para todos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Godinho Sousa**, Presidente da Associação de Comandos - Delegação de Oliveira de Azeméis. =====*

===== Senhor Presidente da Assembleia, amigo Amaro Simões, permita-me que saúde todos os presentes na sua pessoa. Boa tarde a todos. Este evento está a ser realizado aqui porque, nas nossas relações, vamos falando, vamos passando a nossa imagem. E num dos eventos que tivemos, em que tivemos a honra e o prazer de termos aqui presente o Presidente da Assembleia, em representação do Município, eu dirigir-lhe um desafio: quando quisesse realizar uma Assembleia Municipal nas nossas instalações nós estávamos abertos a isso. Aconteceu. Estamos na Sede da Delegação de Oliveira de Azeméis da Associação de Comandos - lembrar que a Associação de Comandos existe desde 1975 e antes de ser Delegação de Comandos de Oliveira de Azeméis era Delegação de Aveiro. Foram-se organizando alguns Comandos. E em Aveiro organizaram e criaram a Delegação de Aveiro, porque desde que haja vinte e cinco sócios pode ser criada uma delegação. Normalmente, o nome da delegação é o nome onde está a sede dessa delegação. Eles criaram. Nós também ajudámos. Passamos para lá Delegação de Aveiro. E formamos aqui a Delegação de Oliveira de Azeméis, que tem a abrangência de vários distritos. A nossa missão é de olharmos pelo nosso nome, pela nossa imagem. Como sabem, e têm ouvido as notícias que às vezes não são nada abonatórias, não é nada fácil tirar o curso de Comando. Embora, agora esteja muito aliviado, a instrução está aliviada. Eu tirei o curso de Comandos em Angola. Só para dar uma ideia: O único sítio onde morreram instruendos, foi aqui em Portugal Continental. E no curso de Comandos em Angola a prova começava com prova de sede, tal como aqui, mas não é bem isso que se chama, chama-se prova de choque. Ela permite colocar todos os instruendos ao mesmo nível, porque chegam filhos de engenheiros, filhos de lavradores, filhos de pedreiros, com diferentes habitats, com diferentes possibilidades e aquela prova é igual para todos, naqueles três dias não há ninguém diferente, por isso é que nos comandos somos todos iguais. Nessa prova da sede a temperatura chegava aos 40 graus e davam-nos um litro de água por dia. Aqui não. Aqui o clima chega aos 30 e poucos graus, não tem nada a ver com aquele clima de lá (Angola). E aqui recebem três a quatro litros de água. Não é fácil chegar ao fim do curso de Comandos. Nós temos muita honra em termos sido Comandos. Nós somos Comandos até morrer. Agora temos Comandos no ativo e Comandos na disponibilidade. Tivemos muita honra em defender a nossa Pátria, Portugal. Na altura era assim e foi assim que nós defendemos. Aqui está a representação democrática do nosso Concelho, eleitos democraticamente. Está aqui a funcionar a Democracia. Os Comandos, antes do 25 de Abril, como é o meu caso, já tínhamos muitos

aspectos democráticos. Nós, na nossa instrução, tínhamos auto e heteroavaliação, tínhamos a possibilidade de votar a expulsão de um elemento que estivesse a perturbar o grupo, os soldados escolhiam os sargentos e os sargentos escolhiam os oficiais. Eu fui sargento, furriel, tive que ir à frente das equipas, dos soldados, apresentar-me e depois cada um escolhia. Os quatro soldados é que me escolheram. Depois, nós, os quatro furriéis do grupo, escolhemos o oficial, alferes. Portanto, tudo democraticamente. O comandante comia o que o comia o soldado, igualzinho, e o refeitório era o mesmo para todos e apenas tinha uma mesa à parte para o comandante, mas o espaço era o mesmo. Nós expulsamos um elemento que não reunia as condições, não cumpria com o Código do Comandos, o Código está ali no refeitório. E nós, expulsámo-lo, democrática. Por isso é que nós somos diferentes, não somos melhores nem piores, somos diferentes. É nesse contexto que eu vos quero agradecer. Para nós é um orgulho muito grande, é uma satisfação enorme termos aqui atividade. Atualmente sou o vice-presidente da Direção Nacional, mas aqui é que está a minha casa, esta é uma casa que está aberta à sociedade. Aqui fazemos convívios com os veteranos de futebol do Oliveirense. Temos, por exemplo, os bombeiros, como sou Presidente da Assembleia, de vez em quando fazemos aqui convívios com fados. Da minha escola, já tivemos aqui noventa professores, cinquenta funcionários, assistentes operacionais e técnicos. Na segunda-feira estive aqui o Luís Filipe Vieira. Esta casa, é uma casa aberta à sociedade. É assim que nós vivemos. Muito obrigado. Disfrutem. Sejam bem-vindos. =====

== 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO) ==

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes Jorge Paiva, Alcides Queirós, Rui Figueiredo, Cristina Lopes, Maria Gorete Almeida, Cristiana Silva, António Monteiro e Maria Odete Resende. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Jorge Paiva**, residente em Fajões. =====*

===== Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Vim hoje aqui com algumas preocupações relativas aos moradores da minha freguesia de Fajões. Começo por referir o desleixo e deixa andar por parte da Junta de Freguesia de Fajões e da Câmara Municipal, pela falta de sensibilidade na reparação dos passeios nas entradas da escola secundária de Fajões, pedrinha solta, sinais desgastados pelo sol, limpeza, etc. É caso para dizer que, no meu tempo e já lá vão cerca 37 anos, quando a Junta de Freguesia recebia cerca de 130 contos mensais construiu-se os passeios e hoje nem os reparar se consegue com tanto dinheiro, quando a Junta de Freguesia recebe mensalmente através de protocolo dinheiro para esse fim. Pergunto: E se uma pedrinha for trilhada por um pneu e der cabo de uma vista humana, com tantos alunos, partir um vidro de uma viatura, a quem atribuir o problema? Não se respeita a segurança na mobilidade? E a

escola, nunca mais acabam as obras, que mais parecem obras de Maфра, que raio de empreitada, com tubos estendidos nos recreios, baixada elétrica por finalizar, perguntam as pessoas, não há responsáveis? Obras de saneamento e abastecimento de água. São obras necessárias para melhorar a qualidade de vida das pessoas. No entanto, muito mal delineadas e sem planeamento. Fajões com cerca de 40 km de ruas esburacadas, sem fiscalização, um deixa andar. Os habitantes de Fajões estão a sofrer na pele esta incúria por parte da Câmara Municipal e da Indagua, não pedindo responsabilidades nem exigência junto do empreiteiro na reposição imediata do piso, à exceção das Infraestruturas de Portugal em que abrem e têm que repor quase de imediato a vala com massa asfáltica na Estrada Nacional 327. Tudo destruído e, o que foi tapado, mal tapado. Ainda sobre este assunto, a fiscalização é feita ou parece que é feita por dois indivíduos que diariamente pousam junto das valas sem qualquer credencialização ou será que são eles a Junta de Freguesia? E se houver um acidente? Chamam as autoridades? Um desses intervenientes, que até é membro da Assembleia de Freguesia, publicou há cerca de um ano que a guerra ia começar. Pois bem, parece que sim Senhor Presidente da Câmara, essas ruas iniciadas há um ano estão na mesma condição de intransitáveis. As pessoas perguntam e se fosse junto à residência do Senhor Presidente da Câmara, estariam assim? Sabe senhor Presidente da Câmara e da Junta de Freguesia, o vosso mérito é insignificante. Sabem porquê? O povo é que pagará essas obras e Fajões pagará em 4 anos o retorno. Relacionado com as obras atrás descritas levou a Câmara Municipal recentemente um concurso para repavimentar ruas do concelho e publicadas num jornal concelhio. No que toca à Freguesia de Fajões, e com destaque, diz que, no lote 1, Fajões merece e tem a maior intervenção. Os meus parabéns. Quem leu, disse que só podia ser mentira e porquê? Então, não é que 4 dessas ruas já estão repavimentadas: Travessa N.º 1, Lugar do Souto da Costa; Rua Manuel Leite dos Santos, Lugar de S. Mamede; Rua de S Mamede e sua Travessa) e fazem parte deste pacote. Muito estranho. Todas as outras, que são dezenas de ruas, não são tratadas da mesma maneira? É caso para dizer que, em Fajões existem pessoas de primeira e pessoas de segunda. Sabem, quando começaram estes trabalhos, estavam todas com piso bom ou estado razoável. A Rua dos Imigrantes, é uma rua com muita circulação, mais parece uma rua do terceiro mundo. Na Rua 21 de Junho, a intervenção vai mais longe, com a construção de passeios, muito bem, fica com um aspeto urbano tal como foi projetado e construída em 1990. Aqui, quero deixar um louvor ao Senhor Vereador Hélder Simões, pela aceitação de uma chamada de atenção feita por mim, em que muitos moradores me tinham dito que mais valia não levar passeios caso os mesmos fossem construídos com noventa centímetros de largura porque mal dava para circular uma cadeira de rodas deficiente. O Senhor Vereador tomou e aceitou a minha sugestão e, passado um dia, alteraram a sua largura para um metro e vinte centímetros. Muito obrigado. Por último, e porque a época até é boa, período eleitoral, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara: Se foram feitas démarches para a construção da entrada/saída, no local denominado Alminhas da Terrenha, para a Variante Escariz a Pigeiros agora denominada de EN327? Onde lamento que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões não tenha na altura assinado a petição, por mim idealizada, que deu entrada na

Assembleia da República, e por todos os partidos reconhecida a importância para Fajões e freguesias limítrofes. E porque o candidato do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, foi o protagonista da sua construção e inauguração deixou nessa ocasião a porta aberta para a sua realização. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Alcides Queirós, residente em Carregosa. =====

===== Boa noite a todos, desta vez um bocadinho mais calmo, porque, de facto, numa célebre assembleia manifestei o meu desagrado, não quer dizer que não continue, porque, de facto, tudo está na mesma. Mas, venho aqui para trazer alguns recados e vou deixar alguns por dizer. E vou deixar alguns por dizer porque, por ironia do destino, a minha terra nunca me dá cobertura. Ou seja, estou só. Parece-me a mim que, dos únicos presidentes da junta que não está aqui presente para dar a cobertura a um carregosense, neste caso de Carregosa. Vou dizer alguma coisa, mas um bocadinho mais superficial e vou utilizar pouco tempo, porque vou respeitar o Senhor Amaro Simões. A primeira pergunta, deveria ser para o Senhor Presidente do Executivo, mas é para o Senhor Hélder Simões: Na última assembleia, em S. Roque, eu dei-lhe um pequenino recado para ver se, de facto, havia alguma iniciativa da sua parte para cumprir com a sua palavra. Isso não aconteceu. Seis meses volvidos, já houve uma outra assembleia, eu gostava de lhe dizer o seguinte: Carregosa vai, no mês de junho, ser palco do VI Torneio Comendador Fernando Pinho Teixeira e, desta forma, o primeiro torneio internacional nas camadas jovens. E há um acordo, quando eu era presidente da assembleia, com o Senhor Hélder simões que não foi cumprido. Eu queria que, efetivamente, esse cumprimento fosse dado antes da realização do VI Torneio. Eu cumpri com a minha parte integralmente. Fica ao seu critério. Eu gostava de ver a obra feita antes do mês de junho, antes de recebermos o torneio. Agora, para o Senhor Presidente: queria que me dissesse o que poderá adiantar sobre o pavilhão que se pretende executar no parque 2 da JDC (Juventude Desportiva Carregosense)? Surgiu um entendido qualquer que tinha de fazer um pavilhão de chapa e tirar-nos os direitos que temos da JDC. A Junta de Freguesia, não tem estado à altura de me dar essas respostas. Eu peço desculpa de o ter vindo cá fazer mas, de facto, não temos um executivo com capacidade para gerir a Freguesia. Essa era uma pergunta que eu gostaria que o Senhor me respondesse: em que ponto de situação está a obra do pavilhão? O pavilhão todos o queremos. Todos pretendemos o pavilhão, não há nenhum carregosense que não o queira. Mas a sua localização, retirando-nos direitos, e cortando o progresso da JDC no futuro; não há ninguém que aceite. Uma vez que nas freguesias vizinhas vejo sofrimento, mas é um sofrimento que razão de existir - para quando é que prevê iniciar obra (saneamento) em Carregosa? E, faço esta pergunta porque não tenho executivo na minha terra que me consiga responder. Rua Manuel Melo Caetano de Almeida - é a rua que liga a EN 227 ao centro da Vila de Carregosa - gostava que o Senhor Presidente me dissesse um sim ou um não, porque temos um amigo em comum que me garantiu que, aquele muro que está no corte de acesso ao

Parque Verde, que é do Manuel Moreira. Garantiu-me, a pé juntos, que foi o Senhor pessoalmente que foi lá dar aquele alinhamento. E eu, como sou amigo do Manuel Moreira, obviamente não podia de deixar de fazer esta pergunta, porque aquilo é um atentado ao desenvolvimento. Rua Caminho do Morgado: A Rua Caminho do Morgado: o Senhor Melo, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, abriu grandes avenidas. E delas foi a Rua Caminho do Morgado. E tem um sinal que é de estrada sem saída. Quem conhece bem, tem saída, não é uma rua sem saída. Entenderam colocar lá o sinal de rua sem saída, porque a rua não tem alcatrão. Mas ela tem saída. Se, há trinta anos, o senhor Manuel Melo abriu aquela rua com uma dimensão maravilhosa e que de facto é alternativa para n situações. Essa rua não dá ajuda aos problemas da EN 227. Eu pergunto: Estamos a falar de tão pouco espaço. Não estou a pedir alcatrão. Mas pedia, pelo menos, para limpar, para encaminhar as águas e manter a rua minimamente transitável. Não tenho mais perguntas. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Rui Figueiredo**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Estou aqui em representação da empresa Grupo Vidal, uma empresa que presta serviços no concelho de Oliveira de Azeméis na área de transportes e logística, para manifestar o desagrado com executivo por vários motivos, os quais destaco os seguintes: Desde a tomada de posse deste executivo que fomos obrigados a pagar resíduos que inicialmente eram no valor de 14€ e, entretanto, já vai em 25€. Não é o valor que está em causa. O que reclamamos é o serviço que não é prestado pela Câmara e, no entanto, é cobrado. Somos uma empresa que faz o tratamento do lixo e dos resíduos. Outra questão: Tenho enviado emails para a Câmara de Oliveira de Azeméis - pelo arruamento que está em estado lastimável. Já tive a oportunidade de enviar fotografias. Muitas das vezes temos que deixar os reboques na Zona Industrial de S. João da Madeira, ficando ao abandono. E queria saber se está previsto algum tipo de obra no local. Também queria saber como é que está a situação, já é do vosso conhecimento, do contador que está desnivelado a 2 metros de altura, todos os meses recebemos reclamações e avisos de corte por parte da E-Redes. E gostaria de saber para quando é que está prevista a alteração do PDM, uma vez que temos necessidade e intenção de investimento. Se não acontecer no curto prazo teremos que ir para concelhos vizinhos e não era essa a nossa intenção. Boa tarde a todos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Cristina Lopes**, residente em Válega - Ovar. =====*

===== Boa tarde a todos. Eu estou aqui para expressar a minha insatisfação perante o serviço que é prestado pela UNIR, em meu nome e em nome de todos os utilizam este autocarro. Desde que houve esta alteração para a UNIR, temos tido vários problemas no trajeto S. Martinho da Gândara / Oliveira de Azeméis e vice-versa. Tenho enviado vários emails a

reclamar. Inclusive, no dia 29 de dezembro, entregamos um abaixo-assinado na Câmara Municipal, a manifestar o nosso desagrado. O autocarro da manhã passa aqui na paragem de Vide às 08h:05m e os alunos estão a chegar à escola por volta das 08h:25m, o que faz com que cheguem atrasados às aulas, sendo que, o autocarro os deixa na paragem da Segurança Social. Com a Transdev, chegavam a Oliveira de Azeméis às 08h e o autocarro deixava-os à beira da escola. No regresso a S. Martinho da Gândara a situação não é melhor. Neste momento, temos muitos alunos que estão a perder tempos de aula. Ou seja, têm que sair das aulas por volta das 13h, para poderem apanhar o autocarro das 13h:10m perto da Padaria Doce Oliveira, porque o autocarro não para na paragem da Segurança Social. Quando têm aulas até ao final do dia, supostamente, horário da UNIR, existe um autocarro às 17h:10m. Na passada terça-feira, a minha filha foi para a paragem às 17h e saiu de lá às 18h:20m, porque foi a hora em que eu a consegui ir buscar, e não passou um autocarro. No limite, se eu a não conseguir ir buscar, só existe autocarro às 19h. Agora, pensem: Os miúdos saírem às 16h:40m e ficarem até às 19h à espera de um autocarro. Neste momento, nós, pais, estamos constantemente preocupados a tentar perceber se os nossos filhos têm meio de transporte ou se temos que arranjar forma de os ir buscar a Oliveira de Azeméis. Eu e uma outra mãe, tivemos uma reunião com o Senhor Vereador, no dia 29 de dezembro. Na qual nos foi transmitido o horário do autocarro 1212, que é o que faz este trajeto, e também indicou que paragens é que o autocarro tem que cumprir. Na altura, ficamos com a ideia de que seria de fácil resolução, porque apenas a empresa teria que ser chamada à atenção para cumprir os horários e os trajetos a que se propôs. Lamento informar, Senhor Vereador, mas está tudo na mesma, nada alterou. Continuamos a não ter horários concretos e os autocarros não param nas paragens que estão por eles estipuladas. Eu preciso que nos digam, afinal o que é que pretendem dos nossos alunos? Já não basta eles estarem a perder tempos de aula, agora também têm que tentar adivinhar quando é vão ter autocarro, a que horas e em que paragens é que o autocarro vai passar. Inclusive, antes de entrarmos aqui para reunião, foi alertada por uma mãe que da parte da manhã tem havido situações em que o autocarro vem direto de Ovar e não passa na Igreja, ou seja, os miúdos que estão na Igreja ficam sem meio de transporte. Isto aconteceu. Eu sei, porque a minha filha disse-me que o autocarro veio de Ovar e os levou - e disse que os levou, porque - pronto - ia para lá. Não devia ser aquele o motorista habitual. Eu gostaria de perceber: o que é que o executivo tem feito? Já vamos com três meses de incertezas. E, aparentemente, o nosso problema, que era de fácil resolução, para nós é um grande problema. os miúdos continuam a estar ao frio e à chuva à espera de quem não aparece. Por último, gostava de lançar um desafio ao executivo: por favor, peguem nos vossos carros, dirijam-se até à Escola Soares Basto e estacionem. Façam o trajeto a pé, num dia de chuva, para perceberem o que é que os nossos alunos estão a passar. Façam o trajeto a pé da Escola até à paragem da Padaria Doce Oliveira, que é para perceberem. A minha filha, chegou a casa toda encharcada, num dia em que estava a chover muito. Eles não têm como. Desde a Escola Soares Basto até à paragem eles ficam encharcados. O autocarro não para na paragem da Segurança Social. O autocarro vem do lado do Rainha, faz a rotunda da Segurança Social e retorna para baixo. Ou seja, ele não vai

à Segurança Social. Tem aqui uma mãe presente: que a filha esteve esta semana na paragem e ficou a pé. E a minha que estava cá em baixo conseguiu apanhar o autocarro. Agradeço que resolvam a situação o mais urgente possível. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Gorete Almeida**, residente em S. Martinho da Gândara. =====*

===== Boa tarde a todos. Só quero dizer ao Senhor Vereador: um dia venha cá, de manhã, às 08h, pega no seu carrinho, vem aqui à paragem e faz o trajeto todo, um dia, uma semana, para ver que aquilo que estamos a dizer é verdade. Isso não custa nada. O Senhor disse que estava pronto para fazer. Agradeço que o faça. Eu estou a trabalhar e meu horário não é flexível e tenho muitas vezes de perder tempo para ir buscar a minha filha. E vou todos os dias, duas e três vezes por semana. Eu estive muitos anos em França. E não sei porque é que aqui em Portugal não há transporte escolar só para os miúdos da escola? Não. É um transporte público para toda a gente. Depois há a situação de que: andou um senhor que andava atrás das crianças. Imagine, nós, pais, como é que nos sentimos. Todos nós somos pais. Estou no meu trabalho, estou em casa e quero estar sossegada. A minha filha a chorar a dizer: mão vem-me buscar porque o autocarro não passa e há um senhor que vem atrás de nós. Agradeço. Tenham um bocado de empatia. É injusto para nós pais e para os nossos filhos. ==

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Cristiana Silva**, residente em S. Martinho da Gândara. =====*

===== Boa tarde a todos. Eu tenho perdido imenso tempo de aulas, cerca de duas horas semanalmente. Prejudica-me muito e a muitos outros alunos esta situação de terem trocado para a UNIR. Deveriam ter mantido os horários e as mesmas paragens, pois todos os dias chego atrasada cerca de 10 a 15 minutos, antes tínhamos autocarro às 07h 50m agora é apenas às 08h e 10m e deixam-nos no Rainha. Temos de caminhar muito até à escola. Em dias de chuva chegamos todos molhados. Além disso, nós, para o regresso temos de sair cerca de 10 a 15 minutos antes. É muito complicado para os pais e familiares, por vezes, pelo facto de não termos autocarro, têm de sair do trabalho para nos vir buscar. Agradeço a ajuda de todos. Nós somos o futuro e estamos a ser bastante prejudicados. Obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Monteiro**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Boa tarde a todos. Muito obrigado, por criarem esta oportunidade de falar aqui sobre as nossas preocupações para o concelho. Eu venho aqui na posição de munícipe retornado. Eu estive sete anos a viver em Lisboa, onde me formei em engenharia, e neste momento estou a exercer engenharia informática no município. Gostaria de pedir à Mesa e ao

Executivo da Câmara, que tente criar condições para que nós possamos ter um espaço de Coworking space no município, para que haja mais investimento tecnológico na nossa cidade e para que também posamos criar condições para manter mais jovens engenheiros no município para trazer inovação à nossa cidade. Como todos sabemos, a inovação tecnológica é a nova indústria. E o concelho desde sempre se destacou nos seus produtos industriais. Portanto, pelas infraestruturas que têm vindo a serem criadas, e muito bem, por este executivo, podemos também criar espaço a este tipo de lugares para que os jovens posam criar entre si uma rede e abrir as portas ao investimento à cidade. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Roma Resende**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Cumprimentar a Mesa da Assembleia, o Executivo e os senhores Deputados. Foi aqui que fiz da 1ª à 4ª classe. Sei que na juventude, os transportes, tudo isso é muito complicado. Estou numa zona em que vejo os autocarros passar. Hoje, sai de casa para ir com a minha esposa ao Porto, cheguei à Ferreira de Castro e tive que voltar para trás porque o trânsito era tanto e eu estava com um bocado de pressa. Os transportes não funcionam. Se é o que dizem. Os pais têm de levar os filhos à porta do estabelecimento. E tudo isso causa transtorno. Isto para dizer o seguinte, sobre a chuva: É verdade. Eu saía do Lugar da Igreja para a Escola Industrial de Oliveira de Azeméis, a pé, fizesse chuva ou fizesse sol. E também me molhava. S. Martinho da Gândara foi uma das freguesias mais evoluídas do concelho. Honra seja feita ao patrono da Obra Social, Dr. António Luis Gomes (filho). Onde eu comecei a estudar. S. Martinho da Gândara precisa de algumas coisas: Uma das coisas mais importantes que ainda não temos é o saneamento. Isso devia ser uma das prioridades para S. Martinho da Gândara; A estrada que vem do Alto do Adão e passa por Massada. Tinha muita coisa a dizer, mas fico por aqui. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Muito boa tarde, a todos e a todas. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, caros Colegas de Executivo, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta; Um cumprimento especial ao Senhor Presidente de Junta de S. Martinho da Gândara, nosso anfitrião, e na sua pessoa cumprimentar todos os elementos dos órgãos sociais e dos órgãos políticos desta freguesia; um cumprimento especial aos são-martinenses, que trazemos no centro do nosso coração e no centro das nossas preocupações; cumprimentar também a comunicação social, o público presente, as pessoas que nos acompanham a partir de suas casas, os funcionários da autarquia; e um cumprimento especial ao senhor presidente da Delegação dos Comandos de Oliveira de Azeméis, prof. José Maria Godinho, que teve a oportunidade de nos acolher com as suas palavras, mas também com de nos acolher de forma

cordial. Portanto, ao Senhor Presidente Arlindo Pinto Silva e ao José Maria Godinho, muito obrigado, em nome do Executivo Camarário, por esta receção nestas magníficas instalações. E agradecer as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesias dirigidas ao Executivo Camarário. Dizer apenas: que nós não fazemos mais do que cumprir a nossa obrigação. Portanto, tudo faremos para continuar a trabalhar pelo progresso e pelo desenvolvimento desta e de todas as freguesias do nosso Concelho. E agradecer também o trabalho que fazem pela preservação da memória dos Comandos. Estamos aqui precisamente para servir a população e é isso que nós procuramos fazer da melhor forma possível. Em relação às intervenções do público: Relativamente à intervenção, calorosa, do senhor Jorge Paiva: A questão dos passeios na escola Básica e Secundária de Fajões: esses passeios foram danificados no âmbito das obras que foram levadas a cabo. Portanto, nós estamos a reclamar junto do empreiteiro, mas caso o empreiteiro não assuma a responsabilidade dos passeios a Câmara Municipal procederá á sua execução. A questão que colocou: se uma pedrinha se soltar? Se se soltar, lamento profundamente que isso aconteça. Mas, como compreende, no seu tempo as pedrinhas também se soltavam e os riscos também se corriam. Portanto, um dos problemas é nós não termos passeios no concelho. Aquilo que nós esperamos é ter condições para intervir nas pedras soltas por forma a evitar esse tipo de problemas. Em relação às críticas que teceu, em relação às obras na Escola Secundária de Fajões: Eu ressalvava uma coisa que é bem mais importante e que se esqueceu de sublinhar: é que temos efetivamente uma Escola completamente requalificada que serve a população daquela região do nosso Concelho com todas as condições que as nossas crianças e jovens precisam para ter sucesso na sua aprendizagem, no seu percurso educativo e formativo. Portanto, gostaria de sublinhar essa particularidade, que é muito importante. Fazendo investimento através de fundos comunitários, mas através de um esforço enorme do orçamento municipal para que a escola tivesse todas as condições. E o trabalho ainda não está totalmente feito. Ainda temos muito trabalho para fazer naquela escola. Por exemplo, uma das lacunas que todos nós reconhecemos, não só nessa escola, mas particularmente nessa escola também, é a questão do telhado que precisa de ser requalificado. Portanto, dar essa nota, que é importante. Nós, muitas vezes transformamos um problema ou outro que subsiste num dado equipamento no problema do equipamento. O que estamos a falar é de um equipamento muito importante onde foi feito um investimento substancial que tem um ou outro aspeto para resolver. O senhor diz: que não houve fiscalização na obra. Repare: Eu não costumo comentar esse tipo de afirmações - eu chamar-lhe-ia: - ligeiras, leves. Aquela obra teve fiscalização externa. Teve várias. Andamos há vários meses a tentar resolver um problema de ligação definitiva da rede de gás, da rede de água e da rede elétrica. E é por isso que as obras são obras de Santa Engrácia. Portanto, temos esse problema efetivamente para resolver. É isso que falta para as obras estarem concluídas. Se o senhor esteve atento sabe que, as obras estão com 99.9% de execução e falta um bocadinho de nada para fechar a obra, fazer a receção da obra, precisamente por causa destas ligações. Como sabe, dependem de vistorias, dependem de operadores. E são difíceis de fazer acontecer por parte da Câmara Municipal. Mas, lá acontecerão. Tenho expectativas que durante o mês

de março tenhamos todos esses problemas resolvidos. É isso pelo menos que tem acontecido nas reuniões que temos promovido com os diferentes operadores. Percebendo nós também as dificuldades que eles têm, porque estas coisas acontecem ao nível dos subempreiteiros com quem trabalham e das dificuldades que tem em assegurar as muitas respostas que lhes são solicitadas. Deixe-me dizer outra coisa muito importante, quando refere as obras da rede de água e saneamento: Eu poderei falar daquilo que é o legado de outros tempos. E o legado de outros tempos é esse legado que nós estamos a procurar transformar, que é: 10% da rede de saneamento que nós tínhamos e de 28% de rede de água. Ou seja, a maioria da população da sua freguesia, Freguesia de Fajões, não tinha sequer água pública nas suas habitações, estabelecimentos, e tinha quase que uma ausência total da rede pública de saneamento. Essa é que é a realidade. E essa realidade é impossível de escamotear. Aquilo que nós vamos assistir depois destes investimentos ... (Estes investimentos naturalmente criam enormes constrangimentos à população). E por isso é que, talvez, outrora, não os quisessem fazer ou não os tivessem feito. Não faço ideia se foi esse o motivo ou se foram outros os motivos. Mas o que um facto é que, nós vamos ter 70% de cobertura de rede de saneamento e teremos a Freguesia depois de este investimento com 93.5% de cobertura de rede de água. Isto é que me parece particularmente expressivo, particularmente significativo. Depois de feitas estas intervenções teremos que fazer um profundo trabalho de requalificação da rede viária, que é profundamente afetada quando se fazem quilometro e quilómetros de valas necessariamente a seguir temos que fazer esse trabalho. E por isso, nós podíamos, num ou noutro caso, adotar também velhas práticas que era meter pavimento por cima. E está resolvido o problema. Conforme disse, e bem: Avenida 21 de Junho, estamos a transformar aquela avenida, que é uma estrada completamente descaracterizada, numa avenida urbana que reúne todas as condições de segurança para os automobilistas e peões. Não nos limitamos a fazer a rede de água e saneamento, fizemos também condução de águas pluviais, fazemos passeios. Deixe-me dizer-lhe: Não acho que seja particularmente importante assacar o mérito das coisas. Mas, se o senhor acha que foi graças à sua intervenção que passamos a ter passeios com 1,20 metros, fique lá com esse mérito. Não problema rigorosamente nenhum. Para nós o que importa é que os passeios estejam lá e que a população possa beneficiar deles. Claro que, não foi graças à sua intervenção que os passeios ficaram com aquela dimensão. Foi em resultado do planeamento que foi feito e daquilo que se procurava fazer. Em relação à questão da ligação à Estrada Nacional 227: Já falamos várias vezes sobre isso. Sabe o trabalho que foi feito, no sentido de procurar que essa ligação fosse estabelecida. Não foi possível. Continuamos a lutar por ela como lutamos pela Variante de Carregosa, como lutaremos por outras ligações que são importantes ou por outras respostas que são importantes no nosso território. Em relação à intervenção do senhor Alcides Queirós: O que acontece é que: foram assumidos compromissos com as direções, que foram cumpridos. As direções foram evoluindo na sua posição e foram solicitando uma ou outra coisa. E talvez seja necessário o Senhor Vereador explicar do que é que estamos a falar para se perceber a gravidade e a dimensão do problema que o senhor está a reclamar. Desejo, sinceramente, que o VI Torneio Comendador Fernando Pinto Teixeira decorra bem, com muito sucesso, seja um

momento de afirmação do JDC, mas também um momento de afirmação da Freguesia de Carregosa. Em relação ao ponto de situação do pavilhão em Carregosa: O ponto de situação, é simples. Havia vontade por parte do executivo camarário e por parte de um investidor privado para dotar a Freguesia de uma resposta que para nós é absolutamente fundamental. Pensou-se em evitar o custo de aquisição de um terreno, já que aquele terreno está comodado ao JDC e é um terreno que é propriedade da Junta de Freguesia (Carregosa), dos carregosenses. Portanto, pensou-se na criação de uma resposta que nós achamos que é absolutamente fundamental. Serviria, não só, a população da Freguesia de Carregosa, mas, serviria, sobretudo, o próprio clube desportivo. O clube desportivo teria a oportunidade de ter uma resposta indoor, uma resposta de pavilhão que seria extremamente importante para que o clube evoluísse até para outras modalidades. Queria só acrescentar: Esta é uma reivindicação, uma reclamação estranha. Estão aqui algumas pessoas que andam há anos a lutar pela construção de um pavilhão nas suas instalações, andam há anos a pedir à Câmara Municipal para que a Câmara Municipal reúna essas condições. Portanto, foi essa a intenção. Temos muito para fazer agora, nesse domínio. Estamos muito concentrados no pavilhão de “A NOZ”. Estamos concentrados em cobrir cinco polidesportivos. Ma mantemos a ambição de ter um pavilhão desportivo em Carregosa, porque é absolutamente fundamental para uma freguesia que tem aquela realidade desportiva, que tem aquela dinâmica. Portanto, gostaríamos muito que esse pavilhão acontecesse. Pareceu-nos a melhor localização possível. Para além do Parque Verde e para além do complexo desportivo que já existe no local, acrescentaríamos mais uma resposta ao complexo desportivo. Parece-me, sinceramente, mas esta é a minha opinião - eu entendo, que essa seria uma resposta e uma excelente localização. Não sou o único que entende. A grande maioria da população, hoje, começa a entender e ambiciona esta resposta localizada precisamente nesse sítio. Em relação ao saneamento - para quando? Se fosse noutros tempos, eu dizia-lhe para o ano. Como nós não mentimos às pessoas, como nós não criamos falsas expectativa, aquilo que eu lhe posso dizer é o seguinte: Estamos neste momento a preparar. Como compreende, estamos a fazer um fortíssimo investimento na rede pública de água e saneamento - que tem uma comparticipação de fundos comunitários expressiva, face ao montante global do investimento que está a ser feito. Portanto, estas coisas fazem-se com planeamento. Fazem-se à medida que vamos tendo possibilidades. Portanto, estamos a preparar. Estamos a trabalhar para procurar avançar com mais uma ou outra freguesia, em termos de rede de água e saneamento. Logo que tenhamos reunidas essas condições, logo que saibamos que tipos de avisos e que tipo exigências estarão plasmadas nesses avisos. O executivo camarário terá condições para dar resposta às pessoas e poderá dizer que vai ser a freguesia de Pindelo, vai ser freguesia de Carregosa, ou vai ser a freguesia de Carregosa e de Pindelo, ou vai ser a freguesia de Loureiro. Nós não conhecemos o aviso que vai ser publicado. Em função das exigências desse aviso, poderemos até ser “obrigados” - isso seria uma excelente notícia - a fazer a rede pública de saneamento aqui na freguesia de S. Martinho da Gândara. Estamos a trabalhar para isso. Tivemos a preocupação de negociar no Portugal 2030 a inclusão de verbas para podermos avançar também neste domínio da rede

pública de saneamento. Fizemos muito recentemente uma reavaliação do montante de investimento que era necessário fazer. São números absolutamente surpreendentes. Aquilo que nós estamos a procurar fazer é dar passos seguros, no sentido de procuramos assegurar estas respostas cada vez em mais freguesias do nosso concelho. Estão aqui muitos presidente de junta de freguesia que olham para mim com ansiedade, porque sabem que essa é por ventura a resposta mais importante que nós podemos dar a essas freguesias. Independentemente de outras fragilidades que elas têm. Também têm problemas na rede viária. Também têm problemas de passeios com pedrinhas soltas. Mas esta estrutura básica é absolutamente determinante até porque condiciona fortemente aquilo que vai ser a próxima revisão do PDM. A próxima revisão do PDM vai limitar a construção em espaços que não estejam dotados de infraestruturas públicas. Ou em espaços onde a Câmara Municipal não tenha feito um planeamento que permita a prazo a concretização dessas infraestruturas. Portanto, nós temos a obrigação de avançar o mais depressa que for possível nestas respostas. Em relação ao muro de acesso ao parque Verde: Senhor Alcides Queirós, o senhor coloca a questão, não sei se a faz ironicamente. Mas, o que é um facto é que, eu nunca dei nenhum alinhamento de nenhum muro no nosso concelho. Portanto, não seria esse o primeiro. Nunca me deslocuei com o senhor Manuel Moreira ao local. Nem sequer soube que ele ia fazer o muro. Nunca falei com ele, sobre o muro. São afirmações que: eu acho que devem ser evitadas. Porque isso cria um tipo de registo que é um tipo de registo onde parece que tudo é feito ao acaso, de qualquer maneira, sem regras. Não é verdade. Portanto, dizer-lhe, categoricamente: nunca fui pessoalmente ao local dar esse alinhamento. Nunca estive com o senhor Manuel Moreira a falar sobre muros. Em relação à Rua da Fontanheira, Rua Caminho do Morgado: Essa estrada é uma estrada em terra batida. Percebo: É uma velha aspiração sua, uma velha reivindicação. Já ouço falar disso, há não sei quantos anos, em vários fóruns. Julgo que é preciso fazer uma ponte para permitir a ligação da via. Temos também esse problema para resolver. Aquilo que eu lhe posso dizer, é o seguinte: Interpretando isto com toda a cautela e toda prudência, É nós termos a preocupação, mesmo neste quadro onde por vezes não conseguimos sequer conservar a rede de estradas que já temos, comprometermo-nos a estudar isso e perceber que tipo de investimento é que estaríamos a falar para permitir essa ligação. Que, como o senhor diz, evita que algumas pessoas tenham que fazer desvios substanciais. Estamos a falar de um quilometro de via com uma largura, que o senhor diz que é generosa, aceitável, não tem nada de especial em termos de largura. Quem ouvir falar pensa que estamos a falar de uma estrada de seis ou sete metros. Não, estamos a falar de uma estrada estreita. Mas que precisa efetivamente de uma obra de arte para ultrapassar um curso de água natural. Portanto, é uma obra que mexe com algum dinheiro. Mas comprometo-me a estudar o custo disso e avaliar a sua possibilidade. Relativamente à intervenção do senhor representante do Grupo Vidal: teceu um conjunto de considerações, sobre um conjunto de aspetos: RSU, paga, mas não serve; Não percebi muito bem o que é quis dizer com isso. Estamos a falar de um arruamento que serve exclusivamente a sua empresa. Não tem, digamos, para além disso, mais nenhuma utilização. Mas é um arruamento que serve uma empresa importante. Portanto, é um arruamento ao qual nós temos

que dar atenção. Mas coloco-o no plano de muitos arruamentos que nós temos no nosso concelho. Portanto, naquilo que é o quadro das nossas prioridades, nós, neste momento, ainda não temos prevista uma data para a sua intervenção. Reconhecemos que a estrada está em mau estado, também em resultado da pressão que é exercida pelos veículos pesados. Mas não temos ainda planeada esta intervenção. Vamos olhar para ela e vamos ver o que ela significa. Dar só uma nota: se este troço que vai da Rua dos Ingleses à porta da empresa, está com alguns problemas e precisa de ser resolvido, o troço antes deste era um drama completo. A própria Rua dos Ingleses era um drama completo. Ela foi completamente requalificada e hoje os camiões do grupo chegam até esta estrada com todas as condições, quando tinham um verdadeiro caminho de cabras no passado. Em relação ao contador da EDP: esse problema está a ser resolvido com a E-Redes. Julgo que muito rapidamente estará resolvido. Em relação à alteração do PDM: Só dizer o seguinte: Uma alteração do PDM, não significa que criemos as condições para que os investidores permaneçam no território. Nós fazemos sugestões de alteração. Procuramos assegurar, sobretudo junto de unidades industriais, junto de empresas, o seu crescimento. Temos essa preocupação. O processo está a decorrer, como está a decorrer noutros municípios. Estamos num processo de revisão. A própria Comissão de Coordenação tem muita dificuldade em promover as reuniões que são necessárias para se fazer a avaliação do processo. É muito difícil. São muitos PDM que estão em simultâneo a serem alterados no Norte do País. Mas nós estamos atentos, atentos, a todas as solicitações que nos são feitas. Teremos um período de discussão pública onde, caso as pessoas não tenham feito as reclamações no prazo que esteve legalmente disponível, podem voltar a fazê-lo. E é isso que eu peço que façam, todas as alterações que precisem ao nosso PDM, façam chegar essas alterações, para nós podermos contemplar. Fiquem, porém, com a certeza, que há um conjunto de reservas que, não são responsabilidade municipal, são reservas nacionais. E para essas reservas nacionais as respostas são de entidades nacionais. Portanto, aquilo que nós fazemos é procurar, com a fundamentação que nos é feita chegar pelos proprietários, pelos investidores, complementamos com a nossa fundamentação procurando mostrar a quem decide a bondade e a necessidade de se proceder a essas alterações no Plano Diretor Municipal. Estamos a trabalhar nisso. Vamos procurar que o Plano Diretor Municipal nos próximos meses tenha avanços significativos. Há anos que estamos a trabalhar nisso, nós e outros Municípios, para o podermos concretizar. Se permitem, eu respondia, em simultâneo, a um conjunto de intervenções que foram feitas, sobre o nosso sistema de transportes UNIR: O que é que há a dizer sobre isto? Nada. É reconhecer que se fez um concurso público internacional, Um concurso enorme, gigantesco, estamos a falar de: cerca de 400 milhões de euros, 33 milhões de quilómetros por ano, 439 linhas, 672 autocarros, uma operação gigantesca com o objetivo de promover a coesão do território e ter um sistema de mobilidade metropolitana. Portanto, os municípios, já há uns anos a esta parte, entregaram à Área Metropolitana do Porto a responsabilidade e as competências, em matéria de transportes. Foi a Área Metropolitana do Porto que lançou esse concurso que procurava dar um conjunto de respostas no domínio da mobilidade metropolitana. O nosso Município, faz parte do Lote que se chama Sul/Nascente,

com mais quatro municípios (S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Arouca e Vale de Cambra) e, teve azar. Ou seja, é o único lote que ainda não tem horários publicados. Na grande maioria dos lotes, os autocarros já são os autocarros que os operadores são obrigados a disponibilizar à população, as paragens estão perfeitamente identificadas, os horários, as frequências estão razoavelmente ajustadas. Nós continuamos com problemas. E não é por falta de comunicação. E senhor vereador e eu estamos constantemente a receber reclamações por parte das pessoas. E fazemos chegar essas reclamações. Aquilo que nos dizem, é: O problema está resolvido. A paragem da Segurança Social, o autocarro para na paragem da Segurança Social. Pois, mas, não para. Então, o que é que se pode fazer? É, mias uma vez, dizer: vocês não estão a dizer a verdade. Esse problema está mais do que reportado e vocês dizem que o autocarro para e temos munícipes a dizer-nos, alunos a dizer-nos, pais a dizer-nos que não é verdade. Portanto, os senhores resolvam o problema. O consórcio que ganhou é um consórcio espanhol. Divergências profundas entre os elementos do consórcio. A Câmara teve que alugar as instalações da Transdev, porque eles não se entenderam e com a Transdev e não conseguiram alugar as instalações. A Câmara Municipal conseguiu fazê-lo. A Câmara Municipal viu-se na necessidade de recorrer ao alugar autocarros para linhas que pura e simplesmente tinham sido supridas. O que é que se tem dito sobre isto: A Câmara Municipal não fez um planeamento? Ao fim e ao cabo, os cinco municípios que compõem este lote desgraçadamente têm culpa. Os outros, planejaram tudo bem, estes cinco municípios, que não têm competência nenhuma, planejaram mal. Não. Os municípios não foram envolvidos no planeamento. Os municípios fizeram uma coisa, que foi: Reportaram a rede que tinham. Nós reportamos a rede que tínhamos, que era assegurada pelos privados, e incluímos também os transportes escolares e os transportes urbanos (TUAZ). E foi isso o que nós transmitimos. Entretanto o que foi feito, foi um trabalho de otimização dessas linhas que foram comunicadas, redundou nisto que nós estamos a sentir hoje. Muitas destas coisas já estariam ultrapassadas se fosse observado, pura e simplesmente, aquilo que foi comunicado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Porque, diz-me assim: “Estão a passar 08:05, 08:10 e antes passavam às 07:50. É só pegar na linha e colocar nesse horário. O que nós gostaríamos todos era que não houvesse espaço para esse tipo de reclamações e tudo estivesse a funcionar perfeitamente. Esta coisa tem a particularidade de: Antigamente, quem pagava, eram os utilizadores. Era o custo do bilhete que pagava. Agora, são os municípios que pagam ao quilometro. Isto vai obrigar a fortíssimo investimento do orçamento municipal de cada um destes municípios. Para além do investimento que têm que fazer, também é substancial, para que os passes de três zonas sejam de 30€ e para todo o território metropolitano sejam de 40€. Nós estamos a pagar esses erros. Nós estamos a pagar o autocarro que passa ali. Ele passa num horário que não serve a população, mas nós estamos a pagar. (...). O sistema de mobilidade que existe é para servir a população, na qual se inclui a população escolar. É evidente que, se há alguém que perturba a segurança dos miúdos, temos que tomar medidas. Nós temos outro problema: para além de não termos horários, não termos as frequências afinadas, as paragens devidamente identificadas; Nós não temos nenhum instrumento de controlo. Nenhum. Ou seja, nós, não

temos um sistema de localização que nos permita perceber se o autocarro fez ou não fez o percurso. Temos é os pais a dizer: não o fez. E eles a disserem: fez sim senhor. O que é que nós queríamos? Queríamos que aquilo que está contratado fosse implementado pelo operador. Está a acontecer nos outros lotes, ainda não está a acontecer neste lote. Amanhã há uma reunião entre a Área metropolitana do Porto e a Administração da Sherbus, para por um ponto final neste assunto, porque não podemos continuar a ter estes problemas, a prejudicar os pais, os alunos, os trabalhadores, sobretudo quando estamos a pagar e eles têm a obrigação de assegurar o serviço. Peço desculpa, por estes transtornos que estão a ser causados. É uma das situações que mais nos preocupa. Não temos tido, infelizmente, muita sorte. Dizer também, porque é muito importante: O município de Oliveira de Azeméis foi o único município que sugeriu o adiamento da entrada em funcionamento da operação. Nós, em função das reuniões que fomos tendo e do trabalho preparatório que fomos tendo, não nos parecia que haviam condições, infelizmente viemos a ter razão, para a operação ter arrancado em dezembro de 2023, e sugerimos o seu adiamento. Não foi aceite o seu adiamento. E o resultado está à vista. E todos nós hoje nos lamentamos por não ter atrasado um bocadinho a operação. Hoje, se calhar, se tivéssemos feito o adiamento por dois ou três meses, não estaríamos a falar aqui de todos esses problemas que infelizmente afetam toda a gente. Em relação à intervenção do senhor António Marques, dizer: Sim senhor, faz sentido. Queremos que em Oliveira de Azeméis seja um ano da inovação. Gostaríamos muito que Business Center fosse o primeiro passo para isso. Gostaríamos muito que este projeto ambicioso, da Universidade de Aveiro, da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, mas também do tecido empresarial e económico do concelho, que é a fábrica do futuro, fosse também uma realidade. Os nómadas digitais. As respostas ao nível da tecnologia são absolutamente críticas, não só para ajudar a resolver os problemas da nossa indústria “tradicional”, mas também para trazer conhecimento, para trazer talento que é absolutamente fundamental para nós reinventarmos e transformarmos o nosso modelo de desenvolvimento económico que corre riscos sérios. Portanto, inteiramente de acordo consigo. Gostaria muito de ter essa capacidade para fixar todo esse talento que existe no nosso concelho. E este território ser um território amigo da inovação e amigo do empreendedorismo. Em relação à intervenção do senhor Roma Resende: Não tenho rigorosamente nada a acrescentar. =====

*===== Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi apresentado o seguinte voto de Louvor: **“Voto de louvor à Cooperativa Elétrica de Loureiro pelo seu 90º aniversário.** «A Cooperativa Elétrica de Loureiro, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, foi criada no dia 26 de dezembro de 1933, posicionando-se como uma Cooperativa de referência no desenvolvimento de soluções de eficiência energética e energias renováveis, assegurando o abastecimento energético de toda a freguesia, habitações, comércio e indústria, sem descurar o aspeto humano e social, que estão subjacentes à sua génese. Assim, considerando os relevantes serviços prestados ao município e, particularmente aos habitantes e investidores da Vila de Loureiro, a Assembleia Municipal, reunida no dia 29 de fevereiro de 2024 aprova, por*

unanimidade, um voto de Reconhecimento e Louvor à Cooperativa Elétrica de Loureiro, seus fundadores, dirigentes e associados que prestigiam e dão vida a esta distinta instituição.» =====

===== Colocado à admissão e votação o voto de louvor à Cooperativa Elétrica de Loureiro pelo seu 90º aniversário, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

*===== Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia apresentou os seguintes votos de Pesar: “**Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel da Costa Carvalho.** «Manuel da Costa Carvalho faleceu com 83 anos, sendo sepultado no dia 29 de dezembro de 2023. Foi Presidente da Junta de Freguesia de UI, entre 27 de agosto de 1990 a 24 de junho de 1991, tendo, entretanto, desempenhado, desde 1980 a 1993, funções de Secretário e Tesoureiro de diversos Executivos, sempre com dedicação, zelo e competência. Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida no dia 29 de fevereiro de 2024, em solidariedade com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba UI, UI, Macinhata da Seixa e Madaíl, aprova por unanimidade um Voto de Pesar e Condolências a enviar à sua família.» =====*

===== Colocado à admissão e votação o voto de pesar apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

*===== “**Voto de Pesar pelo falecimento Professora Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena.** «Faleceu no passado dia 24 de janeiro, aos 77 anos de idade a Professora Isabel Vilhena. Professora primária, trabalhou durante vários anos na Delegação Escolar de Oliveira de Azeméis, responsável por criar o primeiro núcleo das Mulheres Sociais Democratas em Portugal, impulsionando o movimento noutros concelhos do país. Desempenhou ainda funções autárquicas na assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. Mulher de personalidade forte com sensibilidade social. A sua participação cívica e política pautou-se por servir a causa pública de forma desinteressada com foco na educação e nas causas de solidariedade social, com atenção particular nos mais vulneráveis, tendo sido a impulsionadora dos cabazes de natal das Mulheres Sociais Democratas de Oliveira de Azeméis. O trabalho desenvolvido e o entusiasmo colocado nas causas em que acreditava e defendia merece o nosso profundo reconhecimento. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em sessão ordinária no dia 29 de fevereiro, aprova um voto de pesar pela morte da Professora Isabel Vilhena e apresenta sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.» =====*

===== Colocado à admissão e votação o voto de pesar apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== **“Voto de Pesar pelo falecimento de José Carlos Correia Rego.** «José Carlos Correia Rego, nasceu a 11 de Janeiro de 1965, em S. Sebastião da Pedreira, na cidade de Lisboa e deixou-nos de forma prematura depois de uma vida de lutas pessoais e profissionais, no dia 19 de Janeiro de 2024. Perdeu-se um grande amigo, um grande entusiasta do associativismo desportivo. Todos nós sentimos uma profunda tristeza pelo seu desaparecimento, lamentamos e enaltecemos o trabalho ao serviço da comunidade tendo dado sempre o melhor de si. Foi um dirigente associativo muito dinâmico e proativo, que deu muito ao Desporto Concelhio. José Carlos foi uma personalidade notável, cujo comprometimento e paixão pela sua terra e pelo desenvolvimento do futsal nas mais de quatro décadas que esteve ao serviço do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela são evidentes no legado humano e material que deixa. As gerações de crianças acarinhadas pela sua terna dedicação recordá-lo-ão para sempre. Na Coletividade o José Carlos fazia tudo, Jogador, Presidente, Treinador, Chefe de Secção, e tudo o que possamos imaginar. Foi o exemplo de alguém que se apaixonou pelo clube e deixa tudo para trás, família, amigos e até a vida profissional. A sua visão e determinação foram fundamentais para a estruturação, crescimento e sucesso do seu clube, tornando-o numa referência. A sua incansável capacidade de trabalho e espírito de liderança foram decisivos para a coesão e vitalidade do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela. Para além do Desporto, também foi Autarca e cumpriu três Mandatos como Presidente da Assembleia de Freguesia de Ossela. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em sessão ordinária no dia 29 de fevereiro, aprova um voto de pesar pela morte de José Carlos e apresenta sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.» =====

===== Colocado à admissão e votação o voto de pesar apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia deu nota que foram apresentadas seis candidaturas ao Prémio Cidadania. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Terra, Daniela Silva, Fernando Pais, João Costa, José Queirós, José Lourenço, Helga Correia, Bruno Aragão e Florbela Silva. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Terra**, do PSD.=====

===== Boa tarde. Na pessoa do Senhor Presidente da assembleia municipal, Amaro Simões, cumprimento-vos a todos e desejo as boas-vindas à freguesia de São Martinho da Gândara, onde vivo desde que nasci. Em sequência da oportunidade que as assembleias municipais descentralizadas proporcionam, aproveito o facto de aqui estarmos para vos alertar para alguns aspetos menos positivos da minha freguesia. No sítio da internet da camara municipal de Oliveira de Azeméis, é dito que a ruralidade persiste em São Martinho Gândara. - É de facto uma característica que define o nosso território, que nos enche de orgulho e honra os nossos antepassados que tanto lutaram por nos deixar esta herança que nos define enquanto povo. O facto de termos um território iminentemente rural não ilustra maioritariamente a realidade ocupacional da nossa população. A atividade agrícola intensificou-se e modernizou-se. - Por esse facto, emprega hoje muito menos pessoas que no passado. Já não é, portanto, a principal base de sustento da maioria dos São Martinhenses. A busca de empregabilidade fora da freguesia e do próprio concelho, faz com que muitos não fixem cá a sua residência. Paradoxalmente, somos, conjuntamente com Loureiro, as duas freguesias mais a litoral do nosso concelho e no nosso caso concreto, não estamos a aproveitar convenientemente essa localização privilegiada. SMG está muito próximo de uma acessibilidade já existente à A29, também muito próximo da A1 e da principal linha férrea do país. Não podemos desbaratar este potencial enorme e ficar a definhar, enquanto outros se modernizam e valorizam as suas terras, gerando atratividade e riqueza aos seus concidadãos. SMG tem vindo a perder população, bem sabemos que não é caso único no concelho, compete, pois, a cada um fazer o seu trabalho. Existem assimetrias relevantes quando comparados com outras freguesias. É responsabilidade do executivo da junta, tudo fazer para criar as condições necessárias para inverter esta tendência demográfica. Temos sido recorrentemente esquecidos e até negligenciados. - Temos défice de desenvolvimento estrutural e estratégico que tem ferido a ambição que temos por um futuro condizente com o nosso passado, mais próspero e relevante. A nossa freguesia terá necessariamente de criar condições que passam pela sua adaptação aos interesses e anseios da população, nomeadamente da mais jovem, que são hoje bem diferentes das que existiam no passado. É necessário, que sejam dados sinais inequívocos para que os nossos jovens percebam que estão a ser definidas e encetadas ações no sentido de aproximar este território às suas necessidades e reivindicações. Em virtude da observação e recolha da opinião de alguns São Martinhenses, foram identificados alguns problemas que carecem de resolução, dos quais destaco dois. A dotação de água e Saneamento publico Este é o primeiro de todos os problemas, não é aceitável que este seja ainda o principal anseio dos São Martinhenses, e não é aceitável só porque não temos esse problema resolvido. SMG tem muitos e diversos focos de poluição espalhados um pouco por toda a freguesia, a falta de saneamento faz com que as pessoas não tenham como alterar os seus procedimentos. Há um desrespeito coletivo que polui e contamina os lençóis freáticos. Urge resolver este problema, mais que uma reivindicação, é um imperativo

moral! As fontes publicas existentes não estão em condições de salubridade para garantir a qualidade da água para o consumo humano. O mesmo se passa em muitos dos nossos poços. Foram efetuadas análises em que revelaram nitratos que excediam os limites definidos pela legislação portuguesa, foram ainda detetados estreptococos fecais que deveriam estar ausentes, chamam ainda à atenção para o elevado o valor do PH que denunciava, imagine-se, agressividade para tubagens e equipamentos... A maioria da população desconhece a qualidade da água que anda a consumir, e que tem repercussões negativas na sua saúde. A água é um bem finito e imprescindível à vida, não temos o direito de a poluir desta forma, que de resto é também ilegal. Outro aspeto identificado e que suscita preocupação, é a falta de Habitação. Como é do conhecimento de todos, este é um problema que não se verifica só nas grandes cidades. Nem todos querem ou podem construir uma moradia, quer pela ausência de terreno quer pelos elevados custos que essa solução acarreta. Achamos, pois, necessário, que em permanente diálogo com a autarquia, construtores e investidores, seja criada uma zona habitacional no nosso território, essa tem sido a solução encontrada noutras freguesias para a resolver este problema. A nossa população mais jovem tem consciência do que vai sendo feito noutros lados, desconhecem e interrogam-se se há alguma estratégia que tenha por finalidade proporcionar soluções de habitação ajustadas às suas necessidades também na sua freguesia. Sr. Presidente, a exposição destes pontos ilustra e revela algumas das inquietudes que sentimos enquanto munícipes. Pedimos-lhe, pois, que nos ajudem a ultrapassar estes constrangimentos que nos atrasam e fomentam o ciclo de perda de população. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Daniela Silva**, do PS. =====*

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal Amaro Simões. O nosso concelho está a mudar. Nos últimos anos o município tem feito um investimento significativo na requalificação de várias infraestruturas. A modernização dos espaços, criando condições de acessibilidade e de conforto, são fatores que promovem, a longo prazo, a fixação da população nos territórios. Sei que os processos são complexos, não são céleres e que causam diversos constrangimentos até atingirem a sua concretização. Mas também é certo, que as ações que são tomadas hoje só são visíveis mais tarde. A requalificação das infraestruturas é fundamental e contribuí para o progresso, mas a par disso é necessário que os espaços sejam dinamizados e utilizados pelos seus munícipes. O Teatro Municipal é uma das infraestruturas que foi intervencionada, que já está ativa e está a ser dinamizada. A dinamização deste espaço em específico tem sido feita através de uma estratégia cultural inclusiva, diversificada e direcionada para diversos públicos. Nos últimos meses tivemos a oportunidade de assistir a concertos, espetáculos de teatro, cinema e atividades pensadas para os mais pequenos. A oferta tem sido estruturada para públicos alargados e para nichos de mercado. Os espetáculos têm tido adesão por parte da população e alguns até tem esgotado. A criação de públicos e de hábitos culturais não é imediata e é necessário uma constante oferta

cultural que promova essa criação. Um quadro cultural forte aliado à inclusão, à educação, ao turismo contribui para uma maior ligação da comunidade com o território, alavanca a economia local e promove a inclusão social. Este quadro cultural necessita de uma estratégia, que inclua os diversos espaços culturais interligando-os, criando ofertas culturais e artísticas à população. Hoje temos o TEMA está operacional e com uma programação ativa e regular. Um caminho complexo, que começou em dezembro, e que merece a nossa constante atenção para que consigamos ter sempre o espaço em atividade. Este é um espaço âncora da cultura, mas temos outros espaços culturais que devem ser também interligados com este para que todos tenham acesso à cultura. É importante disseminar a cultura por todo o município, pelas várias infraestruturas, mas também pelos espaços ao ar livre. Só com uma oferta próxima, basta é que podemos criar um concelho cultural forte. Desta forma questiono o executivo: 1 - O que está a ser programado para os próximos meses e se está previsto a dispersão da oferta cultural pelas freguesias? 2 - O que está pensado para os próximos grandes eventos como é o mercado à moda antiga e em dimensão mais pequena o entre artes? 3 - Questiono também como se encontram neste momento a requalificação da garagem Justino? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente do Município, Senhores Vereadores, pessoal de apoio da Câmara Municipal, colegas Membros da Assembleia Municipal, restantes pessoas e, uma saudação especial para o Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Gândara que nos recebeu bem. Eu estive muito atento a intervenção dele e é urgente criar aqui, daquilo que eu percebi, uma zona habitacional que permita atrair as pessoas e criar polos de atração. E isso é um dos desígnios que a Câmara Municipal tem que fazer. Não é o Senhor Presidente que tem de fazer, é também a Câmara Municipal que deve criar esses polos de atração e também investimento efetivo nas Freguesias. Mas isso são contas de outro rosário. O meu tema, não era este o meu tema, era, de facto, o TeMA. Eu ouvi com atenção a intervenção da Senhora deputada Municipal. E a minha reflexão vai muito além daquilo que disse. Eu concordo exatamente em muitos aspetos que a Senhora deputada Municipal referiu aqui. De facto, e fazendo uma análise mais abrangente, o Cineteatro Caracas foi construído nos finais da década de 60, substituindo o antigo cinema Avenida Cine, datado de 1945. Posteriormente, este espaço foi adquirido por este Município, em 2002, por 1,5 milhões de euros, sendo que, a partir dessa altura, os sucessivos Executivos Camarários desenvolveram várias atividades culturais e recreativas no espaço tornando-o numa referência absoluta do nosso Município, desde então este espaço tem um papel importante e determinante na dinamização cultural de Oliveira de Azeméis, tornando-se uma sala emblemática e de referência para o nosso Concelho. O edifício é um equipamento cultural emblemático da cidade, fazendo parte da memória coletiva de quase todos nós. Nesta senda, o anterior executivo PSD encetou diligências no sentido de promover

a remodelação e modernização deste espaço, dotando-o de um novo conceito, com mais salas disponíveis e com maiores níveis de conforto e segurança. Foi, inclusivamente, aprovado o projeto e o apoio financeiro. Fez bem este Executivo em dar andamento ao projeto de remodelação e ao apoio financeiro, entretanto aprovados, introduzindo, naturalmente, algumas alterações ao projeto inicial, mas sem alterar o conceito essencial do mesmo. Em 11 de novembro de 2023, o novo espaço foi finalmente inaugurado com honras Municipais e Ministeriais. Esperemos que este investimento, na ordem dos 6 milhões de euros, na recuperação e modernização do Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis, agora designado por TeMA, que teve como objetivo reabilitar este edifício vocacionado para a realização de eventos de carácter cultural e artístico, adaptando-o às novas exigências funcionais, estéticas e legais, tenha de facto um efetivo reflexo na sua utilização como espaço nobre de serviço público, no âmbito da cultura e das artes, dotando o nosso Município com uma infraestrutura cultural que contribua para o maior acesso, envolvimento e participação da população, e desenvolvimento cultural do Concelho. Só pode ser este o desígnio do TEMA. Estamos certos e tudo faremos, nós, Assembleia Municipal, e o próprio Executivo para que assim continue a ser sempre na melhoria da qualidade da oferta cultural e na valorização do património em que o TeMA muito justamente se insere. O Município tem que estar ciente de que esta não é só uma função do Estado, mas também é, fundamentalmente, dele próprio. É da competência de os Órgãos Municipais criar, construir, gerir instalações e equipamentos, serviços, redes de comunicação de transporte, energia, distribuição de bens integrando-os no património do Município ou colocados por ele sob Administração Municipal. Em suma, este Grupo Municipal congratula-se com a obra realizada, esperando agora que este Município potencie este equipamento ao serviço das artes e da cultura, e da região do nosso Concelho, possibilitando a todos os agentes económicos e culturais a dinamização das suas atividades. Contudo, Senhor Presidente, não podemos deixar aqui e agora de fazer um escrutínio político sobre tudo o que rodeou esta intervenção no Cineteatro Caracas, mormente desde a deliberação da Câmara Municipal, 19 de setembro de 2019, onde foi aprovada a adjudicação da empreitada “Reabilitação do Cineteatro Caracas”, apresentada pelo concorrente Edilages, SA, pelo valor de quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil cento e cinco euros e nove cêntimos. Desde essa altura e até à presente data, não obstante a travessia do período de COVID, que nem tudo explica, pudemos assistir a uma série de ações/ inações, que devemos, face aos princípios de boa gestão, apontar para que de futuro se evitem. Conforme já referi, quando este Executivo do PS assumiu os destinos do nosso Município as obras no Cineteatro Caracas estavam devidamente previstas pela anterior gestão camarária, incluía o projeto e o financiamento. Foram precisos 2 anos para que a obra fosse adjudicada, o que aconteceu em 19 de setembro de 2019, contando, naturalmente, com algumas alterações introduzidas a que, de facto, não somos alheios. Em 23 de abril de 2020 foi assinado o auto de consignação que previa um prazo para a conclusão das obras de 450 dias, devendo estar concluídas as obras, em agosto de 2021. O que se passou depois dessa data é uma série de prorrogações, 5 prorrogações, 6 prorrogações, que originou um atraso da obra de 743 dias. Os motivos para este adiamento foram sendo

avançados pelo Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente ligados ao impacto da situação pandémica, a dificuldade na aquisição de materiais, na restrição do mercado por via da pandemia, mas também pelas revisões do projeto durante a fase de execução devido a incongruências do projeto com a mecânica da cena, o AVAC, cujas soluções não eram consensuais e se encontraram em análise. As normas de funcionamento do teatro. O Regulamento que hoje está em aprovação, segundo o Senhor Presidente, em 19 de janeiro de 2023 já se encontrava concluído, mas só no final de setembro do mesmo ano foi aprovada em Reunião de Câmara o início do procedimento. Em reunião de Câmara de 28 de setembro de 2023 foi aprovado o início do procedimento da aprovação do Regulamento, nos termos do artigo 98º do CPA, por causa da eficácia externa do mesmo, promovendo-se nos termos legais, a consulta de todos os potenciais interessados para que estes possam apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento. Esta consulta seria feita por edital a todos interessados, no prazo de dez dias úteis, contados da publicitação da deliberação da Câmara Municipal, para que estes pudessem apresentar os seus contributos, no âmbito deste procedimento. Nessa mesma reunião do Executivo Camarário, foi ainda deliberada a revogação expressa do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas. Ou seja, a partir dessa data, 28 de setembro de 2023, o cumprimento da tramitação legal para aprovação do novo Regulamento e a revogação expressa do anterior Regulamento, quanto ao modo de funcionamento, segurança e utilização, na nossa modesta visão, houve um vazio regulamentar absoluto e completamente injustificado. O programador cultural foi anunciado pelo Senhor Presidente que, assegurou, até ao final de julho de 2023 o assunto estaria fechado e o programador contratado. Mas, afinal, a sua contratação só ocorreu em janeiro de 2024. A equipa para trabalhar no TeMA e para operar os equipamentos, o Senhor Vice-Presidente disse que: a equipa do antigo Cineteatro Caracas transitaria, mas como era curta seria reforçada com outras pessoas. Pergunta-se: essas equipas já estão organizadas para responder às necessidades efetivas do Teatro, mormente a utilização dos três espaços e do bar? A formação da equipa para trabalhar no novo Teatro é fundamental, uma vez que os equipamentos do som luz, mecânicos de cena, etc, precisam de ser operados por pessoas qualificadas e treinadas e, bem assim, a exploração do bar. A licença do IGAC, ao que julgo, a licença ainda é provisória, não tendo sido emitida ainda a licença definitiva. Urge obter a licença definitiva, que é o garante legal de que todo o equipamento reúne as condições de segurança e de utilização, para que possamos ter e proporcionar atividades culturais à população. E nós ainda não temos esse conforto. Essa licença é importante. A programação é desconhecida. A abertura do TeMA ocorreu no dia 11 de novembro de 2023, sem licença definitiva do IGAC, sem Regulamento aprovado, sem normas em vigor quanto à utilização, funcionamento e disponibilidade do mesmo, sem constituição de equipas de trabalho, sem programador cultural, sem promoção, sem imagem gráfica, sem a necessária campanha de marketing e promoção para um evento de tamanha importância. Evidentemente que todos nós queríamos o Teatro aberto e a sua disponibilidade a todos os agentes culturais e artísticos, mas assim não. Toda esta demora e sucessivas dilações é, senão responsabilidade integral,

grande parte da responsabilidade deste Município. Esperemos agora que tudo esteja devidamente definido e regulamentado, para que possamos conhecer e compreender as regras inerentes à utilização do espaço, devidamente legalizado, em condições de segurança e boa utilização. Pensamos que, com um pouco mais de organização e planeamento, que faltou, a abertura do TeMA poderia e devia ter sido efetuada. São estas questões que não podemos deixar de assinalar, Senhor Presidente. Desejando que tudo corra pelo melhor e que o desígnio do teatro cumpra eficazmente a sua função de promover e estimular a cultura, que é um dos pilares para o desenvolvimento de qualquer comunidade. Por último, Senhor Presidente, espero que aceite humildemente estas observações e não as considere despiciendas, muito menos as inclua num rol de maledicências negativismo e derrotismo político. Esta intervenção assenta no exercício do dever democrático que se impõe, mas, sempre, repito, sempre no desígnio de termos o melhor Concelho. Disse.=====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Boa noite a todos. Cumprimentar todos, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. O tema que trago à Assembleia, é um tema já falado aqui hoje, e por isso é que eu também queria reforçar e saudar, acima de tudo, as populações que nos vieram visitar e vieram prestar as suas declarações, apresentar as preocupações. É para isso mesmo que, também, estas assembleias servem, para que nós possamos discutir, os cidadãos se possam dirigir, a nós, à casa fiscalizadora daquela que é a ação do Executivo Municipal, para expor as suas situações. Por isso, vou falar também um pouco de mobilidade, não só dos transportes públicos, mas acima de tudo de mobilidade. Ao longo das últimas décadas a mobilidade no planeta evoluiu de uma forma galopante, nomeadamente com a generalização do transporte individual, a construção e expansão de estruturas rodoviárias, marítimas, ferroviárias e, até mesmo, aeroportuárias por todo o território mundial, que originou um fenómeno de globalização que conhecemos hoje com constante mobilidade intercultural, com transações de bens e serviços à escala mundial onde as empresas de Oliveira de Azeméis são excecionais, estando elas hoje no top dez do ponto de vista nacional, do que às exportações de bens diz respeito. Posto isto, a mobilidade é mesmo um tema essencial para qualquer cidadão que procura realizar as suas deslocações, no seu dia-a-dia com eficiência. E portanto, necessita de garantir, para assegurar o seu percurso de A até B, que tem as seguintes características: segurança, comodidade, frequência e custos comportáveis. Esta generalização de acesso ao transporte individual, onde também aqui o concelho de Oliveira de Azeméis contribui com um papel importante na produção para o parque do setor automóvel, cumprindo também, integralmente, aquelas características com que falei acima traz também em parte desafios à nossa organização coletiva. Em primeiro lugar, a construção de vias de comunicação, ao longo de todo o território e a sua respetiva manutenção. Um tema trazido regularmente, pelas populações, pelos nossos Presidentes de Junta. O congestionamento do

trânsito, em particular durante as horas de ponta, ao início da manhã e ao fim do dia e também, a organização do nosso espaço comunitário que permita assegurar o estacionamento dos automóveis que, de facto, com a utilização do transporte individual torna-se um desafio para as cidades e para as comunidades que temos no dia de hoje. E, por último, uma consequência também muito importante, que não poderemos nunca deixar de esquecer que é: a nossa mobilidade hoje representa cerca de 25% da emissão dos gases de CO2 no mundo. Por isso, permitam-me que saúde o Executivo pelo início do desenvolvimento do Plano de Mobilidade Sustentável para a nossa cidade, que aguardamos de uma forma expectante, de modo a que possa ter propostas importantes para aquela que é a mobilidade da nossa cidade e possamos percorrer a nossa cidade através dos meios suaves, de forma mais pedonal, também utilizando aquelas que são as nossas bicicletas disponíveis para os nossos concidadãos. Para além deste cenário, que foi retratado na conferência que o Executivo Municipal organizou, há um cenário que foi apresentado, que é o decréscimo de uso de transportes públicos. E a verdade é que os transportes públicos são uma resposta essencial, para que possamos ter cidades menos congestionadas, mais amigas dos sistemas de mobilidade suave, e, portanto, uma sociedade mais colaborativa, uma sociedade com menos emissões de CO2. Com intuito de assegurar estes custos comportáveis nos transportes públicos, em 2019 o Governo lançou um “Programa de Apoio, à Redução Tarifária” que permite que hoje os utilizadores de transportes públicos possam aceder aos passes a custos controlados com um valor máximo de 40 euros. Uma medida que, de facto, veio revolucionar a atratividade do transporte público. De facto, os custos deixam de ser um cenário preocupante para os seus utilizadores, porque é substancialmente inferior o custo de utilizar um transporte público ao de utilizar um transporte individual. No seguimento desta alteração surgiu a necessidade de refletir sobre o novo sistema de transportes. Também em rede. As diversas entidades intermunicipais, no nosso caso as áreas metropolitanas viriam a assumir a gestão dos transportes coletivos. Na área Metropolitana do Porto estão lançados 5 lotes a concurso para a prestação de serviço coletivo rodoviário, com o objetivo de unificar o sistema de bilhética e passarmos todos a poder ter acesso ao sistema do “Andante”. Podemos ter novas rotas, novos equipamentos de transporte. A verdade, é que o sistema já começou no dia 1 de dezembro, passaram-se cerca de 3 meses do seu início. E hoje, até pelas preocupações, os cidadãos que já puderam ter a oportunidade, e bem, de se manifestar, as coisas não estão a correr bem. É verdade que esta gestão, não é uma responsabilidade municipal, é responsabilidade da Área Metropolitana do Porto. E, por isso, questiono o executivo, novamente, sobre: as ações que têm vindo a tomar junto à área Metropolitana do Porto, para que possamos estabelecer aquela que é, a normalidade? E aquilo que é mais importante para quem quer utilizar os transportes públicos, saber que o transporte vai chegar a horas, saber que o transporte tem todas as condições de segurança e de frequência para que saibam que possam assegurar o seu transporte do ponto A ao ponto B com toda a tranquilidade. Por isso, temos muito caminho a fazer, também neste ponto de vista de poder criar uma rede de transportes eficiente em todo o concelho. E o desafio, que nos falta ainda de na nossa Cidade, nas nossas Freguesias, para podermos ter junto aos nossos percursos

escolares, mas também nas nossas principais vias, poder ter percursos pedonais, passeios para que os nossos cidadãos possam fazer a sua atividade de lazer normal, diária, com todo o conforto e segurança. De facto, a mobilidade, não é só o sistema de transportes, é a mobilidade como um todo. Aguardamos com muita expectativa que este Plano para a Mobilidade da Cidade possa ser repercutido no Plano de Mobilidade para o Concelho, que possamos ter uma resposta de mobilidade no Município que garanta que os cidadãos hoje tenham acesso a um sistema de transportes capaz eficiente e a custos comportáveis. Muito obrigado.=====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Queirós** - Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====*

===== Muito boa noite. Senhor Presidente, foi com grande satisfação que ouvi o Senhor Presidente dizer em reunião de camara que vai mandar executar o projeto para a construção do acesso direto à Área de Acolhimento Empresarial de Ul /Loureiro. Há muito tempo que, tanto nesta Assembleia, como em conversas privadas, tenho vindo a insistir para que a realização deste acesso fosse uma prioridade, atendendo aos constrangimentos que o atual acesso causa, tanto a moradores como a todos os que tem que passar na Rua da Vidigueira e Rua do Faial, que são hoje, ruas completamente destruídas pela passagem de um grande número pesados para o qual não estão preparadas. Sempre considerei, e creio que o Senhor Presidente também, que é imperativo um acesso digno àquela Zona Industrial, não só pelos constrangimentos que a opção atual nos oferece, mas também porque queremos dizer aos nossos empresários que o poder político está disponível para criar as melhores condições, e assim contribuir para o desenvolvimento e crescimento do tecido empresarial da nossa região. O que venho aqui perguntar Senhor Presidente, é: Se tem perspetivado o tempo que será necessário para realização deste novo acesso e se o mesmo já prevê também o alargamento desta Área Empresarial? E também, se a solução agora aceite por V. Ex^a, e dado todos os entraves que foram aparecendo ao longo dos últimos 6 anos, que creio que é o tempo decorrido desde a manifestação da vontade de realizar esta obra até aos dias de hoje, é a aquela que o Senhor esperava e se porventura será também aquela que tem menos impactos negativos na freguesia. Neste momento estamos a assistir à expansão da rede de abastecimento de água na freguesia, nomeadamente na Rua Ângelo Alves Ferreira e parte da Rua Padre Manuel Laranjeira, que é um sinal positivo e espero ainda que seja possível contemplar pelo menos a Rua Ferreira de Castro, já que é uma Rua de ligação, tanto à Padre Laranjeira como à Ângelo Alves Ferreira, mas sobretudo porque é uma das ruas que está prevista ser intervencionada para requalificação, e fazia todo o sentido que fosse infraestruturada antes da pavimentação prevista. Aproveito esta intervenção, Senhor Presidente, para dar nota de que neste momento, a Freguesia de Loureiro tem a sua rede viária completamente destruída e mesmo sabendo que algumas destas ruas já tem previsão para serem requalificadas, é muito urgente que isso aconteça o mais breve possível, e que olhemos também para todas aquelas que ainda não tem qualquer previsão para repavimentação. Obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Lourenço**, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente e restante executivo municipal, um cumprimento especial para os nossos anfitriões na pessoa dos senhores Presidentes da Junta de Freguesia e Associação de Comandos, Senhores Vereadores, Senhores. Membros da Assembleia, Publico, Comunicação Social, funcionários da autarquia, oliveirenses. Trago novamente o tema das rotundas ou rotunda sitas no IC2 no Pinheiro da Bemposta. Recentemente, ficamos todos a saber da decisão da IP em não viabilizar a construção de rotunda na zona do Cavaco. Não podemos deixar de lamentar a postura da IP na condução deste processo, considerando os constrangimentos causados diariamente a todos os que por ali circulam, bem como da vontade da população, freguesia e município. Para suportar esta decisão, foram utilizados argumentos relacionados com a necessidade de construir uma segunda rotunda, bem como pelo facto de que a instalação de rotundas no IC2, originaria a perda de hierarquia da via em relação a outras vias. Se para o primeiro argumento apresentado, da análise técnica na IP, resulta a necessidade de construção de uma segunda rotunda, então construa-se, aproveitando a disponibilidade já manifestada pelo promotor da grande superfície ao lado, para suportar financeiramente a construção da rotunda junto ao Cavaco. Já para o segundo argumento, constatamos que aquela parte do traçado do IC2 foi, por opção da própria IP urbanizado, e existem muitos exemplos, aqui bem perto, da construção de rotundas em pleno IC2, que se têm mostrado boas soluções para a segurança de pessoas e fluidez do transito. Compreendemos todos que as soluções viárias têm uma forte dimensão técnica, associada às condições de tráfego e à segurança de peões e de condutores, pelo que, Senhor Presidente, pedimos esforço extra da autarquia, contando com a população e junta de freguesia, no sentido de perceber melhor as reservas da IP e combatendo os seus argumentos para manter a sua posição, quando existem soluções diferentes da semaforização noutras partes da mesma via.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD.* =====

===== *Cumprimentar a Mesada Assembleia, o Senhor Presidente Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais aqui presentes, comunicação social. Um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e à Associação de Comandos- Delegação de Oliveira de Azeméis, pela receção que estamos a ter nesta a Assembleia Municipal. Vou começar no ponto final da minha intervenção, para ir de encontro à intervenção do Senhor deputado Municipal José Lourenço. Dizer que o Grupo Municipal do PSD se associa a estas preocupações. Aliás, eu na Assembleia da República, tive oportunidade de apresentar uma resolução que recomendava ao Governo a requalificação IC2 e recomendava o estudo de*

viabilidade para a eliminação dos semáforos e a colocação de duas rotundas. Lamentavelmente esse estudo não foi feito por parte do Governo, já tive oportunidade de lamentar em diversos fóruns, também a abstenção do Partido Socialista que na altura que dizia que não votava favorável esse projeto de resolução porque isso iria ser feito. O que é certo é que ainda estamos hoje, vários anos depois, a discutir a colocação destas rotundas. Lamentar mais quando há, uma petição da população, alguém que pretende investir e há umas Infraestruturas de Portugal que não olham para a realidade das populações e do concelho de Oliveira de Azeméis. Por isso associo-me aqui a essa preocupação. Depois, uma outra questão, associar-me às intervenções, no Período Antes da Ordem do Dia, neste caso do público, que diz respeito à questão do novo sistema de mobilidade metropolitano: apelar a uma intervenção dura da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis junto da Área Metropolitana. Aquilo que estes encarregados de educação e esta aluna Cristiana vieram dizer hoje é uma realidade que é transversal a todo o Concelho de Oliveira de Azeméis. Esta preocupação que nós trazemos aqui hoje, tenho que saudar o Senhor Presidente de Câmara que se apercebeu da realidade, se calhar um bocado tarde, porque nós tivemos oportunidade de demonstrar aqui algumas preocupações. O Senhor Presidente na altura disse que, não se iria sobrepor à Área Metropolitana e ao operador, no sentido de resolver os problemas. Senhor Presidente, saúdo terem colocado estes cinco autocarros à disponibilidade dos alunos, para poder mitigar e suprimir as falhas dos transportes escolares. Mas, três meses depois, como o Senhor Presidente disse aqui: nós estamos sem ter horários. Aquilo que foi aquela preocupação, que eu demonstrei em Assembleia Municipal de 11 de novembro, continuamos a ter cidadãos oliveirenses que não sabem, como já foi aqui referido, onde hão de apanhar os carros. Muitos deles optam, isto foi dito por pessoas que o estão a fazer, por andar a pé. Temos horários completamente desfasados da realidade. As pessoas têm que usar táxi, têm de ir de carro próprio. Continuamos com freguesias, Palmaz, Ossela e Macieira de Sarnes, São Martinho da Gândara, que sentem diretamente todos estes constrangimentos. Quem utiliza a rede do TUAZ continua sem resposta. E esta realidade, Senhor Presidente, eu recordo-me nalgumas declarações que li do Senhor Presidente que diz: “esta rede vai permitir uma rede mais eficaz e moderna.” Aquilo que acontece hoje em dia, a realidade é completamente o oposto. Temos uma rede menos eficiente, menos eficaz para as pessoas e sem qualquer tipo de modernidade. Temos autocarros, que estão muito mais antigos do que aqueles nós tínhamos na Transdev. Não há pontualidade. Os carros em vez de terem emissões mais baixas de CO2 ou serem elétricos, não são. Paragens não estão devida referenciadas. Não cumprem o lettering. Eu posso-lhe dizer, Senhor Presidente, que vi autocarros a dizerem que eram da Andaluzia. Eu já percebi que o operador é espanhol. Mas as pessoas ficam a olhar para autocarro nem sabem se é para apanhar ou não. Reconheço, como já disse, inicialmente que houve esforços. Mas é preciso muito mais, Senhor Presidente. Temos alunas que disseram que começam mais tarde as suas aulas. Temos pais a assinarem a autorização para os filhos saírem mais cedo das aulas para apanhar o autocarro. Temos a eliminação de horários na Escola Ferreira de Castro. Temos alunos a ficarem à espera em cafés. É verdade. Eu fiz o trabalho de casa. Falei com

Diretores de Agrupamentos e não só. Constrangimentos nas rotas da parte da rota de Nogueira e na rota Faria de Cima, para a Ferreira da Silva. Freguesia de Ossela desapareceram linhas durante o dia. Horários desadequados. Trajetos em sentido contrário. O TUAZ desapareceu por completo. Os alunos de Macieira de Sarnes continuam também a não frequentar todas as aulas, isso já foi reportado ao Senhor Vereador. Deslocações ao Centro de Saúde também estão a ter constrangimentos. Senhor Presidente, era importante perceber e dizer, mais uma vez, que é preciso que a Câmara tenha mão dura de junto da Área Metropolitana e perceber o que é que está a ser feito, no sentido de resolver todos estes problemas e estes anseios da população. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Senhor Presidente, cumprimento todos, na sua pessoa. Quando iniciámos funções em 2017, um dos nossos compromissos era poder deslocalizar mesmo as assembleias municipais e chegar a todas as Freguesias, neste momento falta-nos uma que também já está prevista. Neste momento há mesmo Concelho inteiro a que nós vamos chegando desta forma. O facto de as pessoas participarem também cada vez mais também nestas Assembleias mostra como este modelo funciona e como a democracia participativa traz mais qualidade à gestão pública do nosso território. Permitam-me apenas um particular, dizer que: foi a primeira vez, pelo menos desde 2005, que eu vi um jovem vir fazer uma intervenção numa Assembleia Municipal. Isso é uma coisa que tem, para todos nós um valor particular, porque mostra também que, esta pode ser uma forma de irmos chegando à população mais jovem e os envolver nestes processos, que são processos mais complexos, mais tencionais do que às vezes parece, mas que são na verdade a melhor forma que nós temos de resolver os problemas entre nós. Cumprimentar também a Associação de Comandos, o Senhor Presidente e o Professor José Godinho, que foi meu professor numa escola que, na verdade, já não existe, que era a Escola Bento Carqueja. Senhor Presidente, esta Assembleia Municipal tem um tom, tem uma tónica particular, várias das intervenções, para não dizer quase todas, foram falando da necessidade de investimentos, de planeamento e da forma como esses investimentos depois acontecem. Era precisamente sobre isso, o que eu queria questionar: O Município de Oliveira de Azeméis, como a maioria dos municípios portugueses, faz investimentos, sobretudo, de duas formas: Via orçamento municipal, mas, na esmagadora maioria dos municípios, nos últimos trinta anos, os investimentos foram feitos através de fundos de fundos comunitários, sobretudo. Avisos a que os municípios respondem e a partir dos quais alavancam investimento. O Município de Oliveira Azeméis tem apesar de tudo uma particularidade que outros Municípios não têm, sobretudo no distrito de Aveiro. É que foi, vários anos, o Município que menos aproveitou esses fundos. Basta pensar, por exemplo, que um dos problemas mais falados nesta Assembleia, água e saneamento, resultou precisamente de nós não termos aproveitado fundos quando existiam fundos para isso. Por isso é que hoje, em 2024, falamos ainda de Freguesias que não têm

praticamente rede de saneamento instalada e muito pouca rede de água. O município de Oliveira de Azeméis era, em 2017, o único município de toda a área metropolitana que tinha zero execução dos fundos PEDU. O Município de Oliveira de Azeméis foi, sobretudo na segunda na segunda década deste milénio, o município que menos executou fundos do Portugal 2020. Isso resultou em muitas das dificuldades que nós hoje elencamos, enquanto município. Coisas que nós podíamos ter projetado, planeado e executado, e entre o momento em que temos uma ideia e o momento em que a concretizamos decorre 5, 6, 7, muitas vezes 10 anos. Isso resulta quase sempre de uma coisa que o município de Oliveira de Azeméis não tinha em 2017 quando nós iniciámos funções, projetos, projetos prontos para serem candidatados, ideias que se materializam em projetos concretos e que depois resultam, de facto, em obras que nós concretizamos. Essa era uma particularidade do Concelho de Oliveira de Azeméis. E, de facto, muitas das reivindicações, e bem, que hoje os oliveirenses fazem e que a oposição também hoje faz, resulta da forma como nós encaramos quase sempre esses fundos. Aliás, uma outra particularidade de Oliveira de Azeméis, é que, neste momento, estamos a alavancar com o Orçamento Municipal muito do investimento que outros municípios conseguiram alavancar com fundos comunitários. Isso torna ou traz uma exigência muito diferente e muito particular à nossa gestão municipal e ao nosso Município. Por isso, a minha questão muito simples: neste momento, nós começamos a desenhar e a preparar, os fundos 2030. Esses fundos são, mais uma vez, fundamentais para a forma como nós vamos conseguir alavancar um conjunto de investimentos que alivia o Orçamento Municipal e que dá corpo, não só aos investimentos que serão típicos desta época, que se esperam que se façam nestes momentos, e que resultam da definição deste quadro de fundos, mas, e também aqui Oliveira de Azeméis é um caso particular, de necessidades que não tendo sido resolvidas com outros fundos vão ser mais difíceis de negociar nestes fundos. Dou um exemplo claro, para nós continua a ser ainda uma realidade, água e saneamento, ou sobretudo rede de saneamento. A necessidade de nós termos, por estes fundos, que não são fundos dedicados estas áreas, capacidade de alavancar a parte que nos falta, que ainda é, sobretudo no saneamento significativa, absolutamente fundamental. Isso resulta às vezes de uma pressão que a autarquia faz sobre entidades que, na verdade, não sentem essa pressão, porque ela já resulta de da pressão de muito poucos municípios. Senhor Presidente, a minha questão é muito simples, relativamente aos fundos 2030: qual é a informação que já tem? De valores é que estamos a falar? Que tipo de investimentos é que podemos esperar que resulte destes fundos? E de que forma o Município de Oliveira de Azeméis se começa a preparar para um ciclo, que muitas vezes os cidadãos sentem anos mais tarde quando nós materializamos e realizamos esses investimentos, mas que resultam quase sempre vários anos antes de uma preparação que é bastante mais silenciosa, mas, que depois tem impacto nos anos subsequentes no momento em que os Municípios começam a tirar proveito ou sentir partido desse tipo de investimentos. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Florabela Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. =====*

===== Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor presidente da assembleia municipal, Amaro Simões e do meu colega, presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara, António Marques, cumprimento todos os presentes. No passado mês de dezembro ocorreu uma reunião do executivo camarário em Macieira de Sarnes. Nessa mesma reunião em nota introdutória tive a oportunidade de apresentar alguns dos assuntos e necessidades que neste momento se revestem de grande importância para a Freguesia. Questões importantes que não tiveram resposta por parte do Sr. Presidente, e por isso têm que ser novamente colocadas para que os Macieirenses possam saber o ponto de situação dos anseios da freguesia. A freguesia de Macieira de Sarnes é atravessada por duas estradas nacionais, sendo que a EN 327, devido à sinistralidade proveniente do excesso de velocidade, carece com urgência de uma intervenção. O executivo da freguesia de Macieira de Sarnes através dos canais próprios tem manifestado esta necessidade ao longo dos anos, contudo os esforços têm sido infrutíferos. Sei que num passado recente, o Sr. Presidente da Câmara procedeu igualmente ao pedido da construção de uma alternativa na curva da Ribeira, e a resposta veio negativa. Por outro lado, tem sido constantemente solicitado às infraestruturas de Portugal soluções limitadoras de velocidade, sendo que os nossos pedidos têm obtido igualmente, respostas negativas. Sr. presidente, desde essa altura (creio 2021) até ao momento, há qualquer tipo de novidade para esta estrada nacional? Está pensada alguma intervenção para limitar a velocidade e consequentemente a sinistralidade? Estou convicta que o apoio e influencia da Câmara Municipal junto das Infraestruturas de Portugal, são decisivas para que este assunto tenha um desfecho positivo, não só para os macieirenses, mas para todos os que circulam na EN327. Outra questão igualmente importante e que vai ao encontro desta problemática está relacionado com as obras na Quinta do Miranda, igualmente falada há vários anos. Desde 2021, que o executivo da freguesia de Macieira de Sarnes aguarda por um parecer do Centro Regional da Cultura do Norte, a autorizar o referido alargamento, que a Câmara Municipal ficou em tratar. Convém salientar que no passado mês de dezembro, caso esta obra tivesse sido realizada, talvez se pudesse ter evitado um atropelamento, precisamente no local do alargamento previsto na EN 327, nomeadamente aquele troço que envolve a Quinta do Miranda. Há ou não há parecer, Sr. Presidente? Podemos acreditar que é possível concretizar um alargamento digno, naquela parte da freguesia, De uma vez por todas é urgente esta ou outra intervenção sob pena de continuarmos a assistir a mais acidentes e/ou mortes, que depois serão lamentadas por todos. Alerto ainda para o facto da Quinta do Miranda estar à venda, sendo que seria a oportunidade da Câmara Municipal ajudar a adquiri-la, comprovando assim, que de facto está a pensar a médio e longo prazo no crescimento e progresso da freguesia de Macieira de Sarnes, uma vez que esta quinta ofereceria uma nova centralidade à freguesia. Outras questões que a freguesia precisa de ter respostas relaciona-se com o saneamento na Rua do Mato Grosso, e nas ruas do lugar da Pedra Branca. Já há solução e acordo para a Pedra Branca? Qual a previsão da ligação a São João da Madeira? E na Rua do Mato Grosso, já há previsão da ligação do saneamento? Alerto para o facto de ter sido oferecido terreno, não só para passar o saneamento dessa rua para a rua do Canceleira, como

foi também, oferecido terreno para se abrir uma rua ligando o Caminho do Mato Grosso à Rua do Canceleira. Até ao momento, para além de já se ter questionado, não existem quaisquer respostas sobre este assunto e a população está constantemente a questionar o executivo da junta de freguesia sobre esta matéria. Outra situação, para a qual também precisamos de respostas, está relacionada com a Rua das Laboeiras, nomeadamente com a conclusão da abertura desta rua, com ligação ao troço antigo da EN 327. Os proprietários que já assinaram as autorizações da cedência de terreno para abertura da mesma, questionam para quando se concretizará o referido prolongamento. Neste momento, precisamos de saber o ponto de situação das negociações, para perceber se já há previsão da abertura da referida rua, ou se teremos de aguardar por mais um mandato para se conseguir efetuar esta ligação, por sinal muito útil à descentralização do trânsito da principal artéria da freguesia. Por último Sr Presidente, enviei há pouco tempo, um email a questionar para quando a implementação de ARU'S nas freguesias, uma vez que na minha freguesia há interessados em requalificar casas devolutas e/ou em mau estado, ao qual ainda não obtive qualquer resposta. Alerto para o facto, de, inclusivamente, ter havido pessoas que adquiriram este tipo de casas, na freguesia de Milheirós de Poiares, pelo facto dessa freguesia possuir uma ARU definida, situação que se lamenta, uma vez que estamos todos a tentar fixar mais pessoas nas nossas freguesias e no concelho. Se Presidente, como há pouco referiu o senhor Rui Figueiredo (na intervenção do período destinado ao público) temos empresas que já deixaram a freguesia e o concelho e como podemos ouvir, poderemos perder mais uma, a empresa de transportes Vidal Figueiredo. Senhor Presidente a Rua dos Ingleses não era um caminho de cabras, porque se o era, continua a ser. A rua dos Ingleses ficou intransitável após intervenção da Indaqua e após a repavimentação, ficou exatamente igual ao troço que tinha anteriormente. E, a Rua dos Ingleses só não ficou melhor, porque a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não quis efetuar o alargamento “digno que merece, porém estou certa que com a implementação de uma área industrial nesta zona da freguesia, a rua dos Ingleses certamente passará a ter outra configuração. Obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Em relação à intervenção do senhor deputado José Terra: inteiramente de acordo em relação à localização geográfica desta Freguesia. Esta Freguesia reúne, sob esse ponto de vista, algumas potencialidades, mas também tem um conjunto de fragilidades que, naturalmente, leva a que a construção não aconteça nesta freguesia ao ritmo que nós desejaríamos e a fixação de população seja também um grande desafio como é, aliás, para todo o território concelhio. E para isso era muito importante que nós tivéssemos efetivamente o saneamento nesta freguesia. Como era importante nós termos o saneamento, também, em Pindelo, em Loureiro, em Carregosa, em todo em todo o território do nosso concelho. É esse caminho que se está a fazer. Esta Freguesia, em 2018, não tinha água, não tinha água pública.

Hoje tem água pública. Se temos poços e fontes com água contaminada e imprópria para consumo, aquilo que eu peço à população é que adira fortemente a rede pública de água. Porque temos baixas taxas de adesão. Efetivamente, é verdade, as águas que as pessoas utilizam são águas que são impróprias, as pessoas não as devem utilizar. E onde tem à sua porta, na sua rua, água pública devem proceder à ligação, porque é uma água que é 100% segura. Portanto, se a infraestrutura existe deve ser utilizada. Em relação à habitação: nós temos feito esse trabalho com muitos investidores, temos procurado que nas várias Freguesias do Concelho de algum investimento ao nível da construção imobiliária aconteça, mas há Freguesias que são mais atrativas do que outras. É evidente que a questão da rede de saneamento é muito importante. Loureiro, por exemplo, tem um fortíssimo crescimento imobiliário e também tem problemas ao nível da rede de saneamento. portanto, a condição não essa. É mesmo uma questão relacionada com a atratividade do território, com a sua localização geográfica, também, e, se quiser, com um conjunto de condições que as pessoas ambicionam ter no sítio onde vivem e que muitas vezes as Freguesias ainda não estão preparadas para oferecer. Esse é o caminho que nós temos que fazer. Sendo certo que, o problema da habitação, não é um problema de São Martinho da Gandra, não é um problema de Loureiro, não é um problema de Macieira de Sarnes, é um problema do distrito de Aveiro, é um problema do país e é um problema da Europa, se quiserem. O problema da habitação, neste momento, é absolutamente crítico e é um dos grandes desafios com que todos estamos confrontados. E não fórmulas fáceis para os ultrapassar, porque se houvessem fórmulas fáceis elas já teriam seguramente sido implementadas. Há efetivamente um plano muito ambicioso de construção, 26 mil respostas sobretudo direcionadas para famílias carenciadas, o Programa 1º Direito. Mas é evidente que há um conjunto de outras respostas que têm de ser implementadas, no sentido de que tenhamos habitação a custos controlados ou, se quiser, a custos acessíveis de forma a que classe média, os jovens casais, ou até quem queira agarrar o seu projeto de vida sozinho o possa fazer e possa pagar uma renda ou comprar uma habitação. Isto impacta com muitas outras questões que, obviamente, não serão para aqui trazidas. Em relação à intervenção da senhora deputada Daniela: acaba por entrar entroncar também na intervenção do senhor deputado Fernando Pais Ferreira. A ligação à cultura, ao turismo, à educação é absolutamente crítica, assim como é crítica a ligação entre todos espaços culturais que nós temos no nosso concelho, e felizmente são muitos. Esse trabalho, é um trabalho que está a ser feito. Nós queremos que a programação cultural do nosso concelho seja uma programação eclética, seja uma programação inovadora, seja uma programação ambiciosa, mas que seja sobretudo uma programação que seja do agrado dos oliveirenses. Obviamente que, ela tem que ser segmentada, mas queremos que essa programação seja do agrado dos oliveirenses. Mas a programação cultural do nosso concelho não se resume ao Teatro Municipal. Nós não vamos deixar que, o pensamento, que o quadro-mental que vai reger o nosso planeamento estratégico, em termos da promoção cultural do concelho, se resuma a um equipamento. Nós estamos a trabalhar um conjunto de respostas: o Centro Interpretativo do Vidro; o Centro Interpretativo Ferreira de Castro; a futura Oficina de Artes, a futura

construção das Minas do Pintor. Há um conjunto de espaços, há um conjunto de respostas que são absolutamente críticas para criar, digamos, essa democratização que falou da cultura um pouco por todo o território concelhio e podermos ter diferentes equipamentos a proporcionar respostas culturais também diversas que sejam do agrado da população. Nós temos um ativo, que eu considero que é absolutamente fundamental, um ativo fantástico, que são os agentes culturais que nós temos instalados no nosso concelho, que são os responsáveis por muita da programação cultural que tem vindo a ser levada a cabo nos últimos anos. E são eles também que são a garantia para muitos eventos-âncora que nós temos, no nosso território, que são sobejamente conhecidos e que eu me vou aqui dispensar de elencar. Era importante dizer, que nós queremos que haja um trabalho, precisamente, de mediação entre essa realidade cultural que nós temos, entre aquilo que já está instalado neste momento nesse território, e a ambição que nós queremos, em termos estratégicos para a cultura no nosso concelho. E, por isso, é que muito recentemente nós começamos a fazer um roteiro cultural. Julgo que no passado sábado foi Cesar-Carregosa- Fajões que recebeu a visita de uma equipa que fez um trabalho de mediação, um trabalho de auscultação, um trabalho também de planeamento com várias associações, com várias instituições culturais do nosso concelho. E este é o caminho que nós vamos ter que seguir no futuro. Nós estamos a trabalhar para que a programação cultural, a cultura no nosso concelho seja um elemento efetivo de promoção do desenvolvimento e da competitividade do território, mas, também, naturalmente, da formação de melhores cidadãos, que é para isso que a cultura serve. A cultura tem também um papel fundamental a desempenhar no relacionamento interpessoal e no relacionamento que tem que existir entre as comunidades. Esse é o caminho que nós estamos a fazer. Estamos a dotar o concelho de um conjunto de respostas, de um conjunto equipamentos que nos permita, precisamente, responder às questões que colocou. Democratizar a cultura, procurar que ela esteja presente em todo o território concelhio. Estamos a programar, neste momento, os meses de abril, maio e junho. Temos praticamente fechada a programação para o Teatro Municipal, para todo o ano. Mas, mais uma vez, eu gostaria que o nosso quadro-mental não se resumisse ao Teatro Municipal. Nós temos que fazer programação cultural para todo o território concelhio, para todas as respostas, para todos os espaços e servir dessa forma ambiciosa toda a população das nossas freguesias. Estamos também a trabalhar no sentido de que, a programação cultural, também seja o chapéu da organização dos grandes eventos concelhios que nós temos a acontecer, destes que já acontecem hoje e de outros que eventualmente venham a ser despoletados. Em relação à requalificação da Garagem Justino (Oficina de Artes): Nós estamos a contar receber o projeto de requalificação do equipamento, nos moldes refuncionalizados que nós demos, em termos de orientações, no final do mês de março, esperamos que no final do mês de março, princípio do mês de abril, tenhamos finalmente o projeto de forma a podermos lançá-lo a concurso. Em relação à intervenção do Senhor Fernando Pais: o Senhor termina, dizendo que: "espero que tudo corra pelo melhor". Mas aquilo que fez foi uma intervenção completamente negativista, derrotista e maledicente. Foi exatamente isso que fez. Mas teve a preocupação de fazer esse enquadramento prévio, para depois dizer com toda a fluidez aquilo que lhe ia na

alma. Sobre a cultura, não disse rigorosamente nada, não ouvi dizer rigorosamente nada. A única coisa que eu ouvi dizer, foi: um conjunto de aspetos. Foi atraso nas obras. Procurando, mais uma vez, fazer um exercício, que eu acho que é altamente reprovável, que é municipalizar os problemas. Os atrasos de obras acontecem em todas as obras públicas, mas o Senhor insiste em particularizar o Município de Oliveira de Azeméis como sendo o campeão dos atrasos nas obras. Eu aconselho-o, vivamente, a perceber, a tentar perceber aquilo que são as obras públicas e os atrasos que normalmente e infelizmente lhes estão associados. E mais importante do que isso, tente e procure perceber as razões que estão na base desses atrasos. E é esse contributo que todos nós temos que dar, para que efetivamente isto não aconteça nas obras públicas de uma maneira generalizada e sistematizada. Essa é uma preocupação que eu tenho, porque, obviamente, não tenho nenhum prazer nem tenho nenhum desejo que as obras públicas, neste Município ou noutros, se atrasem. O Senhor fez aqui um conjunto de considerações: Eu acho que este tema está mais do que esgotado. Os Senhores, mais uma vez, vieram aqui procurar o mérito da construção ou da requalificação do Teatro Municipal. Se o senhor for pesquisar para trás: Eu já lhe dei muitas vezes essa bandeira. Fique lá com o mérito. Não tenho problema rigorosamente nenhum. Eu quero é que as coisas aconteçam. Agora, o senhor dizer que: existe o apoio financeiro para uma obra de 6, quase 7, milhões de euros e que os projetos estavam feitos. O Senhor se quiser um dia conversar sobre isso, poderemos falar detalhadamente sobre isso, poderemos falar sobre os projetos de especialidade do Teatro Municipal, podemos falar sobre os projetos de vídeo, de áudio, de luz, sobre um conjunto de aspetos que o senhor diz que estavam completamente preparados e prontos. E, não é verdade, é mentira, não estavam preparados nem prontos, nem estava assegurado o financiamento para executar esta obra. Mas aquilo que interessa, e para mim isso é que releva, é que efetivamente a obra está lá, a obra está pronta e está ao serviço das pessoas. Com uma programação que é desconhecida, uma programação que o Senhor diz que inexistente. Mas o que é um facto, é que os oliveirenses sabem que ela existe. Tanto existe, que tem enchido sistematicamente e recorrentemente a sala de espetáculos. Nós temos tido, felizmente, na grande maioria dos espetáculos, a casa cheia. O que quer dizer que, afinal, a programação é conhecida dos oliveirenses. E é verdadeiramente isso que nos interessa. O Senhor fala em vazios regulamentares. Eu não vou discutir consigo as questões de que, enquanto um Regulamento não está aprovado mantém-se em funcionamento outro regulamento, a não ser que ele seja revogado, eu não vou discutir isso consigo. O Senhor suporta-se, já várias vezes traz aqui dúvidas de natureza legal, faz parte, digamos, da sua área profissional e, portanto, eu vou respeitar isso. Não vou naturalmente entrar por esse registo, porque acho que não acrescenta nada. A mim o que me interessa é ter uma casa da cultura de grande qualidade, que tem esta função de potenciar a cultura no nosso concelho, mas também integrar uma rede de equipamentos culturais e regionais que permitam afirmar a competitividade de toda esta região. O Senhor diz: “estou muito preocupado com a licença definitiva do TeMA, a licença definitiva do IGAC.” Esta a funcionar com todas as condições de legalidade, tranquilize-se. Agora, o senhor devia ter essa preocupação por o Cineteatro Caracas ter estado décadas a

funcionar ilegalmente, sem licença e sem nenhuma condições de segurança. Isso é que é preocupante. Agora, nós temos uma licença provisória. A licença definitiva está em apreciação pelo IGAC. O equipamento reúne todas as condições de segurança, foi aprovado por todas as entidades e, portanto, tranquilizamos as pessoas em relação a isso. Porque nós não devemos ser efetivamente alarmistas, em relação a esse aspeto. Em relação à imagem gráfica: Não vou discutir isso. O Senhor atreve-se a dizer que, o equipamento foi inaugurado sem imagem gráfica? Eu não vou discutir isso consigo porque, acho que, isso não acrescenta nada, não acrescenta nada àquilo que releva. Eu não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma que o senhor quer que aquele equipamento seja um sucesso. Eu quero mesmo. Efetivamente, o senhor termina com uma coisa que, eu acho que é o mais importante da sua intervenção: é desejar que tudo corra pelo melhor. É o que eu valorizo na sua intervenção. Em relação à intervenção do senhor deputado João Costa: As questões da mobilidade, são também altamente complexas, não as vamos aqui discutir. Nós estamos a fazer algum caminho nesse sentido. E o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável é um instrumento poderosíssimo. Aliás, deixe-me só o corrigir: Nós não iniciámos o processo do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável; Nós estamos a apresentar o Projeto de Mobilidade Urbana Sustentável. Ele está pronto. Está concretizado. Tivemos uma primeira sessão direcionada para alguns convites que foram formulados, sobretudo técnicos, planeadores, etc, mas também outro tipo de organizações e instituições. Agora, no dia 22 de março, vamos ter a apresentação pública aberta a toda a população, a toda a comunidade, sobre um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável que vai mudar, seguramente, o paradigma da mobilidade, em primeiro lugar da nossa cidade, e, esperemos que, no futuro, no nosso concelho. Para isso é muito importante o programa de apoio à redução tarifária. É uma mudança civilizacional muito importante. Os Municípios suportam 20% dos custos desse Programa de Apoio à Redução Tarifária, é um enorme esforço por parte dos Municípios. Mas é um contributo importantíssimo que se dá às famílias, que se dá ao rendimento das famílias, para que elas efetivamente tenham transportes a custos acessíveis. Em relação às ações que estamos a fazer junto da AMP, para normalizar a situação. Aliás, a senhora deputada Helga Correia também aqui referiu, em relação ao novo sistema de mobilidade UNIR, em relação aos transportes metropolitanos. Eu só queria dizer uma coisa muito simples: Eu tenho um enorme respeito, um enorme respeito, por todos os meus colegas, por todos os meus pares. Neste lote, neste lote sul-nascente, tenho presidentes de câmara do PSD, tenho presidentes de câmara do CDS, tenho presidentes de câmara do PS. E são presidentes de câmara altamente competentes. E são presidente de câmara altamente preocupados com que se está a passar. Senhor Deputado, com todo o respeito, nós não precisamos de ter mão dura, nós não possamos ter mão dura, nós precisamos é de exigir a quem ganhou o concurso para este lote cumpra com aquilo que está previsto no caderno de encargos. Mas isto faz-se, não com ruideira, não com parangonas nos jornais. Isto faz-se através dos canais próprios até porque, nós junto do operador não somos interlocutor, não temos sequer competência para o fazer, o operador só fala connosco se nós lhe pedirmos e se ele aceitar. É isso que nós temos feito. E estes municípios, estes presidentes de câmara têm

solicitado reuniões com o operador, são contactadas diariamente, a equipa técnica da Área Metropolitana do Porto. Não é para isso que servem as reuniões com a Sharebus, as reuniões com a Sharebus servem para lhes dizer: Os senhores já deviam ter os autocarros todos adquiridos; já deviam de ter as linhas todas asseguradas; já deviam ter dada formação aos muitos motoristas que contrataram, eles deviam conhecer profundamente o território antes da operação. Vocês já deviam ter previsto a questão do estacionamento das viaturas no período em que elas não são utilizadas, etc. É para isto que serve as reuniões que nós temos, sejam as reuniões que nós promovemos diretamente com o operador, sejam as reuniões que a Área Metropolitana, por interferência nossa, a nosso pedido, tem promovido. Julgo que amanhã se vai realizar mais uma reunião com que com a Administração. Em relação à intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, José Queirós, o acesso à Área de Acolhimento de Ul-Loureiro: Vamos tentar que o projeto englobe, não só, a questão do acesso, mas também, a questão da expansão. Mas a questão do acesso é uma coisa e a questão da expansão é outra. Como sabe, é um processo complexo, com muitos proprietários a quem tem que se fazer uma proposta para a aquisição da propriedade antes de avançar com um processo expropriativo. Nós, se sentirmos que esse processo vai atrasar irremediavelmente a construção do acesso, nós preferimos fazer um projeto para o acesso e depois um projeto para a expansão. A solução, é a solução que nós defendemos? Não. A solução que nós defendíamos era uma solução diferente desta. Mas esta é muito melhor do que aquela solução que as infraestruturas de Portugal defendem. Esta solução, basicamente, o que é que tem? É um acesso direto, quer à atual Zona Industrial, quer um acesso direto à futura expansão para sul da Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro. Nós, neste momento, estamos a investir cerca de 750 mil euros mais IVA, para acabar os dois troços que ainda estão por regularizar na Zona Industrial de Ul-Loureiro. Portanto, ela ficará, no que a essa matéria diz respeito, devidamente habilitada. A Rua da Vidigueira, nunca foi a solução para o acesso à Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro, está neste momento a ser utilizada como acesso porque não existe uma outra alternativa. Aquilo que vai acontecer é que essa solução será desabilitada, logo que tenhamos o acesso. Em relação ao tempo necessário para a realização do acesso e o alargamento da Zona Industrial: Não lhe sei responder a isso. Quando eu tiver um projeto aprovado com uma estimativa orçamental e com um prazo de execução de obra. Eu com certeza que lhe darei essa resposta. Em relação à Rua Ferreira de Castro: Inteiramente de acordo. Sempre que possível dotar as ruas de infraestruturas, devemos fazê-lo, tendo, porém, a perspetiva de que alguma coisa vai acontecer nos próximos anos. Porque senão estamos a investir dinheiro em infraestruturas que depois, quando as formos utilizar, já não estão nas melhores condições para serem utilizadas. As pavimentações neste mandato: Eu reconheço aqui, reconhecemos todos. O Senhor não foi beneficiado nem foi prejudicado. Nós não temos feito pavimentações neste mandato. Temos um procedimento de 3,3 milhões de euros para fazer pavimentações mais 700 mil para fresagens. Com as Zonas Industriais que já estão adjudicadas, estaremos a falar em 7 milhões de euros. Com a Zona Industrial do Nordeste, que esperamos que venha a ser adjudicada, mais as administrações diretas, estaremos a falar neste

mandato em mais de 8 milhões de euros de esforço de pavimentação que vai ser feito. Isso vai acontecer nos próximos tempos. Temos que mandar ainda o procedimento para visto do Tribunal de Contas. Estaremos dependentes do tempo que demorar. Mas tranquilizá-lo, realmente não tem havido nenhum benefício de uma freguesia em relação a outra. Temos tido, como aconteceu em São Martinho da Gândara, algumas beneficiações que fizemos por administração direta, pelos serviços da Câmara, em pequenas estradas. É isso que está a acontecer. E é isso que vamos fazer também noutras freguesias do concelho. Em relação à rotunda no IC2, no Pinheiro da Bemposta: Não há muito a dizer. Nós ainda não temos uma decisão definitiva das Infraestruturas de Portugal, em relação à última proposta que nós lhes apresentamos, em relação ao pedido que nos fizeram. Eu não vou estar aqui a falar outra vez sobre as razões que as infraestruturas invocam para não aprovarem a rotunda. O que é um facto, é que esta rotunda no Cavaco, mas a outra rotunda também sempre foram equacionadas. Elas nunca foram concretizadas por questões de natureza financeira, porque as Infraestruturas de Portugal não tinham disponibilidade financeira para fazer o investimento. Nunca por questões de natureza técnica, nunca por comparações entre soluções de semaforização e soluções rotunda, porque se a comparação for essa, a solução rotunda ganha claramente. E tanto ganha, que tem sido implementada em vários concelhos que são servidos também pelo IC2. Isto acaba por entroncar na intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Maceira de Sarnes. Estamos a insistir com as infraestruturas de Portugal para que, pelo menos, no seja dada uma resposta ao último estudo que nos pediram e que já lhes foi disponibilizado. Onde, mais uma vez, nós desmontamos todos argumentos que as Infraestruturas de Portugal apresentam. E achamos que, as Infraestruturas Portugal aquilo que têm que fazer é de respeitar a vontade da população e a vontade das Autarquias Locais, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal. Já falei aqui sobre a intervenção da senhora deputada Helga Correia: Nós não andámos um bocado tarde. Não vou não vou estar aqui a discutir isso. Estes cinco presidentes de câmara sempre articularam as questões do concurso e sempre acompanharam este processo, como os outros acompanharam. Já tive oportunidade de dizer que tivemos azar com o operador. Mas isto, não somos nós que dizemos; A Área Metropolitana diz; São os outros lotes que dizem, onde já tem este processo consolidado, completamente afinado, a funcionar na grande maioria dos casos bem. Nós aqui continuamos ainda com os autocarros Andaluzia, como disse, e outras coisas estranhíssimas, conforme tivemos oportunidade de ouvir aqui, não só por parte dos pais, mas também por parte de alunos visados com este problema. Os autocarros não são mais antigos do que os da Transdev. O concurso diz que os autocarros têm que ter no máximo de 14 anos. E depois, no final da operação, ao fim de 7 anos, os autocarros têm que evoluir para autocarros, no máximo com 8 anos. É uma frota muito pouco poluente. Mas, obviamente, não é fácil chegar ao mercado e pedir 670 autocarros novos, porque isso não existe. Se os 670 autocarros fossem elétricos. Deixe-me só dizer-lhe uma coisa: das 439 linhas, o lote que tem mais linhas em operação é o lote sul-nascente. Este lote, foi lote que teve a coragem de avançar com mais linhas e de ser o mais ousado na resposta. O lote de São João Madeira, Feira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca é, dos lotes, o lote que tem

mais linhas. Portanto, dar essa informação, porque é muito importante para que se perceba. Em relação à intervenção do senhor deputado Bruno Aragão. Efetivamente, os investimentos podem surgir pelo Orçamento Municipal ou pelos fundos comunitários. O Município de Oliveira de Azeméis tem a particularidade de ter feito e continuar a fazer muitos dos investimentos que estão a acontecer com capitais próprios, com receitas próprias da Autarquia. Portanto, se olharmos para aquilo que são os investimentos apoiados por fundos comunitários e aquilo que resultam dos capitais próprios, se olharem, por exemplo, para esta questão da rede de água e saneamento, é uma questão onde facilmente se observa isso, a relação é 3 para 1, por cada milhão de euros que é investido com fundos comunitários, neste caso há 3 milhões de euros a serem investidos pelo Orçamento Municipal. O que é que quero dizer com isto? Nós temos neste momento, para o PO-Norte 2030, previstos 19.5 milhões de euros, para o Município de Oliveira de Azeméis. No PO-Norte 2020, tivemos 13 milhões e meio de euros, portanto, temos mais 6 milhões de euros, cerca de 45% de aumento, a que se juntam mais de 5 milhões de euros no PAOITI e a que se juntam mais de 4 milhões de euros que conseguimos negociar com a transferência de competências na área da saúde. Temos um pacote de investimento interessante, relevante, em áreas muito importantes como, a área da mobilidade, a especialização inteligente dos territórios, desenvolvimento económico, para a cultura, para o turismo, para a formação dos recursos humanos, para a modernização administrativa nas autarquias. Há uma transversalidade de áreas da ação, incluindo, naturalmente, a rede de água de saneamento, que eu já aqui já referi, os resíduos sólidos urbanos. É um conjunto de áreas para onde este dinheiro será todo canalizado. Em relação a intervenção da senhora presidente de Junta de Freguesia de macieira de Sarnes, Florbela Silva: a Estrada Nacional 327. Eu tenho a preocupação de, no seu caso, lhe dar conhecimento de todos emails que envio para as Infraestruturas de Portugal, não é seguramente por falta de informação que pode alegar que não há contactos, ou uma boa parte deles que se relacionam com a sua Freguesia, como é evidente, são enviados com o seu conhecimento. Nós temos uma reunião pedida às Infraestruturas, pedida e reiterada, onde a Freguesia de Macieira de Sarnes é uma das nossas preocupações. Porque efetivamente é nesta freguesia onde nós temos Estradas Nacionais com uns pontos negros, com pontos perigosos, que convém erradicar. Efetivamente, a curva da Ribeira não foi aceite pelas Infraestruturas de Portugal. Eu gostaria que tivesse sido aceite. Porque é precisamente um desses pontos negros que importa resolver. Esta semana tive uma reunião com o Senhor Comandante do Destacamento Oliveira de Azeméis, onde estivemos a falar precisamente da importância de, para além do Plano Municipal de Segurança Rodoviária que está a ser desenvolvido, termos uma visita das Infraestruturas de Portugal para analisarmos conjuntamente com a GNR um conjunto de medidas que são absolutamente fundamentais. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis está disponível para colaborar na implementação das medidas em Estradas Nacionais. Não sendo da sua competência, nós nestas coisas não há negociação, estamos completamente disponíveis para fazer essas intervenções, porquê? Porque é que estamos a falar de vidas humanas, de pessoas que se magoam seriamente, sobre esse ponto de vista nós não temos sobre

isso nenhuma dúvida. Mas temos que ter autorização para o fazer. Se nós queremos soluções de acalmia de tráfego, de limitação de velocidade, etc, temos que ter autorização para o fazer. Temos de ter também algum aconselhamento técnico, convenhamos, para as podermos implementar. Sobre a Quinta do Mirante: Eu acho que, nós os dois, temos que nos sentar. Muito sinceramente, eu acho que, o desafio da aquisição da Quinta, é um desafio que vale a pena ser equacionado, porquê? Porque é efetivamente um ativo muito importante para a freguesia e está localizado num sítio estratégico para a freguesia. O valor? É um valor, não vou dizer que é caro nem barato, é o valor que o proprietário entende como justo. Acho que era uma resposta interessantíssima para a Freguesia. Mas o problema é que, quando comprarmos aquilo a Senhora não me vai largar para nós investirmos e requalificarmos a casa senhorial e criarmos ali um centro cívico e de lazer. Eu percebo que, se nós perdemos o património, esse património não vamos ter seguramente possibilidade depois de fazer Desafie-me para nós conversarmos, na próxima semana, sobre esta questão. Em relação ao saneamento das Ruas do Mato Grosso e da Pedra Branca: A Freguesia de Macieira de Sarnes, não é um bom exemplo, ou seja, é um bom exemplo em matéria de saneamento, não é um bom exemplo em termos de falta de saneamento, tem uma cobertura de cerca de 95% do seu território, faltam efetivamente estas duas questões que ainda não estão resolvidas porque não temos autorização por parte dos proprietários. A mesma coisa se passa com a Rua dos Lagoeiros. Nós temos proprietários que autorizaram e já assinaram a cedência de terrenos. Mas temos outros com que ainda não conseguimos chegar a acordo. Isto se avançar para um processo expropriativo vai demorar muito tempo. Temos, se calhar, em conjunto, procurar sensibilizar as pessoas para a importância da abertura da rua, porque vai valorizar os seus terrenos e vai, sobretudo, valorizar a Freguesia de Macieira de Sarnes. Em relação à implementação das ARUS nas Freguesias: Nós, neste momento, fizemos uma grande reformulação da área de reabilitação urbana na cidade, ampliámos a área de reabilitação urbana da cidade e estamos a trabalhar para nas Freguesias, onde se justificar ... O que isto quer dizer? Com todo o respeito para com todas as freguesias, há freguesias que têm muito mais densidade populacional, há freguesias que têm muito mais edificado central degradado para as quais é preciso atender em primeiro lugar. Estas áreas de reabilitação urbana, não vão permitir que se faça uma reabilitação ali outra acolá, tem que ser no espaço contíguo, num espaço contido, onde faça sentido a sua implementação. Em relação à Rua dos Ingleses: esse é um caminho de cabras com piso novo, não é? Agora, como sabe, participou no processo, sabe que se tentou os alargamentos, mas não tivemos autorização por parte dos proprietários. Não? Como sabe, eu não participei nas negociações. Estou a dar-lhe a informação que tenho. E a informação que tenho foi que os proprietários, e deixe-me que lhe diga, não tenho qualquer problema nisto, mal, na minha opinião, mal, não disponibilizaram um terreno para o alargamento. Que só os favorecia. Na perspetiva e na vontade que nós já várias vezes lhe transmitimos de transformar aquele espaço em espaço industrial, era determinante, para mim, era fundamental que aquela via comportasse dimensões para trânsito pesado. Portanto, a cedência de dois ou três metros só valorizaria os terrenos. É essa a nossa opinião. Não foi esse,

pelos vistos, o entendimento dos moradores, contrariamente ao que acontece noutras regiões do nosso concelho, nós temos tido por parte das pessoas disponibilidade total. Mas se essa disponibilidade existe, vamos avançar, não há problema rigorosamente nenhum, desde que nos seja cedida a área, nós procederemos ao alargamento da via sem qualquer problema. Aliás, mais cedo ou mais tarde, vai ter que acontecer. Porque nós transformando aquele espaço, se for possível, em espaço industrial, aquela via não serve um espaço de acolhimento empresarial e teremos que necessariamente fazer outro tipo de investimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à Senhora **Florabela Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. =

===== Não vou falar da Rua dos Ingleses, porque noutras assembleias já falei, há registos. Mas, se há essa disponibilidade, claro que sim, vou falar com os proprietários. E também vou agendar consigo várias reuniões para falarmos dos assuntos. Eu só quero saber, se há ou não há parecer da Direção Regional de Cultura do Norte? Adquirir uma Quinta que terá que depois ser intervencionada, nomeadamente no muro, é mais fácil termos esse parecer? Então, o que é que dificulta agora? O que faz pensar a mim, é que, este parecer não é entregue, dizem que não há, ou não há mesmo, porque a ideia principal não é aceite pela Câmara Municipal. Se não é, eu estou na disponibilidade de alterar. Não há problema nenhum. Agora, estarem aqui há anos, Senhor Presidente, a dizer que: não há parecer. E eu estar constantemente a perguntar e não ter uma resposta. E agora dizer-me que: se adquirir a quinta, que já será mais fácil. Quer dizer, então, já podíamos ter adquirido a quinta há mais anos, porque ela está à venda. há mais anos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. ===

===== Adquirir a Quinta, é muito fácil, em termos proclamatórios, mas depois existe outro tipo de questões. É preciso recursos para o fazer e é preciso definir bem as nossas prioridades. Eu quando disse que era mais fácil, era mais fácil da perspetiva de que sendo a Quinta propriedade pública as coisas teriam que ser pensadas noutra perspetiva. Ou seja, não vamos intervir a fazer um passeio, temos que olhar para aquilo numa perspetiva de um projeto que integre um conjunto de respostas ao nível de estacionamento, ao nível de acessibilidade, etc. Eu só quero dizer o seguinte: Eu disse isto hoje, na reunião de Câmara Municipal, nós - ouvi com atenção observação que fez - não somos contra os projetos das nossas das nossas Juntas de Freguesia, a não ser que os projetos sejam projetos que não façam sentido rigorosamente nenhum, que seja uma coisa completamente desalinhada com os interesses da própria população, não é o caso. Nós nunca estaremos contra os projetos das nossas Juntas de Freguesia. Aliás, o que acontece e, no seu caso também, é que recorrentemente apoiamos os projetos que as Junta de Freguesia nos trazem. E é isso que nós queremos fazer. Em relação

isso, eu gostaria muito que, nós deixássemos de falar no passeio da Quinta de Miranda e falássemos efetivamente na Quinta do Miranda. Porque aí, talvez, não sei se faz sentido um projeto que reformule tudo aquilo que ali está e tínhamos ali uma resposta completamente diferente da resposta que será disponibilizada a comunidade com a execução do passeio. Sendo certo que, como disse e bem, o passeio imediatamente cria condições de segurança para os peões e talvez não estivéssemos a lamentar alguns acidentes como aqueles que temos tido. Vamos falar sobre isso. Vamos olhar para a Quinta de Miranda com toda a atenção e ver até que ponto nós conseguimos, em conjunto, encontrar uma solução para este problema. =====

===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 20 minutos; o PSD utilizou 35 minutos; e os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à a admissão do agendamento por 2/3 do ponto vinte e dois: Minuta de Adenda ao contrato de Subconcessão de uso privativo do Edifício de Passageiros da Estação Ferroviária de Cucujães, na Linha do Vouga, a celebrar com a IP PATRIMÓNIO-Adm. E Gestão Imobiliária - Autorização, na Ordem de Trabalhos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós temos um contrato de subconcessão com as Infraestruturas de Portugal, para a Estação de caminhos de ferro de Cucujães. Eles (Infraestruturas de Portugal), inadvertidamente, consideraram as plataformas na área subconcessionada. As plataformas de acesso não podem fazer parte da área concessionada porque, senão, a Câmara Municipal podia vedar o acesso das pessoas aquela zona, portanto, há todo o interesse em que rapidamente a área que foi subconcessionada indevidamente seja alterada e se resolva essa questão. =====

===== Dada a explicação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à a votação o agendamento por 2/3 do ponto vinte e dois: Minuta de Adenda ao contrato de Subconcessão de uso privativo do Edifício de Passageiros da Estação Ferroviária de Cucujães, na Linha do Vouga, a celebrar com a IP PATRIMÓNIO-Adm. E Gestão Imobiliária - Autorização, na Ordem de Trabalhos, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos: =====

===== **Ponto vinte e dois:** - Minuta de Adenda ao contrato de Subconcessão de uso privativo do Edifício de Passageiros da Estação Ferroviária de Cucujães, na Linha do Vouga, a celebrar com a IP PATRIMÓNIO-Adm. E Gestão Imobiliária (I/13067/2024) - Autorização. =

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia, dando nota de que a Ordem dos pontos a debater nesta Assembleia está, de algum modo, condicionada pelo **Ponto vinte e um:** - Eleição de candidata a novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto - 2024 (I/8302/2024) - (Votação a ser efetuada apenas pelos Membros (27) eleitos à Assembleia Municipal), no mesmo dia e à mesma hora em todas as Assembleias municipais da Área Metropolitana - 21,00 horas. =

===== **Ponto um:** - Aprovação da Ata nº 12 - Sessão da Assembleia Municipal de 27-11-2023 - Aprovação; =====

===== Presente para aprovação a ata n.º 12 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de novembro de 2023. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 12 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de novembro de 2023, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta é a informação de índole financeira que é obrigatório prestarmos à Assembleia Municipal, tem a ver com os índices de execução das receitas das Grandes Opções do Plano, com reporte à data de 14 de fevereiro de 2024. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

===== **Ponto vinte e dois: - Minuta de Adenda ao contrato de Subconcessão de uso privativo do Edifício de Passageiros da Estação Ferroviária de Cucujães, na Linha do Vouga, a celebrar com a IP PATRIMÓNIO-Adm. E Gestão Imobiliária (I/13067/2024) - Autorização.**=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A 14 de maio de 2021, foi celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A. o Contrato de Subconcessão n.º 52/2021, relativo ao uso privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães e terreno envolvente, entre os Kms 28,500 e 28,707 do LD da Linha do Vouga, para a instalação de um Albergue Municipal de Peregrinos; - As partes acordam que durante o período entre 14 de maio e 31 de dezembro de 2021, devido à realização pelo MUNICÍPIO de todas as obras de requalificação do edifício e arranjo das zonas envolventes, que inibem os trabalhos de conservação, manutenção limpeza e desmatização dos bens objeto do presente Contrato, não será devida contrapartida à IP PATRIMÓNIO; - Por motivos relacionados com a gestão da infraestrutura ferroviária, torna-se necessário retirar do objeto do presente Contrato as áreas que correspondem às plataformas da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães; - O MUNICÍPIO manifestou interesse em recuperar e reforçar a memória ferroviária do local, solicitando para isso a cedência de mais bens móveis do património histórico ferroviário; - As partes acordam na alteração do n.º 1 das Cláusulas Primeira (Objeto) e Terceira (Contrapartida devida pelo MUNICÍPIO) e na substituição dos Anexos I e II do referido Contrato. Propõe-se: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta da Adenda ao Contrato de Subconcessão de uso privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães e terreno envolvente, entre os Kms 28,500 e 28,707 do LD da Linha do Vouga, ao contrato celebrado em 14 de maio de 2021 entre a IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A nos termos da minuta anexa. Os encargos resultantes do contrato estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 761/2021, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06 e respetivas alterações. Se submeta à Assembleia Municipal para autorização, ao abrigo do nº 1, alínea p), do artigo 25º e alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12.09, na redação atual.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis: - Alteração da Postura de Trânsito em várias Ruas - Freguesia de Carregosa (I/74051/2023) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea qq); - O pedido realizado pela Junta de Freguesia de Carregosa para colocação de sinalética na Ruas, para maior segurança dos automobilistas; Propõe-se: Colocação de sinais H4 - vias públicas sem saída, nas seguintes ruas: - Rua das Lamas (Seada) - Colocação 1 Sinal H4; - Caminho das Folhetas (Lomba) - Colocação 1 Sinal H4; - Praceta das Fontainhas- Colocação 1 Sinal H4; - Rua do Jogo às Carreirinhas- Colocação 1 Sinal H4; - Rua Ponte das Matas - Colocação 1 Sinal H4; - Rua do Bussaco - Colocação 1 Sinal H4; - Rua de Codecides - Colocação 1 Sinal H4; - Travessa Agro maior (Azagães) - Colocação 1 Sinal H4; - Rua do Mourouço (Currais) - Colocação 1 Sinal H4; - Rua da Leirinha (Vacaria)- Colocação 1 Sinal H4; - Travessa da Cavada (Costeira) - Colocação 1 Sinal H4. Ruas a proibir a pesados: - Rua da Lomba / Linho: 2 sinais C3b; 1 painel adicional “420m”; 1 painel adicional “Exceto RSU”; 1 Sinal H4; 1 Sinal D1b; 2 sinais C3o; - Rua da Fontanheira: 4 sinais C3b; 1 painel adicional “250m”; 1 painel adicional “50m”; - Rua Mártir S. Sebastião: 2 sinais C3b; - Rua João Correia (Silvares): 3 sinais C3b; 1 painel adicional “250m”; 2 painéis adicionais “Exceto RSU e Viaturas de Emergência”; Rua da Rechazinha: 1 sinal C3b; Rua do Colégio :2 sinais C3b. Sentido Único: - Rua do Serrado: 1 sinal H3; 1 Sinal D1a; 1 sinal B2; - Caminho do Lobo (Silvares): retirar sinal H4, colocação 1 sinal C1 e 1 sinal H3. Outra sinalização: - Largo da N.ª Sr.ª da Ribeira (Teamonde): colocação de 1 sinal B2; - Rua do Aido de Baixo (Currais): 1 sinal B1; 1 sinal C1; 1 sinal H3; 1 sinal D1a; - Rua do Ribeiro: 2 sinais A4a; - Rua Mestre Bernardo / Av. Ferreira de Castro: 1 sinal B1; - Rua Vale Fieiro / Rua da Rechãzinha: 1 sinal B1; - Rua da Longra / Rua Santo António: 1 sinal B2; - Travessa do Nicho / Rua de Fontelas: 1 sinal O7a e 1 sinal O7b; - Rua do Limite: 1 sinal B2; colocação espelho parabólico; - Rua da Furnas: 2 sinais A4a. Foi solicitado o parecer da Junta de Freguesia que deu parecer favorável a todas as propostas. Em anexo as plantas das propostas. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2022 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar nº 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete:** - ***Alteração da Postura de Trânsito na Rua das Aldas - União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/73089/2023) - Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea qq); - Que a via está a ser objeto de melhoria na circulação de peões, com a construção de passeios que condiciona a circulação; Proponho: - Aprovação para a colocação de um sinal H3 - Trânsito sentido obrigatório, junto ao entroncamento com a Rua da Portela, - Aprovação para a colocação de um sinal C1 - Sentido Proibido.*



Foi solicitado o parecer da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, que emitiu o seguinte parecer: “Encarrega-me o senhor presidente da UF prof. Manuel Alberto Pereira, informar que dá parecer favorável com a indicação de se colocar um sinal de aproximação de via com prioridade, junto ao entroncamento do novo arruamento que procede do Intermarche.” O sinal solicitado pela União de Freguesias já se encontra “aprovado por unanimidade, na Assembleia Municipal de 26/06/2023 (proposta I/30282/2023). Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2022 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar nº 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezoito:** - ***Colocação de sinalização de trânsito na Rua Dona Emília Lopes da Rocha - Freguesia de São Martinho da Gândara (I/72527/2023) - Aprovação;*** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea qq); - O pedido com o E/37022/2023, colocação de sinal B2 (STOP) na saída da Rua Dona Emilia Lopes da Rocha, para a Rua Quinta do Formal - A Minuta da Ata da Assembleia de Freguesia de São Martinho da Gândara, com aprovação, após votação por unanimidade a colocação de um sinal de STOP (B2) Proponho: - A colocação do sinal STOP (B2), conforme aprovação da Assembleia de Freguesia.



Em anexo os documentos enviados pela Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2022 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar nº 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezanove:** - Colocação de sinalização em diversas ruas do Concelho: (Cesar, Fajões, Oliveira de Azeméis, Macinhata da Seixa, Pinheiro da Bemposta e Travanca) (I/2429/2024) - Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea qq); - Evitar acidentes com a colocação de sinalização que se encontra em falta em algumas ruas; **Propõe-se: Freguesia do Pinheiro da Bemposta** Colocação de um sinal B1 (cedência de passagem), na Rua da Alagôa no entroncamento com a Rua do Lagar do Azeite A União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz emitiu o seguinte parecer: “Analisada a situação

concordamos com a proposta” **Freguesia de Cesar** Colocação de um sinal B1 (cedência de passagem) no entroncamento da Rua Nova de Vilarinho com a Rua Leonardo Azevedo; Colocação de um sinal B1 (cedência de passagem) no entroncamento da Rua de Vilarinho com a Rua Nova de Vilarinho; Colocação de 2 sinais B2 (STOP) na Rua Santa Apolónia; Colocação de um sinal B2 (STOP) no entroncamento da Rua Nossa Senhora da Esperança com a Rua Leonardo Azevedo; Colocação de um sinal B2 (STOP) no entroncamento da Rua de Vilarinho com a Rua Dr. José Francisco Silva Lima. A Junta de Freguesia de Cesar deu parecer favorável. **Freguesia de Fajões** Colocação de um Sinal B2 (STOP) no entroncamento da Travessa Nossa Senhora da Ribeira com a Av. Senhora da Ribeira; Colocação de um Sinal B1 (Cedência de Passagem) no entroncamento da Travessa Senhora da Ribeira com a Travessa da Ribeira; Colocação de um Sinal H4 (via pública sem saída) na Travessa da Ribeira; Colocação de um Sinal B2 (STOP) no entroncamento da Travessa Nossa Senhora da Ribeira com a Rua das Matas. Foi solicitado o parecer da Junta de Freguesia de Fajões, mas não obtivemos resposta no prazo estipulado. **Freguesia de Oliveira de Azeméis** Travessa Domingos Pinho - Colocação de um sinal B1 (cedência de passagem) e um B2 (STOP); Rua Professor Tiago Ferreira Godinho - Colocação de um sinal B2 (STOP) Rua das Aldas - Colocação de um sinal H3 (Trânsito sentido obrigatório); Colocação de um sinal C1 (Trânsito Proibido); Colocação de um sinal C11a (Proibição de virar à direita); Colocação de um sinal C11b (Proibição de virar à esquerda). Foi solicitado parecer à Junta de Freguesia que emitiu o seguinte parecer: “Encarrega-me o senhor presidente da UF prof. Manuel Alberto Pereira, informar que dá parecer favorável com a indicação de se colocar um sinal de aproximação de via com prioridade, junto ao entroncamento do novo arruamento que procede do Intermarche.” O solicitado pela Junta de Freguesia já está aprovado na proposta realizada anteriormente (Rua das Aldas, Rua do Alméu, Rua da Portela e Rua Mestra Aida Augusta Pereira, Proposta I/30282/2023). **Cruzamentos e entroncamentos com a antiga Estrada Nacional 1:** Rua António Pinho, Travanca - 1 Sinal B2 (STOP); Rua Antuã, Travanca - 1 Sinal B2(STOP); Rua do Casal, Travanca - 1 Sinal B2(STOP); Rua do Cruzeiro de Silvares, Macinhata da Seixa - 2 sinais B2 (STOP); Travessa de Santo António, Macinhata da Seixa - 1 sinal B2 (SOP); Rua do Troviscal, Macinhata da Seixa - 1 sinal B1 (Cedência de Passagem). Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2022 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar nº 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte:** - **Serviços de limpeza de silvado em espaços rurais e municipais e assessoria técnica na área florestal (Proc. 11/24 - PI/529/2024) - repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico (I/8254/2024) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. A Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, sendo identificadas no artigo 2.º as seguintes atribuições: a. Acompanhamento das políticas de fomento florestal; b. Acompanhamento e prestação de informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta; c. Promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos; d. Apoio à comissão municipal de defesa da floresta; e. Acompanhamento dos Programas sub-regionais de ação de gestão integrada de fogos rurais e elaboração dos programas municipais de execução de gestão integrada de fogos rurais; f. Proceder ao registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustíveis e de áreas ardidas; g. Os municípios têm que enviar a informação de execução dos programas municipais de execução para o sistema de informação de fogos rurais; h. Apoio técnico na construção de caminhos rurais no âmbito da execução dos planos municipais de defesa da floresta; i. Acompanhamento dos trabalhos de gestão de combustíveis de acordo com o artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação; j. As competências atribuídas no âmbito do uso do fogo, nos termos dos artigos 63.º a 67.º do, Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação; k. A definição de APPS’s (Áreas prioritárias de prevenção e segurança), assim como as diferentes categorias, nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação e o condicionamento de edificação dentro e fora das APPS, nos termos dos artigos 60.º e 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação 2. O Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, que Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento. Este diploma refere as Comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais, coordenadas pelo Presidente da Câmara Municipal, têm as seguintes competências (n.º 2 artigo 29.º): a. Articular a atuação dos organismos e entidades com âmbito de intervenção no município e competências em matéria de gestão integrada de fogos rurais; b. Aprovar o programa municipal de execução, após consulta da comissão sub-regional de gestão integrada de fogos rurais territorialmente competente, a promover pela câmara municipal; c. Promover, acompanhar e monitorizar o desenvolvimento das ações inscritas no programa municipal de execução; d. Contribuir para a elaboração do relatório de monitorização e avaliação da execução do programa sub-regional de ação pela comissão sub-regional de gestão integrada de fogos rurais; e. Promover o cumprimento dos programas de comunicação, de acordo com a estratégia nacional de comunicação pública; f. Emitir parecer relativamente a obras de construção e de ampliação, nos casos previstos no presente decreto-lei. 3. Os programas municipais de execução de gestão integrada de fogos rurais adaptam à escala municipal o programa sub-regional de ação que lhes dá origem, identificando, de entre os projetos nele inscritos, aqueles que devem ser prioritariamente implementados. A atribuição de prioridade aos projetos identifica claramente as condicionantes, regras gerais regulamentares e, num sistema de execução, os locais, calendários de execução e recursos necessários, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR, para inclusão no

programa municipal de execução. Os programas municipais de execução são elaborados pelos municípios, em articulação com as comissões municipais de gestão integrada de fogos rurais, de acordo com as prioridades definidas no programa sub-regional de ação, propondo as ações a executar no município, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR. Os municípios submetem os programas municipais de execução a parecer das respetivas comissões sub-regionais de gestão integrada de fogos rurais antes da sua aprovação pela comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais.

4. Que, nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, na sua atual redação, o Sapador Florestal é um trabalhador especializado com perfil e formação específica adequados ao exercício de atividades de silvicultura e defesa da floresta e as entidades que podem ser titulares de equipas de Sapadores Florestais são: a. Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal; b. Associações e cooperativas reconhecidas como organizações de produtores florestais registadas no ICNF, I.P.; c. Órgãos de gestão dos baldios e suas associações; d. Cooperativas de interesse público; e. Autarquias locais e entidades intermunicipais; f. Órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado.

5. Que, no ano de 2007 o Município de Oliveira de Azeméis (MOA) apresentou uma candidatura à constituição de uma Equipa de Sapadores Florestais (GTF 221/07, de 31 de julho), nunca tendo sido efetivamente aprovada, transitando sucessivamente para épocas seguintes de seleção;

6. Que o MOA solicitou, junto da Direção-Geral dos Recursos Florestais, informações relativas à possibilidade de colaboradores receberem formação de forma a atribuir título de Sapadores Florestais de acordo com a legislação vigente, tendo-se revelado infrutífera a tentativa;

7. Que, a 05.04.2017, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 08/2017, de 9 de janeiro (na sua atual redação), dos diplomas de Defesa da Floresta contra Incêndios, e no âmbito das competências atribuídas aos Municípios, foi apresentada uma candidatura para a constituição de uma equipa de Sapadores Florestais, a qual veio a ser indeferida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestais;

8. A extensa área florestal e agrícola do concelho de Oliveira de Azeméis, superior 70% da área do Município;

9. Todos os esforços desenvolvidos no sentido de criar equipas que desempenhem a sua atividade no espaço rural, e de encontrar uma solução com recurso aos colaboradores do Município (mediante a formação de colaboradores junto de entidades acreditadas), sem qualquer resultado;

10. No âmbito das funções transferidas para os Municípios pela Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, e atendendo ainda à inexistência de Recursos Humanos disponíveis no Município, que possibilitem o devido apoio na obtenção aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal no âmbito das ações de silvicultura, apoio à decisão (em teatro de operações e em sede de planeamento), apoio técnico e operacional relativos a agentes bióticos e abióticos, ordenamento cinegético e avaliação do estado fitossanitário e estrutural de espécies arbóreas isoladas ou em povoamentos.

11. Que, conforme manifestado na RQI n.º 11, torna-se necessário dar início ao procedimento para aquisição de serviços para intervenção em espaços municipais florestais no âmbito da defesa da floresta (fatores bióticos e abióticos), gestão, manutenção e proteção dos espaços municipais e rurais (LOTE 1) e serviços para aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal (LOTE 2), pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

12. Que o valor estimado (preço base apresentado pela

unidade orgânica requisitante o qual teve por base a consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, do CCP, efetuada ao atual prestador de serviços) para a celebração do referido contrato é de: a. 345.240,00€ (trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta euros) para o Lote 1 (serviços de intervenção em espaços municipais e rurais), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; b. 34.560,00€ (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta euros) para o Lote 2 (serviços de aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. 13. Que se prevê que a verba seja distribuída do seguinte modo:

Serviços	Ano				Valor global (S/IVA)
	2024	2025	2026	2027	
Intervenção em espaços municipais rurais	47.950,00€	115.080,00€	115.080,00€	67.130,00€	345.200,00€
Aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal	4.800,00€	11.520,00€	11.520,00€	6.720,00€	34.560,00€
Valores globais (S/IVA)	52.750,00€	126.600,00€	126.600,00€	73.850,00€	379.800,00€

14. Os valores encontram-se previstos na rubrica 020220, pela Proposta de Cabimento n.º 368, e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 418. 15. Que a autorização prévia para este compromisso plurianual encontra-se assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2023, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2024, encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2024, na rubrica 020220 - Outros trabalhos especializados cujo valor máximo para 2025 é de 2.064.900,00€, para 2026 é de 2.085.550,00€, para 2027 é de 2.106.400,00€ e para 2028 é de 2.127.500,00€. 16. Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração; 17. Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do C.C.P., propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é a nossa equipa de sapadores florestais. Os custos desta equipa repartem-se pelos anos de 2024, 2025, 2026 e 2027 e temos que ter a aprovação da Assembleia Municipal a repartição dos encargos orçamentais em mais do que um ano económico.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto quinze**: - **Proposta de prolongamento “Beco do Poder Local” (JF Cucujães) / Desclassificação de caminho Público nº 208 (JF S. Roque) (I/74084/2023) - Aprovação**; =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A proposta da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães quanto ao prolongamento do “Beco do Poder Local”; - A proposta da Junta de Freguesia de S. Roque quanto à desafetação do caminho público nº 208 do domínio público; - Que os mesmos foram discutidos, pelo Grupo de Trabalho dos Caminhos Públicos/Privados do Município de Oliveira de Azeméis, em reunião realizada em 20/07/2023 e cuja ata se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que em cumprimento com o disposto no art. 56º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro foi aprovado em reunião de câmara, de 31/08/2023, remeter para discussão pública; - Que após o período de 30 dias de discussão pública não houve qualquer contestação. Propõe-se: Nos termos da alínea ccc) do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro que seja remetido para a Assembleia Municipal o presente pedido nos termos da sua competência prevista na alínea q) do art. 25º do mesmo regime.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e um**: - **Área Metropolitana do Porto - Eleição de candidata a novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto - 2024 (I/8302/2024) - (Votação a ser efetuada apenas pelos Membros (27) eleitos à Assembleia Municipal)**; =====

===== Após explicação dada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a forma de votação, procedeu-se à chamada do Membros da Assembleia e deu-se início ao período de votação, por escrutínio secreto. =====

===== Terminada a votação, retomando os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou o resultado da votação: Apuramento de resultado: Votantes: vinte e sete (27): **Suzana Maria Peres Menezes**: Votos a favor - dezanove (19); Votos contra - um (1); Votos brancos - sete (7); Votos nulos - zero (0). =====

===== **Ponto três: - Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ relativa ao ano 2023 (I/7407/2024) - Conhecimento/ Apreciação;** =====

===== Presente o Relatório Anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao ano de 2023, para apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se pedidos de inscrição de Manuel José e Diana Semblano. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Manuel José, do PS.**=====

===== Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Um cumprimento especial para o senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho - muito obrigado pelo acolhimento - e também à Delegação da Associação de Comandos. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é norteadada por um objetivo fundamental: promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou por termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Mas o trabalho da CPCJ, não pode ser encarado como uma intervenção solitária e limitada ao enquadramento jurídico, a comunidade é chamada a participar na deteção dos riscos e na resolução, mitigação, das situações de desequilíbrio. Números que constam do relatório indicam um aumento de sinalizações. A violência doméstica. A negligencia. A falta de supervisão e acompanhamento familiar, registando-se, em muitos casos, incapacidade das figuras parentais exercerem funções educativas. Os comportamentos sociais e de indisciplina, nomeadamente nas escolas, instem de forma incisiva a tipologia das situações de perigo. A Comissão tem privilegiado o apoio junto dos pais como medida importante a implementar no sentido de colmatar as situações negativas. As autoridades policiais, o relatório demonstra que, estas autoridades, as escolas, os estabelecimentos de saúde, entre outros, estão atentos a esta problemática. Entretanto, os tempos continuam a constituir um desafio para a CPCJ, a prevalência pós pandémica e o aumento de patologias que afetam a saúde mental das crianças e jovens, num contexto de episódios de ansiedade, de

pressões e fugas, quantas vezes escondidos, representam também o resultado da sociedade sem estrutura, em muitos casos, sem estabilidade económica, migratória, laboral e de um relaxamento cívico e moral baseado no individualismo e na atividade pouco saudável de muitos. As famílias e as disfunções familiares que acontecem em muitos casos também ajudam este diagnóstico. Saibamos todos, como cidadãos, estar atentos às funções da comunidade educativa e também à comunidade desta área e auxiliar o trabalho da CPCJ. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Diana Semblano**, do PSD. =====*

===== Muito boa noite a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Todos estamos conscientes que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens desempenha um papel fundamental na política de proteção das crianças e jovens. A CPCJ de Oliveira de Azeméis, desempenha um papel preponderante na nossa comunidade, promovendo os direitos das crianças e jovens prevenindo situações de perigo. Hoje, estamos a apreciar o Relatório Anual da CPCJ 2023, que revela um aumento acentuado do número de processos, mais trinta e dois, em relação ao ano anterior, totalizando trezentos e cinquenta e seis processos. Com este processual a CPCJ de Oliveira de Azeméis encontra-se num cinco. O que significa que, os Comissários em representação das entidades da Educação, Município, Saúde, Segurança Social, IPSS - área da infância, deveriam cumprir trinta e cinco horas semanais. Contudo, apenas a presidente da Comissão, em representação da educação, cumpre o estipulado que está descrito no relatório de definição de implementação dos tempos de afetação dos comissários em modalidade restrita, conforme apresentado pela Comissão Nacional. Todos enaltecemos e reconhecemos o papel que os técnicos da Comissão Restrita desempenham com resiliência, desempenho e profissionalismo. Nas Assembleias Municipais de 25 de fevereiro de 2022 e de 27 de fevereiro de 2023, ressalvei a necessidade de se afetar um técnico de serviço social, face ao aumento do volume processual. No ano passado, questionei o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a possibilidade de afetar a técnica do município a tempo inteiro na CPCJ, em vez das suas oito horas semanais, para dar cumprimento ao estipulado pela Comissão Nacional, tendo o Senhor Presidente respondido, e passo a citar: «Em relação à possibilidade de a técnica estar afeta a 100%, é uma questão que eu colocarei à divisão Municipal da Ação Social.» Questiono, Senhor Presidente se, passado um ano, já teve a oportunidade de articular com a responsável da Ação Social, para que possamos cumprir os tempos de afetação, à semelhança do que acontece já nos outros municípios. Quero terminar a minha intervenção informando que, a CPCJ de Oliveira de Azeméis celebra este ano 30 anos ao serviço das Crianças Jovens Oliveirenses. E Este aniversário será celebrado num encontro Nacional que trará à nossa Cidade representantes de todas as CPCJ do País. Assim, a CPCJ de Oliveira de Azeméis conta com o apoio do Município na promoção e desenvolvimento deste encontro. Obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Este relatório traduz a atividade que é desenvolvida pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, durante o ano de 2023. E a mim compete-me, como é evidente, agradecer a todos sem exceção que o tornam possível. Isto significa que, no nosso concelho temos que ter orgulho por termos um conjunto de respostas, neste caso direcionadas para as crianças e jovens, que tem um enormíssimo alcance social e que visa combater problemas sociais, conforme foi aqui referido. Isto significa que este trabalho faz todo sentido e tem que ser, naturalmente, reforçado. A questão dos recursos humanos: é uma questão crítica em todas as áreas, como é evidente, precisamos de recursos humanos para satisfazer um conjunto de necessidades e um conjunto de respostas. No âmbito deste programa de ação e de apoio às comunidades desfavorecidas (PAOITI), nós temos prevista a contratação de uma equipa de técnicos que apoiará também a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens naquilo que são as suas necessidades. É evidente que, nós, se afetarmos um técnico de ação social a tempo inteiro à comissão de Crianças e Jovens teremos que colmatar essa falha do trabalho que naturalmente desenvolvem. Portanto, é uma questão de perceber se há condições para isso. Vamos procurar que esta equipa: um psicólogo, um assistente social e uma ajudante familiar possam ajudar e compensar este acréscimo de processo e colaborar com a realidade que hoje temos instalada ao nível da capacidade de resposta da CPCJ, e procurar que estes processos não transitem de um ano para o outro e não se acumulem. Portanto, é isto que nós vamos procurar fazer. Vamos ver se esta equipa é suficiente para ajudar a CPCJ a cumprir a sua missão. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

===== **Ponto quatro: - 4ª Modificação Orçamental 2024 - 1ª Revisão Orçamental 2024 (I/9267/2024) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o estipulado no Artigo 77.º da Lei 82/2023, de 29 de Dezembro, sob a epígrafe “Integração do Saldo de Execução Orçamental”, após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental», pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental. O saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL). Pelo exposto, propõe-se a apreciação do Órgão Executivo da revisão orçamental em anexo e a apresentação à Assembleia Municipal para a sua aprovação.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== O artigo 77º da Lei 82/2023, permite às Câmaras a integração do saldo de gerência antes da apresentação e da aprovação do Relatório de Contas. Aquilo que nós estamos a fazer é a integrar o Saldo de Execução Orçamental do exercício de 2023 no exercício de 2024, para podermos fazer face aos compromissos que temos que assumir. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto cinco: - Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - Subsídios (I/2987/2024) - Conhecimento/ Autorização/ Convalidação/ Ratificação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - o previsto na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março, diploma que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, 20 de dezembro, e 66 - b/2012, de 31 de dezembro, consideram-se «Compromissos Plurianuais», “os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido” - que, conforme dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 6.º do referido diploma legal, e posteriores alterações e o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, preconiza ainda que “ Assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica (...) acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, está sujeita a autorização prévia do órgão Deliberativo, quando envolvam entidades da administração local.” - que foi aprovada a autorização genérica no capítulo VII “Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Genérica da Assembleia Municipal, pág. 31 nos pontos 1.a); 1.b) e 2. do relatório orçamental de 2023, nos seguintes termos: “1.a) Ao abrigo das disposições legais enunciadas, do enquadramento efetuado e por questões de prudência e racionalidade, se submeta a aprovação da Assembleia Municipal, com o consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, no sentido de emitir autorização genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2023, referentes a despesas (inclusive apoios/comparticipações/subsídios) que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, que não excedam o limite de €

99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; A assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia e genérica concedida nos termos referidos só poderá efetuar-se quando, para além das condições aí previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas/apoios.” 1.b) Ao fim de cada ano seja dado a conhecer à Assembleia Municipal, nos casos aplicáveis, uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. 2. Aprovação dos compromissos plurianuais constantes do orçamento e GOP do ano 2023, nos termos e para os efeitos estatuídos no art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 e posteriores alterações.” - que a 31 de dezembro de 2023, a lista em anexo encontrava-se vencida, não sendo possível efetuar o seu pagamento, dado que os requisitos legais e decorrentes das obrigações contratuais não estavam cumpridos (falta entrega de documentos justificativos e/ou relatórios), pelo que os valores mencionados transitaram para o presente ano económico, assim, tal situação e por força dos fatos retrocitados originaram compromissos plurianuais. Face ao exposto e para efeitos da alínea 1.b) da “Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Genérica da Assembleia “, leva-se a conhecimento, autorização, convalidação e ratificação da Assembleia Municipal da listagem em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), traduzindo-se em compromissos plurianuais, resultantes da falta de execução/justificação das despesas pelas entidades respetivas no ano económico previsto (2023), dando origem a valores/compromissos transitados com efeitos em 2024, ao abrigo dos artigos 156º e 164º do CPA e nos termos da LCPA.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É o cumprimento de uma obrigação. Há aqui um conjunto de compromissos, participações, subsídios de apoio que não foram consumidos pelas entidades e que foram atribuídos durante o ano de 2023. E nós (Câmara Municipal) temos que fazer chegar à Assembleia Municipal uma listagem com esses compromissos que não foram utilizados por razões várias, são cerca de 117.000,00€ que nós transferiremos para o exercício de 2024. ===

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto seis: - Regulamento do TeMA - Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis (I/8053/2024) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Em 28/09/2023 foi: a) Iniciado o procedimento de aprovação do “Regulamento do TeMA”, tendo esse início sido oportunamente publicitado por edital no Boletim Municipal Digital, e; b) Foi dado a conhecer um projeto de regulamento com os contributos do executivo em exercício de funções; 2) Não houve constituição de interessados nem quaisquer contributos relevantes ao projeto de regulamento apresentado; 3) O TeMA será uma estrutura de programação consistente e regular das várias artes, constituindo um espaço privilegiado de promoção e difusão de atividades culturais, sociais e artísticas, assente nos seguintes objetivos: - Assegurar uma programação cultural regular de qualidade; - Promover a formação cultural através de desenvolvimento de atividade dirigidas quer ao público em geral, quer às diversas instituições e associações cívicas e a todos os intervenientes na atividade cultural da região; - Colaborar na satisfação das necessidades de educação e formação artística da comunidade; 4) Para além das atividades levadas a cabo pelo Município, poderão ter lugar no espaço outros eventos, promovidos por terceiros, que possam, de alguma forma, reconhecidamente, contribuir para a dinamização cultural e artística do Município. 5) Compete à câmara municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do município bem como aprovar os regulamentos internos (art. 33.º n.º 1 alínea k) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 6) Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município (art. 25.º n.º 1 alínea g) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); Propõe-se: 1) A aprovação do “Regulamento do TeMA” nos termos e para os efeitos do art. 33.º n.º 1 alínea k) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 2) A remessa do mesmo para aprovação pela assembleia municipal nos termos e para os efeitos do art. 25.º n.º 1 alínea g) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 3) Após aprovação da assembleia a remessa do regulamento para publicação em Diário da Republica, nos termos e para os efeitos do art. 139.º do CPA.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É o Regulamento. Estão aí as condições do Regulamento. O objetivo é regular o funcionamento, a segurança e a utilização deste equipamento cultural. Têm aí um conjunto de condições que balizarão aquilo que será o funcionamento do equipamento.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Francisco Silva e Fernando Pais.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, do PSD.* =====

===== *Muito boa noite a todos. Permitam-me que, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimente todos os presentes e também as pessoas que nos seguem através da transmissão online. E dar um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, Antonio Marques, que hoje nos recebe na sua freguesia. E também uma saudação muito particular à Delegação de Oliveira de Azeméis da Associação de Comandos que nos recebe de forma superior nestas instalações bem cuidadas da sua sede. Em razão da matéria que aqui apreciamos, permite-me começar por saudar o momento em que iremos participar naquela que é a fase final da aprovação de alteração ao Regulamento do TeMA, documento administrativo essencial para orientar a gestão do espaço de cultura por excelência do nosso Concelho inaugurado ao público no passado 11 de novembro de 2023. Como é possível ler no preambulo, e passo a citar: “O tema será uma estrutura de programação consistente e regular das várias artes, constituindo um espaço privilegiado de promoção e difusão de atividades culturais, sociais e artísticas, assente nos seguintes objetivos: - Assegurar uma programação cultural regular de qualidade; - Promover a formação cultural através de desenvolvimento de atividade dirigidas quer ao público em geral, quer às diversas instituições e associações cívicas e a todos os intervenientes na atividade cultural da região; - Colaborar na satisfação das necessidades de educação e formação artística da comunidade.” Pois, sobre estas grandes chancelas e responsabilidade, pretendo deixar duas notas em jeito de anseio e também sobre a eficácia interna e externa do Regulamento hoje a aprovar. Anseio que seja efetivamente uma ferramenta de gestão efetiva e comprometida do Teatro Municipal com a aplicação equitativa dos princípios ali vertidos, seja na área da programação como na regulação da sua utilização por entidades externas, muito em particular por todas aquelas que, ao longo de décadas, têm vindo a contribuir para a criação e manutenção de atividades culturais, recreativas e desportivas no nosso concelho. Urge, portanto, devolver, em particular às nossas associações e coletividades, a utilização deste espaço de excelência para acolhimento das propostas que têm vindo e certamente virão a contribuir para uma maior riqueza do panorama cultural concelho sobre o propósito da capacitação destes importantes ativos da nossa comunidade, bem como para o reforço de identidade territorial sobre o princípio da democracia cultura, como consignado na Carta de Porto Santo, relevante documento estratégico apresentado em 2021, no âmbito da Presidência Portuguesa no Conselho da União Europeia. Nesse seguimento, e considerando o largo espectro que configura o nosso movimento associativo nas áreas passivas de maior utilização do equipamento cultural, deixar uma questão muito concreta, relativamente ao previsto no ponto 3, artigo 39 - Taxas de Cedência, passo a citar: “Os estabelecimentos de ensino e as associações e instituições do concelho de Oliveira de Azeméis que promovam atividades culturais, artísticas ou educativas, ou outras atividades relevantes para o desenvolvimento socioeconómico do concelho estão isentas do pagamento de taxa de cedência 1 (uma) vez em cada ano civil, estando, porém, sujeitas ao pagamento de uma taxa mínima de utilização, no valor de 200,00€.” A questão que coloco, é a seguinte: Nestes casos, em particular, para além da cedência da sala nas condições expressas, pergunto: se será disponibilizada a equipa*

técnica do TeMA, para o acompanhamento e garantia das melhores condições técnicas de realização das atividades ao mesmo tempo que será o garante do correto manuseamento dos equipamentos disponíveis no teatro? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== Relativamente ao Regulamento, na prática, não nos oferece qualquer tipo de dúvidas a sua aprovação. Mas, na sequência da intervenção do Francisco, o Artigo 33º - Requerimento de Cedência: Eu acho que esse requerimento do espaço, falando em eficácia deste Regulamento, nomeadamente para as entidades associativas, nós temos 130 associações no concelho, de facto, é tudo muito técnico - e proporia ao Senhor Presidente que a Câmara Municipal disponibilizasse um serviço/ atendimento que auxiliasse as nossas associações a preencher e a cumprir eficazmente os requisitos das condições de acesso. Eu acho que isso era importante porque, muitas questões são reprovadas, do ponto de vista meramente formal, essa questão era importante até para aproximar as coletividades à funcionalidade do TeMA. Artigo 12º - fala sobre as atribuições gratuitas de bilhetes. Portanto, a Câmara Municipal pode promover a atribuição gratuita de bilhetes. E, confesso, na atribuição gratuita de bilhetes deveria estar também consignado os Membros da Assembleia Municipal. Só estão os Membros do Executivo. Devia estar também os Membros da Assembleia Municipal ou, no limite, o Presidente da Assembleia Municipal que é o mais alto Magistrado deste Município. Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Em relação às questões colocadas pelo senhor deputado Francisco Silva: o ponto 3, Artigo 39º que refere a taxa mínima de utilização de 200,00€; no ponto 6, diz quais são os recursos humanos que são disponibilizados, quer a taxa mínima se aplique ao auditório principal, quer ao auditório secundário. Portanto, estão incluídos dois recursos humanos da autarquia: “No valor das taxas de cedência dos Auditórios Principal e Secundário estão incluídos os meios técnicos disponíveis no TeMA e o apoio para assistência de sala, no mínimo de 2 (dois) recursos humanos da autarquia. As entidades requerentes beneficiárias das isenções previstas no ponto 2, obrigam-se a garantir os recursos técnicos necessários à realização do evento, supervisionados por responsável técnico da autarquia.” Ou seja, nos disponibilizamos um técnico que acompanha, mas depois o raide técnico que necessário tem que ser assegurado necessariamente por quem faz a iniciativa. Em relação à questão do Fernando Pais; Estou inteiramente de acordo. Claro que os bilhetes devem ser estendidos também aos Membros da Assembleia Municipal e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Acho que faria sentido essa abrangência. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto sete:** - **Acordo prévio favorável à Transferência de Competências, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, previstas nos diplomas setoriais em referência, nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em vias navegáveis interiores (I/74758/2023) - Aprovação / Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Nos termos do disposto no art.º 4º, n.º 1, da Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), a transferência de competências concretiza-se através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado; 2. Nos termos do art.º 30º, n.º 2, da mesma lei, o exercício das novas competências pelas entidades intermunicipais depende de acordo prévio dos municípios que as integram; 3. Na sequência da referida Lei-quadro, foram publicados os Decretos-Lei n.º 21/2019, de 30/1, e n.º 56/2020, de 12/8 (Educação); n.º 23/2019, de 30/1, e n.º 56/2020, de 12/8, (Saúde); n.º 55/2020, de 12/8, (Ação social), e n.º 58/2019, de 30/4 (Transportes em vias navegáveis interiores) que determinam os termos concretos a que deve obedecer a transferência de competências nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em vias navegáveis interiores; Considerando ainda que: O Conselho Metropolitano deliberou, em 3 de novembro de 2023, aprovar e aceitar a transferência de competências do Estado para o estrato intermunicipal, sendo a sua eficácia, ou seja, exercício, condicionado à emissão do acordo prévio das assembleias municipais de todos os municípios que integram a Área Metropolitana do Porto, nos termos previstos nos artigos 30º, n.º 2, da Lei n.º 50/2018, artigo 75º. do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, artigo 26º. do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, artigo 20º. do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e artigo 8º. do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, e nas suas atuais redações. Propõe-se: 1. Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 30º, n.º 2, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, artigo 75º. do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, artigo 26º. do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, artigo 20º. do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e artigo 8º. do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, nas suas atuais redações, e da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere submeter à apreciação da Assembleia Municipal a concessão de acordo prévio favorável à transferência de competências, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, previstas nos diplomas setoriais em referência, nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em vias navegáveis interiores.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto são competência intermunicipais que são delegadas nas CIM. Aquilo que nós estamos a fazer aqui é a autorizar essa delegação de competências nestas Comunidades Intermunicipais, no nosso caso é na Área Metropolitana do Porto, porque são elas que asseguram estas respostas intermunicipais, esta respostas supraconcelhias que reforçam as competências que nós já assumimos nos vários domínios. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto oito: - Segundo aditamento ao contrato interadministrativo de Delegação de Competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município; Aprovação da celebração do contrato interadministrativo de delegação e subdelegação de competências entre a AMP e a EMTP (I/74554/2023) - Aprovação / Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho («RJSPTP»), estabelece o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação. - Nos termos do artigo 8.º do RJSPTP, a AMP é a Autoridade de Transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito intermunicipal que se desenvolvam na respetiva área geográfica. - Nos termos do RJSPTP, os municípios são as Autoridades de Transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal que se desenvolvam na respetiva área geográfica. - Os Municípios de Arouca, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia celebraram em 1 de abril de 2016, e em 9 de julho de 2019, no caso do Município de Espinho, com a AMP contratos interadministrativos ao abrigo do artigo 10.º do RJSPTP, delegando na AMP a competência relativa à organização dos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal. - Foi realizado um primeiro aditamento, e respetiva retificação, aos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, celebrado a 18 de novembro de 2022 com todos os municípios, onde ficou estabelecido que o Serviço Público será explorado em cinco Lotes

designados Norte Centro, Norte Nascente, Norte Poente, Sul Nascente e Sul Poente, e em cada lote será formada uma unidade de acompanhamento do serviço público, não dotadas de personalidade jurídica própria mas dispoendo de alguma autonomia decisória sobre as regras de organização e funcionamento próprios. - Ficou ainda definido, neste primeiro aditamento, o critério de repartição no caso de a receita tarifária gerada anualmente num Lote se verificar inferior à remuneração anual devida ao Operador. - O montante máximo para os pagamentos estimados a realizar por cada município ficou estipulado no Anexo I do primeiro aditamento, tendo por base os quilómetros realizados em cada município. - O Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto (abreviadamente, “DL 121/2019”), veio estabelecer o regime das empresas locais de natureza metropolitana de mobilidade e transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, habilitando, assim, a AMP a proceder à constituição de uma empresa metropolitana especificamente vocacionada à prossecução de competências próprias e delegadas nos domínios da mobilidade e transportes, no contexto de crescente assunção de competências na área dos transportes públicos de passageiros e da mobilidade; - As empresas locais de natureza metropolitana de mobilidade e transportes nas áreas metropolitanas têm por objeto social o desenvolvimento, a disponibilização e a gestão de um sistema de bilhética integrado para todos os operadores do serviço público de transporte de passageiros na respetiva área metropolitana, bem como o apoio à área metropolitana na prossecução por esta, a título próprio ou por delegação de outras autoridades de transportes, de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros e, bem assim, a exploração do serviço público de transporte de passageiros dentro da respetiva área de jurisdição nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (“RJSPTP”), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, e demais atividades previstas no artigo 6.º do DL 121/2019. - Por deliberação do Conselho Metropolitano, em reunião de 3 de novembro de 2023, foi aprovado por unanimidade o relatório de fundamentação de constituição da empresa metropolitana, a minuta do contrato de constituição e a minuta dos estatutos - A empresa metropolitana a constituir terá, em princípio, determinadas competências de autoridade de transportes; competências essas que são próprias da AMP e/ou se encontram delegadas pelos municípios na AMP, pelos contratos interadministrativos referidos no considerando D). - Os contratos interadministrativos referidos no Considerando D), não preveem a possibilidade de subdelegação de competências, pelo que se torna necessário alterá-los, de forma a acolher na relação entre os Municípios, a AMP e a empresa metropolitana a constituir ao abrigo do Decreto-Lei n.º 121/2019, tarefa que se realiza por intermédio de segundo aditamento, que altera conjuntamente todos aqueles contratos interadministrativos. Considerando ainda que: - No Anexo I do primeiro aditamento aos contratos interadministrativos, estão previstos os valores máximos estimados de pagamentos anuais a realizar por cada Município, por Lote; - Os valores previstos no Anexo I do primeiro aditamento são aferidos com base nos quilómetros a realizar em cada município, segundo a rede proposta no Concurso Público Internacional para aquisição de serviço público de transporte de passageiros; - O concurso foi publicado a 24 de janeiro de 2020, no entanto o contrato apenas se iniciou a 1 de maio de 2023, após o

visto prévio do Tribunal de Contas, pelo que corridos mais de 3 anos, os Municípios sentiram a necessidade de fazer pequenos ajustamentos. - O Anexo I do Primeiro Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, nos termos dos pontos anteriores, deverá ser atualizado. Nesta conformidade, face ao que precede, proponho que a Câmara Municipal discuta e delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma, para autorização da proposta de segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual, deliberado pelo Conselho Metropolitano em 3 de novembro de 2023, conforme proposta anexa. ” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Já tinha sido feito um primeiro aditamento a este contrato interadministrativo que existe entre os diferentes municípios da Área Metropolitana do Porto, para que o serviço público fosse assegurado nos tais 5 lotes que foram lançados a concurso em janeiro de 2020. Esse aditamento foi necessário para que se estabelecesse os critérios de repartição dos encargos pelos municípios, caso as receitas geradas fossem insuficientes para assegurar as receitas que os operadores têm direito. E agora, o Conselho Diretivo, os Presidentes de Câmara entenderam dar decisão favorável à constituição de uma empresa metropolitana de transportes. E a constituição da empresa metropolitana de transportes obriga a que as competências que os Municípios tinham delegado na Área Metropolitana do Porto passem a ser agora delegadas também na empresa metropolitana de transportes que, como sabem, é quem vai fazer a gestão da bilhética de todas as soluções que existem no território metropolitano, exceto os STCP, tudo o que tem a ver o sistema UNIR, mas também com o próprio Metro do Porto. Portanto, o que nós estamos a fazer é a dar autorização à Área Metropolitana para que, aquilo que foi definido nos contratos interadministrativos de delegação e competências no ano de 2016 entre os Municípios e a Área Metropolitana do Porto, onde estes municípios delegaram competência em matéria de transportes na Área Metropolitana do Porto, agora para a constituição desta empresa metropolitana de transportes a Área Metropolitana tem a autorização dos municípios para delegar as competências recebidas nesta empresa metropolitana. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto nove:** - ***Minuta de contrato de Subconcessão de uso privativo de terrenos e imóveis junto da Estação Ferroviária de Oliveira de Azeméis, na Linha do Vouga, a celebrar com a IP PATRIMÓNIO - Adm. E Gestão Imobiliária (I/9116/2024) - Autorização;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Município de Oliveira de Azeméis pretende celebrar com a IP Património-Administração e Gestão Imobiliária, S.A., contrato de Subconcessão de uso privativo de terrenos e imóveis junto da Estação Ferroviária de Oliveira de Azeméis, na Linha do Vouga, pertencentes ao domínio público ferroviário; -Esta subcontratação destina-se à instalação de um museu e residências culturais e artísticas e terá a duração de 20 (vinte) anos, podendo ser renovada, com início na data de assinatura do contrato; A designação do trabalhador Dr. Paulo Bastos, como Gestor do presente Contrato (art.º 290.ºA do CCP). Propõe-se: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta do contrato de Subconcessão de uso privativo de terrenos e imóveis junto da Estação Ferroviária de Oliveira de Azeméis, na Linha do Vouga, pertencentes ao domínio público ferroviário (parcelas identificadas na Planta anexa), a celebrar com IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A, com vista à instalação do Museu da Linha do Vouga no imóvel ID 9541, à requalificação dos terrenos com vista à criação de percursos e ambientes com componente turística e de lazer e à criação de uma bolsa de estacionamento, nos termos da minuta anexa. Os encargos resultantes do contrato estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 469/2024, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06 e respetivas alterações. Se submeta à Assembleia Municipal para autorização, ao abrigo do n.º 1, alínea p), do artigo 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Nós desenvolvemos este processo da Estação de Caminhos de Ferro de Oliveira de Azeméis e de Cucujães, em simultâneo. O de Cucujães teve um desfecho mais rápido. O de Oliveira de Azeméis demorou um pouco mais. Mas, neste momento estamos em condições para fazer uma subconcessão com as Infraestruturas de Portugal Ferrovia, para que uma boa parte dos espaços envolventes da Estação sejam subconcessionados à Câmara Municipal. Nós queríamos toda a Estação e o espaço envolvente. O processo atrasou-se porque, precisamente, um privado manifestou interesse em remunerar as Infraestruturas de Portugal pela cedência daquele espaço. Foi isso que aconteceu. A Estação, propriamente dita, está a ser utilizada por um privado. Todos os outros espaços serão, digamos, geridos pela Câmara Municipal. Um dos grandes objetivos que nós pretendemos com esta subconcessão é: criar uma bolsa de estacionamento; num espaço generoso que lá existe, um pavilhão, construir um Museu ferroviário direcionado para a Linha do vele do Vouga, termos também algum material*

relacionado com a Linha do vale do Vouga disperso pelo restante espaço exterior; e termos também uma casa que existe neste local a ser requalificada para dar lugar a residências artísticas, dar lugar a alojamento para peregrinos. Aquilo que nós nos comprometemos com as Infraestruturas de Portugal é fazer uma subconcessão por vinte anos, renovável por mais dois períodos de cinco anos. Estamos a falar de cerca de seis mil metros quadrados de área que está a ser subconcessionada. Comprometemo-nos a investir uma verba de cerca de meio milhão de euros, que é o valor que nós estimamos que será suficiente para fazer esta requalificação. Moas, se for necessário fazer mais, naturalmente que eles não se preocupam com isso, muito pelo contrário. Nós temos aqui um compromisso, que é: depois de assinarmos este contrato de subconcessão, temos um prazo de vinte e quatro meses para construirmos a resposta que venhamos a querer implementar na área subconcessionada. Portanto, aquilo que nós estamos aqui a fazer é a potenciar duas Estações que não teriam neste momento uma grande missão e que poderão adquirir outra importância. Dar também nota de que: existe uma contrapartida de 6.420,00€, que faz parte sempre dos contratos de subconcessão, que depois é convertida em tratamento em espécie. Ou seja, a Câmara Municipal, como acontece em Cucujães, fazendo a manutenção do espaço envolvente, não tem que pagar rigorosamente nada à IP. Aqui, no caso concreto, é do nosso interesse também, limpando todo o espaço subconcessionado também não temos que pagar rigorosamente nada à IP. Isto é uma obrigação que a IP faz para que, caso nós não cuidemos bem do espaço envolvente, tenhamos que assumir este compromisso financeiro com eles para que eles o pudessem fazer. Não é isso que tem acontecido. Nós temos cumprido com as nossas obrigações. E vamos continuar a cumprir com esta obrigação que estamos a assumir com as Infraestruturas de Portugal, para a qual estamos a pedir a vossa autorização. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Bruno Aragão e Helga Correia. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Este é um ponto, para nós, muito relevante. No dia 10 de novembro de 2011, era publicado em Diário da República uma resolução do Conselho de Ministros, intitulada, Plano Estratégico de Transportes 2011/2015. Num dos pontos desse Plano Estratégico, previsto a 4 anos, portanto, desenhado entre 11 e 15, uma das frases dizia isto: “Desativação, até ao final de 2011, do serviço de passageiros da linha do Vouga, (...)” Várias linhas tinham uma formulação semelhante. A linha do Vouga, felizmente, não encerrou. A população foi bastante ativa nesse período. Várias forças políticas também. O que é certo é que, a melhor forma de a encerrar, não o podendo fazer por decreto porque a população e os vários partidos se opuseram, foi vota-la ao completo abandono. Portanto, ela não encerrou, mas não teve um cêntimo de investimento até final de 2015. Um cêntimo de investimento na linha do Vouga.

Nenhum projeto. Nenhum plano. Nenhuma medida. Rigorosamente nada. E a linha degradou-se, como já se vinha degradando nos últimos anos. Neste momento e com este contrato, as três Estações (não estou a falar de apeadeiros), no território de Oliveira de Azeméis, ficam com uma resposta. Pinheiro da Bemposta está concessionada a privados há muito tempo. A de Cucujães tem o albergue de peregrinos, que está concluído. Faltava a do centro da cidade, o espaço á volta, a Estação está relativamente cuidada. E com esta solução, a três Estações da linha do Vouga no nosso território ficam intervencionadas. A linha de Oliveira de Azeméis, a Norte, teve alguma requalificação agora e termos de segurança. A linha, a Sul, está encerrado o serviço de passageiros por questões de segurança há vários anos, está agora a ser intervencionada, já estão os estaleiros em Travanca a ser montados. E, definitivamente a linha do Vouga deixou de estar nas linhas para encerramento ou que alguém pense que seja uma linha para encerrar. Não foi um processo fácil. Mas, em menos de uma década, o paradigma mudou radicalmente, mesmo nos concelhos que a Sul, ao contrário dos concelhos a Norte, não defendiam a manutenção integral da linha do Vouga. Significa que, neste momento, nós só temos perspetiva no nosso território de ter integralmente requalificadas as Estações e as envolventes dessas estações, um património que é para nós absolutamente relevante, como temos uma linha que definitivamente é considerada também uma linha central para o desenvolvimento desta região. É talvez a única linha, sem serem as linhas que atravessam o país, como a linha do Norte, que passa em quatro zonas industriais, que liga setores absolutamente relevantes: Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Albergaria. Com a recolocação dos apeadeiros esta linha tem um potencial que poucas linhas desta dimensão têm. Portanto, este tipo de respostas que a nossa Autarquia entende dar priorizando, mais uma vez, com orçamento próprio, com recursos próprios, fazendo investimento no seu território, não esperando que as Infraestruturas de Portugal ou outras entidades públicas o façam, é a melhor forma que nós temos de mostrar aos oliveirenses como cuidamos do nosso espaço e como aquilo que pedimos ao estado central que faça a sua parte da requalificação integral desta linha porque estas obras que estão a serem feitas não são a requalificação integral, mas é a nossa parte de um processo quando consideramos uma linha prioritária ou um determinado equipamento prioritário, podermos ser nós também a dizer porque é que o consideramos prioritário e de que forma o sinalizamos. Este investimento que, em 24 meses, vai ser muito exigente. Este prazo é um bocadinho assustador, sabendo nós como funcionam as contratações públicas, concurso, enfim É um desafio. Mas é um desafio que nós temos muito prazer e muito gosto em acompanhar, sobretudo a componente museológica que a linha do Vouga praticamente não tem. E ficando como a única linha de bitola estreita no País, pelo menos na Península, é também mais um pormenor dentro deste processo que torna, esta requalificação que acontece a partir de 2016/2017, esta priorização absolutamente central e definitiva para uma linha que é tão importante para nós. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== *Depois de ouvira intervenção do senhor deputado Bruno Aragão, há uma coisa que eu tenho que lembrar. Naturalmente, saudamos o investimento de requalificação destes espaços que ficam ao serviço da população. O senhor deputado lembra aqui um período do encerramento de uma linha que todos nós sabemos que estava degradada, sabemos o estado que ela tinha. Mas, nós não nos podemos esquecer senhor deputado: 27 anos, dos últimos anos, quem governou foi o Partido Socialista; 7 anos, foi o PSD. Se a linha foi votada ao abandono, nós podemos chegar aqui e tirar conclusões. É de saudar este investimento, não há dúvidas nenhumas. O Senhor Presidente, falou aqui de várias soluções que pode dar a um dos espaços. Volta a falar da questão de termos mais um albergue de peregrinos. Será uma solução para aquele espaço. Não está isso em questão. Agora, eu alerto a Autarquia - já tive a oportunidade em vários fóruns sobre esta questão - quem é peregrino olha para os espaços e para a dinamização dos concelhos de forma a que muitas das vezes quem está nas autarquias - não estou a dizer que está a fazer bem ou que está a fazer mal - não tem essa perspetiva. Volto a alertar para o facto de nós, em Oliveira de Azeméis, termos um concelho que pode aproveitar esta dinâmica de um peregrino de Santiago. Temos uma Igreja em Santiago de Riba-Ul, cujo padroeiro é o Santiago. E acho que, o concelho pode aproveitar essa questão, para dinamizar o Caminho de Santiago no concelho de Oliveira de Azeméis no sentido de - se fizerem um albergue em Oliveira de Azeméis (centro Oliveira de Azeméis): as pessoas poderem parar; visitarem Santiago de Riba-Ul; fazerem o Caminho de Santiago de Riba-Ul até Santiago de Compostela. Acho que o Município podia valorizar o seu território e era fundamental começarmos também por aqui. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== *Senhor Presidente, é só para fazer uma pequena réplica. Eu tive o cuidado na minha intervenção para não citar partidos, por uma coisa simples: Porque sei perfeitamente o que são os partidos localmente e o que são os partidos nacionalmente. Nunca houve dúvidas do que é que os partidos, todos, todos, localmente defendiam para a linha do Vouga. O PSD, o PS, o CDS, todos. Não houve nenhum partido em Oliveira de Azeméis que defendesse o encerramento da Linha do Vouga. Mas eu posso ir com a questão dos vinte e dois anos e dos sete. O que é certo é que, nós sete anos que vocês estiveram a vossa decisão, sobre a linha do Vouga, foi encerrar. É só isso. Foi encerrar. Não foi manter, tentar esforçar. Nesse curto período que fala, a decisão sobre a linha do Vouga, foi encerrar. Mas, eu nem entrei muito por essa discussão porque é uma discussão que, do ponto de vista local, nos é irrelevante. Porque nós nunca tivemos, em Oliveira de Azeméis, todos os partidos que se pronunciaram sobre isto, nenhuma dúvida sobre o que queríamos fazer com aquela linha. Muito obrigado. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Só dizer: Não sei se vos foi facultado o programa base daquilo que nós pretendemos fazer. Ainda não sabemos o modelo que vamos adotar, será um concurso de ideias, será outra metodologia qualquer. Mas, basicamente, aquilo que nós vamos fazer é procurar criar um dormitório, portanto, um edifício destinado a peregrinos ou a estudantes, com uma decoração alusiva ao tema comboios. Uma carruagem antiga que vamos procurar criar no miolo do espaço, no tal Museu da linha do Vale do Vouga, porque apelativo para os miúdos. Dar também nota: já foi disponibilizado pelas Infraestruturas de Portugal um conjunto de acervo que vai ser utilizado na decoração da Estação de Cucujães e vai ser também utilizado para criar espaços temáticos, quer no espaço dormitório, quer no próprio Museu. Vamos tentar colocar um conjunto de cabines, vagões, carruagens antigas espalhas pelo terreno criando um circuito de visitação. E depois, algo que também é muito importante, esperando que no futuro esta Estação de Caminhos de Ferro faça parte de uma linha do Vale do Vouga completamente requalificada e modernizada. Temos ali também uma bolsa de estacionamento de apoio à Estação para que as pessoas possam utilizar essa forma de mobilidade para se deslocarem. Portanto, o objetivo é promover o turismo e valorizar a linha do vale do Vouga, reconhecendo a sua importância económica e social neste território e em toda esta região. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dez: - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro - Casa da Leitura, a celebrar com a Freguesia de Cesar (I/9569/2024) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente, nos seguintes domínios: Educação, Ensino, Património, Cultura, Tempos Livres, Saúde e Promoção do desenvolvimento (art.º 2.º, art.º 7.º e alínea d), e), f), g) e m) do no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - O pedido apresentado pela Freguesia de Cesar (E/3883/2024), de 31.01.2024, com o assunto: “Casa de Leitura – Pedido de subsidio”, contendo Plano de Atividades que se anexa; - A competência atribuída à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - O relevante interesse público no desenvolvimento deste projeto e atividades de leitura, fundamentalmente para a população sénior da freguesia, essenciais para a estimulação cognitiva e como atividade terapêutica, de prevenção e manutenção das funções de memória, raciocínio, bem-estar e lazer; - Que a celebração do presente Contrato contribui

para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21.02, e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06, na redação atual; - A designação do Dr. Fernando Cunha como Gestor do Contrato; Ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas: Propõe-se: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro - Casa da Leitura, a celebrar com a Freguesia de Cesar, (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12.09, na redação atual sendo que os encargos resultantes do contrato estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 449 de 2024, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06, na redação atual.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um apoio de cinco mil euros para apoiar o plano de atividades da Casa de Leitura de Cesar. Este apoio existiu no passado. Com a pandemia foi interrompido e estamos a recupera-lo. Como sabem, a Casa de Leitura de Cesar promove junto da população sénior a literacia digital, a estimulação cognitiva. E, portanto, é um trabalho que nós achamos que é meritório e que merece ser apoiado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze: - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a Freguesia de Cesar - Núcleo da Ruralidade e Casa da Gastronomia (I/9796/2024) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas

atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de Cesar (E/572/2024), em que solicita apoio financeiro para o fornecimento e montagem da cozinha, respetiva rede de instalação de gás industrial e repor o piso exterior, em tout-venant com gravilha e saibro compactado, para futuramente receber o piso definitivo, no valor de 36.172,48€ + iva e para fazer o acabamento final do piso exterior à Casa da Gastronomia e Núcleo da Ruralidade, no valor 34.812,80€ + iva, conforme documentos apresentados em anexo; - Que as obras realizadas na Casa da Gastronomia e o Núcleo da Ruralidade foram apoiadas pelo Norte2020, num investimento que ascendeu a mais de 290.000,00€ e já estão concluídas; - Que desde a abertura destes dois espaços já foram visitados por cerca de 2000 pessoas, cumprindo assim a função pelas quais foram criados, estarem ao serviço da população; - Que conforme despacho de 09 de fevereiro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara “Trata-se efetivamente de um investimento importante que permitiu recuperar uma velha padaria e criar duas respostas (Núcleo da Ruralidade e Casa da Gastronomia) que permitem preservar e promover a identidade da freguesia de Cesar. A requalificação está muito bem conseguida, mas efetivamente o piso que envolve o equipamento, não pode ser conforme a solução inicialmente adotada (tout-venant) porque a cada inverno perde-se todo o investimento” - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do Dr. Fernando Cunha como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º ; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B,

278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do nº 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Cesar (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), fornecimento e montagem de cozinha, respetiva rede de instalação de gás industrial, repor o piso exterior em tout-venant e acabamento final do piso exterior da Casa de Gastronomia e o Núcleo de Ruralidade em Cesar, com o compromisso de fundo disponível nº 464 de 2024, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um apoio à Junta de Freguesia de Cesar para esta importante obra que foi realizada no âmbito de uma candidatura ADRITEM, como sabem, Núcleo da Ruralidade e Casa da Gastronomia. Temos aqui um conjunto de obras que se destinam a equipar a cozinha, pisos exteriores. Estamos a prever um apoio até cinco e dois mil e novecentos euros. O objetivo é que este espaço tenha um conjunto de condições. Porque o investimento que foi feito nos pisos rapidamente desaparece com as chuvas e temos que ter um piso que permaneça e não um piso que nos obrigue todos os anos a fazer investimentos para a sua requalificação. Portanto, faz todo o sentido que o façamos. O que estamos aqui a pedir é autorização para conceder um apoio até cinquenta e dois mil e novecentos euros. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze: - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de União de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (I/6414/2024) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; O ofício da Junta da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz de 16.01.2024 (E/1756/2024), pelo qual solicita apoio financeiro a aquisição de

imóvel para requalificação de Pólo Religioso e Social em Pinheiro da Bemposta, tendo em consideração a sua centralidade e os equipamentos que o envolvem, de acordo com o programa base de intervenção, e das quais se destacam: Parque de estacionamento à superfície; criação de espaços verdes com sombreamento e zonas de estadia e lazer de apoio ao Centro Social e à Paroquia; casas de banho públicas e ligação à Rua Padre José Nunes Antão, na sequência de celebração em 12 de dezembro de 2024 do contrato promessa de compra e venda entre António José Magalhães Girão Marques e João Paulo de Magalhães Girão Marques e a União de Freguesias do prédio sito na Praça Centro Social, inscrito na matriz com o artigo rústico n.º 6106 da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do Paulo Bastos como Gestor do Contrato; Ao abrigo do disposto nos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), c), e), k), e m) do n.º 2, do art.º 23º e alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível n.º 379 de 2024, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É um apoio para um projeto da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. Este terreno localiza-se na Freguesia do Pinheiro da Bemposta. É um terreno que tem um custo de cem mil euros. Um terreno que tem 4100 metros quadrados. E a Câmara vai apoiar com metade do custo (cinquenta mil euros) a sua aquisição. A União de Freguesias pretende nesse terreno criar uma zona de espaços verdes, uma zona de recreio, uma zona de lazer, uma zona de estacionamento. É um terreno localizado junto da Igreja do Pinheiro da Bemposta e da Obra Social do Pinheiro da Bemposta. Portanto, será uma resposta importante, quer no apoio à Igreja, quer no apoio à Obra Social. Há um conjunto de intenções da Junta de Freguesia para aquele espaço. É o tal centro Cívico e de lazer que gostaríamos que existisse em cada uma das freguesias do nosso Concelho.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze:** - **Minuta de protocolo de colaboração a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa - Cemitério Municipal (I/77478/2023) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º da presente lei (art. 2.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); - A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado (art. 4.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias (art. 23.º n.º 1 da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); - Os municípios dispõem de atribuições, no domínio do equipamento rural e urbano art. 23.º n.º 2 alínea a) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); - Compete à câmara municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal (art. 33.º n.º 1 alínea ee) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); - O cemitério municipal de Oliveira de Azeméis é um equipamento urbano essencial para os munícipes sendo necessário, ainda, a otimização e gestão dos recursos; - A designação do trabalhador Luis Fernandes, da Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e de Contencioso como Gestor do presente Protocolo (art.º 290.ºA do CCP). Propõe-se: Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de Protocolo colaboração com União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa - Cemitério Municipal. Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 373 de 2024, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um protocolo que estamos a estabelecer com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis que gere vários cemitérios no seu território. A Câmara Municipal, como sabem,

tem a responsabilidade de gerir o cemitério municipal. Lançamos um procedimento. O que aconteceu foi que: o concorrente vencedor não conseguiu entregar os documentos comprovativos de inexistência de dívidas à Segurança Social e ao Fisco e ficou por isso impossibilitado de concretizar o serviço. Portanto, tivemos que nos socorrer rapidamente de uma solução. A solução é a União de Freguesias assegurar esse serviço. E tem capacidade para o fazer. Estamos a falar do pagamento de 125,00€ por uma inumação, exumação ou transladação à semelhança do que aconteceria se pagássemos ao agente privado. Portanto, é este o motivo que nos leva a fazer este protocolo com a União de Freguesias, valido por um ano. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto catorze: - Reconhecimento de Interesse Municipal da obra de requalificação das margens do rio Antuã (I/4138/2024) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alíneas a), d) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 1 e as alíneas a), e) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que a Junta da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, tem uma candidatura aprovada no âmbito do Programa de PDR 2020 - renovação de aldeias, sendo a entidade gestora a ADRITEM; - Que a candidatura prevê a requalificação de um percurso pedonal existente na União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, sendo para tal necessárias as seguintes ações: - limpeza, desmatação e reperfilamento de grande parte do terreno existente; - criação de pequenos troços de passadiço, nomeadamente, numa zona de regadio existente e atravessamento de zonas possíveis de cheias; - criação de várias escadas ao longo do percurso para tornar o desnível do percurso existente transitável; - Que as intervenções previstas, contribuirão assim para a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais, paisagísticos e ambientais existentes ao longo das margens do Rio Antuã, na freguesia de Pindelo, numa extensão de cerca de 2,6 km, bem como, o aproveitamento da natureza existente e criação de um percurso que incentiva à atividade física. - O pedido de informação prévia que decorre sob o PI/6224/2022 e para o qual foi emitido o parecer técnico I/4046/2024

e conseqüente despacho; - Que as operações urbanísticas ao abrigo do disposto no artigo 7.º do RJUE, embora isentas de controlo prévio, devem nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis; - Que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre o reconhecimento do interesse municipal nos termos identificados no citado preceito regulamentar; Propõe-se, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art. 40.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal e ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que: - A Câmara Municipal delibere remeter à Assembleia Municipal o pedido de Reconhecimento do Interesse Público Municipal das obras/intervenções que se pretendem desenvolver nas margens do rio Antuã.”=

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== A União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo tem aprovada uma candidatura ADRITEM para a criação de circuitos pedonais nas margens do Rio Antuã, numa extensão de 2,6 quilómetros, para poder avançar com a candidatura precisa do reconhecimento do interesse público municipal do projeto. E é isso que estamos a pedir à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Antonio João. =====

*===== O senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **António João**, do PSD. =====*

===== Sintam-se todos cumprimentados, na figura do Senhor Presidente. Muito obrigado aos anfitriões e à forma calorosa como nos estão a receber. O PSD concorda com a pretensão aqui apresentada. A valorização dos nossos cursos de água é muito importante com diversas valências lúdicas, de promoção de saúde, e educacionais. É um trabalho meritório. Difícil. E felizmente o concelho está bem servido com cursos de água com potencial, um dos exemplos: é o projeto do Pedregulhal, Ossela, que todos estamos ansiosos para conhecer os desenvolvimentos desse projeto, do que vai lá aparecer e como vai aparecer. Todos os projetos com esta persecução devem ser muito bem aproveitados - e é neste ponto que trago a situação atual do projeto de requalificação das margens do Rio Caima: Foi um projeto do Município, 2011, feito com financiamento comunitário no valor de setecentos mil euros. Um projeto que o professor Manuel Alberto bem conhece. Trago hoje aqui comigo alguns dos instrumentos didáticos que vieram desse mesmo projeto. Um projeto que, na minha opinião, estava bem concebido. Tinha passadiços, duas pontes, viveiros de plantas autóctones. Acontece que, está completamente ao abandono sem que se possa fruir e fazer um aproveitamento de tudo o que lá foi feito. A razão da lembrança deste projeto é sublinhar que, não basta a requalificação das margens dos rios ou outras quaisquer obras deste intuito, sem a necessária otimização em

termos de educação ambiental e da sua manutenção ao longo do tempo, para que todos possam continuar a usufruir desse investimento ao longo do tempo. Disse. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Só para discordar de que está votado ao mais completo abandono. O ano passado teve uma fortíssima intervenção. Este ano vai ter outra vez uma fortíssima intervenção. E todos os anos vai ser necessário fazer fortíssimas intervenções naquele espaço. É evidente que estes espaços são tremendamente difíceis de manter. Sabemos isso. Faz-se um enorme esforço para isso. Seria muito importante poder contar com a própria comunidade, com a sociedade civil, com o movimento associativo desses locais. Isso acontece em algumas zonas do nosso concelho com resultados muito positivos. Porque essa é uma das formas de conseguirmos manter estes espaços requalificados. É muito difícil. É evidente que nós tivemos lá um viveiro. Ele estava a ser completamente vandalizado, assaltado. São zona remotas, ermas, muito difíceis de vigiar. Aquilo que nós estamos a procurar fazer é a criar condições para que aquilo seja utilizado no período de verão, que é quando aflui mais pessoas. Está preparada uma intervenção, à semelhança do que aconteceu no ano passado, forte que permita a utilização do espaço pelas pessoas, pelos visitantes. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==*

===== Aberto o pedido de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

*===== Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =*

===== Só resta agradecer à Câmara, aos membros da Assembleia, particularmente à Freguesia de S. Martinho da Gândara, aos São-martinhenses, à Delegação dos Comandos de Oliveira de Azeméis, ao público. Foi muito profícua esta Assembleia. Muito obrigado. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 00 minutos, da qual, para constar,

se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. =====

Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário